

368.1.54.O

Sessão Ordinária - CD

15/12/2011-16:27

Publ.: DCD - 16/12/2011 - 67822

LIRA MAIA-DEM -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Avaliação do resultado do plebiscito sobre a criação dos Estados do Carajás e Tapajós. Equívoco da decisão do Supremo Tribunal Federal sobre realização da consulta popular no Estado do Pará. Necessidade de revisão do pacto federativo e da Lei Kandir. Maior atenção do Governo do Estado do Pará para com as regiões do Tapajós e Carajás. Votos de feliz Natal e próspero 2012 aos Parlamentares e ao povo brasileiro.

O SR. LIRA MAIA (DEM-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, aqueles que nos assistem e nos ouvem através dos órgãos de comunicação desta Casa, vou iniciar o meu discurso lendo o que escrevi.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último domingo, o Brasil viveu um dia histórico, em que pela primeira vez ocorreu um plebiscito visando à criação de novos Estados. Na oportunidade, a população do Estado do Pará foi às urnas para decidir sobre a criação dos Estados do Tapajós e do Carajás.

Lamentavelmente, o resultado, que todos já conhecem, não foi favorável ao maior projeto de desenvolvimento que se discute para o Estado do Pará.

Enganam-se os que pensam que saíram desse processo democrático vitoriosos ou que nós, defensores da criação dos novos Estados, saímos derrotados. Não, muito pelo contrário.

O resultado claro, patente, consolidado da vontade do povo do Tapajós e do Carajás ficou expresso e registrado, demonstrando que, na prática, o Pará já está dividido.

O Pará inaugurou em nosso País um dos mais democráticos modelos de consulta popular, o plebiscito. Entramos para a história da democracia participativa do Brasil, porém, temos muito a refletir sobre esse processo que se mostrou, na prática, equivocadamente injusto.

Infelizmente, foi um processo desigual. Saímos numa disputa em que a diferença de votos era de 2 por 1. Lutamos contra a elite política e empresarial de Belém e da Região Metropolitana. Lutamos contra a grande mídia do Estado do Pará e do Brasil. Lutamos contra a máquina do Governo Estadual numa disputa totalmente desigual.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde o início, todo o processo plebiscitário do Pará ficou desigual, quando o Supremo Tribunal Federal, por decisão de seus Ministros, decidiu que a consulta plebiscitária deveria ser em todo o Estado, em detrimento do preceito constitucional que determina que a população a ser consultada seja a da área diretamente interessada. Depois se daria a audiência à Assembleia Legislativa, que representa a população de todo o Estado, e, por último, ao Congresso Nacional, que representa a população brasileira.

Se, para se tornar independente, o Brasil tivesse que ouvir a população de Portugal, tenho certeza de que até hoje ainda seríamos colônia portuguesa.

No Estado do Pará, como nos outros Estados que hoje possuem propostas de realização de plebiscitos, a maioria da população está concentrada nas regiões metropolitanas das capitais, ou seja, o processo plebiscitário, por si só, torna-se uma disputa desigual, em que as capitais disputam com as regiões menos povoadas, localizadas no interior dos Estados. No caso do Pará, dois terços da

população estão concentrados na Região Metropolitana ou nas áreas mais próximas da Capital, e isso se refletiu no resultado dos plebiscitos.

Quero chamar a atenção de meus colegas do Gurgueia, no Piauí; do Maranhão do Sul, no Maranhão; do São Francisco, na Bahia; do Amazonas; de Mato Grosso do Norte; do Planalto Central; do Triângulo Mineiro; de São Paulo do Oeste e de todos os outros Estados que pretendem ouvir suas populações sobre a criação de Estados. Ou mudamos a Constituição para definir que a população a ser ouvida é a da área que pretende se desmembrar, ou então dificilmente os plebiscitos serão aprovados.

Precisamos mudar o texto constitucional e dar poderes às Assembleias Legislativas, que deverão opinar em nome da população dos Estados interessados. Aí, sim, entraria a disputa política dos agentes representantes da população.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou além nesta minha avaliação. Precisamos rediscutir o pacto federativo, por meio de um debate mais amplo, que envolva a reforma política efetivamente, que envolva a representatividade mínima dos Estados, que discuta a reforma tributária, que defina novos critérios de distribuição dos impostos arrecadados. Enfim, esta Casa precisa dar uma resposta para a sociedade brasileira sobre esses importantes assuntos. Precisamos também discutir a Lei Kandir, que comete uma grande injustiça com os Estados produtores de minério. Esta Casa precisa se debruçar sobre uma agenda positiva, uma agenda que reveja e desburocratize a legislação brasileira de forma a coibir essas injustiças.

Gostaria de chamar a atenção do Supremo Tribunal Federal para o que ocorreu no Estado do Pará após a decisão de realizar o plebiscito em todo o Estado. Pelo processo atual, mesmo que o "sim" fosse maioria, a Assembleia Legislativa do Estado poderia manifestar-se contra a divisão do Estado, ou seja, a representação estadual, da população de todo o Estado, estaria votando duplamente nesse plebiscito. Onde está a isonomia? Onde fica o voto universal e igualitário de todos?

As regiões do Tapajós e do Carajás representam, juntas, aproximadamente 36% da população do Estado do Pará, e a votação nessas regiões ficou na margem de 95% para o voto "sim", pela criação dos novos Estados, Deputado Átila. Em Santarém, minha cidade, 98,6% da população votou a favor da criação dos Estados; em Trairão, 97,83%; em Rurópolis, 95%; em Aveiro, 97%; em Placas, 99%, e isso se repetiu em quase todos os Municípios das regiões do Tapajós e Carajás. Ficou clara a vontade da população.

Quero dizer que a criação dos Estados do Tapajós e Carajás não representa e nunca representou o interesse de *"meia dúzia de políticos"*, conforme foi dito durante todo o processo eleitoral por nossos opositores. A criação dos Estados do Tapajós e Carajás representa a vontade de mais de 2 milhões e 700 mil paraenses, vontade esta expressada nos mais de 1 milhão e 200 mil votos dados pelos eleitores a favor da divisão territorial do Pará.

Ressalto que um dos principais argumentos para a realização do plebiscito, um dos principais anseios daquela população é justamente a maior presença do Estado naquelas regiões. Eu pergunto aos nobres pares, pergunto aos Ministros do Supremo Tribunal Federal: será que o voto de cerca de 95% da população dessas regiões não tem valor? Como fica essa população relativamente ao Governo Central?

No ano de 2010, segundo fonte constante do balanço oficial do Governo do Estado, o Pará gastou menos de 5% de seus recursos na região do Tapajós, que representa 58% da extensão territorial do Estado, gastou 8% no Carajás e 87% na Região Metropolitana e nas áreas próximas da Capital, Belém. Isso é abandono total!

Saímos vitoriosos desse processo desigual, sim! Conseguimos mobilizar o Brasil para o início deste debate que, acredito, deve acontecer: a discussão do pacto federativo. Saímos desse processo fortalecidos pela união de toda a região do Tapajós, que há mais de 153 anos luta por esse sonho. Saímos fortalecidos pela votação quase unânime de nossas regiões. Certamente os anseios da população das regiões do Tapajós e Carajás terão que ser ouvidos, a partir de agora, pelo Governo Estadual. O sonho não acabou, continuaremos lutando por esse ideal!

O Pará haverá de refletir sobre seu modelo de desenvolvimento, reconhecendo que seus irmãos paraenses do Tapajós e do Carajás não são seres de segunda categoria, são também gente de primeira categoria, são paraenses que clamam por assistência e têm mazelas, que precisam ser olhadas pelos Governantes, Sr. Presidente.

O Sr. Átila Lins - V.Exa. me permite um aparte, Deputado?

O SR. LIRA MAIA - Ouço, com muito prazer, o Deputado Átila Lins, do Amazonas.

O Sr. Átila Lins - Meu prezado amigo Deputado Lira Maia, confesso que essa luta que V.Exa. e outros companheiros do Pará travaram nós do Estado do Amazonas já fizemos há algum tempo. É evidente que não tínhamos chegado a essa etapa tão avançada de realização de plebiscito. Nós tivemos alguns projetos tramitando na Casa. Ainda hoje há um projeto de minha autoria no qual se propõe a criação do Território Federal do Alto Solimões. Talvez, para a criação de um Território Federal, as exigências não sejam tão grandes e complexas como aquelas para a criação de um Estado. De qualquer forma, eu, como sou do Estado do Amazonas, percebo que lá existe também um sentimento, pelo menos sempre houve, de que pudéssemos criar alguns territórios. No passado, houve momentos em que esta Casa tinha projetos para criar o Território do Alto Solimões, o Território do Juruá, o Território Federal do Rio Negro. Hoje, há uma espécie de unificação. Eu acho até que o Amazonas aceitaria criar apenas um território, que seria o do Alto Solimões, porque nós reconhecemos que é uma vasta região, até certo tempo atrás muito degradada, com a ocorrência de contrabandos, problemas com as FARC e o IBAMA. Essa região tem melhorado muito. Recordo-me de que, na gestão do ex-Governador e atual Senador Eduardo Braga, até recursos internacionais foram viabilizados para serem investidos exatamente na região do Alto Solimões, para diminuir um pouco essas desigualdades que perduraram - ainda perduram, embora em menor escala - relativamente ao restante da região do Estado. Quero dizer a V.Exa. que sei o quanto foi frustrante, principalmente para a região que V.Exa. representa, o fato de o plebiscito não ter sido coroado de êxito. Nós do Amazonas que temos uma proximidade com aquela região de Santarém e Óbidos torcíamos para que o plebiscito fosse favorável à criação do Estado do Tapajós, até porque entendemos que o oeste do Pará teria como capital uma grande cidade, Santarém. Aliás, eu quero dizer a V.Exa. que Santarém já é uma capital, e não é porque V.Exa. foi Prefeito de lá. Já é uma capital. V.Exa. foi um grande Prefeito. A Prefeita Maria do Carmo está também cumprindo com o seu dever. Eu acho que Santarém já merece ser a capital de um Estado. Nós do Amazonas torcíamos muito para que o Estado do Tapajós fosse realmente criado. Não entramos no mérito da questão do Carajás, não conhecemos a região do Carajás - conhecemos a do Tapajós. Por isso não posso dizer qual seria a sensação de essa outra região também se emancipar. Quanto a essa do oeste do Pará, que se transformaria em Estado do Tapajós, tendo Santarém como Capital, confesso a V.Exa. que a colônia do Pará dessa região no Amazonas é imensa. Ela até criou um clima de torcida lá em Manaus. Lamentei muito, porque eu percebia que havia, sim, esse sentimento de que o Estado do Tapajós seria criado. Quero acreditar, Excelência, que o êxito não tenha sido

alcançado somente porque o Supremo decidiu que todo o Estado fosse ouvido. Acho que foi também um pouco do açodamento de criar logo dois Estados, fazendo com que o Estado do Pará ficasse com o menor território. Isso causou certa celeuma na população paraense. Acho que a luta de V.Exa. e de tantos que trabalharam nessa direção deve continuar. V.Exa. falou muito bem: criou-se um sentimento. Não aconteceu a separação, mas se criou um sentimento muito forte. E há de se perguntar o que o Governador e outras autoridades vão fazer para diminuir um pouco essa decepção, essa frustração que ficou latente no coração e na mente das pessoas que pensavam que ficariam em uma posição melhor, com mais investimentos. Cumprimento V.Exa. e presto este testemunho do meu Estado de que também temos essa luta. Mas, como disse V.Exa., daqui para frente vai haver uma inibição para criar Estados, pelo menos enquanto estiverem vigentes essas normas da Constituição do País, referendadas pelo Supremo Tribunal Federal. Muito obrigado pela concessão do aparte.

O SR. LIRA MAIA - Deputado Átila Lins, agradeço a V.Exa. o aparte, que incorporo ao meu pronunciamento. Realmente é inadmissível que, em uma região, mais de 90% da população não conheça sua capital. Quando a pessoa conhece, quase sempre é porque foi acompanhando um doente até Belém ou era o próprio doente em tratamento de saúde. A recíproca é verdadeira. Diria que mais de 95% do povo de Belém não conhece a nossa região. Do Município de Faro, por exemplo, que é vizinho a Nhamundá, no Amazonas, V.Exa. sabe que, para ir à Capital Belém, a viagem de barco demora 6 dias, e não há outra opção, é preciso ir de barco mesmo. Então, é uma região muito difícil.

Mas está claro no plebiscito que Tapajós e Carajás manifestaram que, de fato, querem a divisão. Estão divididos de fato. Falta apenas o Brasil reconhecer.

Eu repito: se tivéssemos que ouvir Portugal para que Dom Pedro proclamasse a independência do Brasil, tenho certeza de que até hoje ainda seríamos colônia de Portugal, porque dificilmente este teria concordado. Foi o que aconteceu com os nossos irmãos paraenses de Belém, que não entenderam esse recado que tentamos dar.

Ouçó o Deputado Zé Geraldo, com o maior prazer.

O Sr. Zé Geraldo - Deputado Lira Maia, primeiro, quero dizer a V.Exa. que está de parabéns a política paraense, os Parlamentares paraenses por terem enfrentado esse plebiscito, até porque pela primeira vez no Brasil foi realizado um plebiscito a respeito desse assunto. V.Exa. sabe da minha opinião sobre o tema. Com a atual Constituição, nós só podemos criar um Estado se o processo for negociado, e mesmo assim ainda teremos dificuldades no Senado. Mas, no Pará, nós estávamos, como diz o ditado popular, num beco sem saída, porque se propôs a criação de dois Estados. E um ajudou o outro. Prova disso é que a diferença foi pouca, um votando no outro. O acordo foi cumprido. Então, se tivesse sido proposta só a criação do Tapajós, seria mais compreensível, mas ainda não passaria sem o acordo político, porque a população metropolitana do Pará é muito grande, como em qualquer Estado. É como se na Bahia propusessem que a região de Feira de Santana se transformasse em um Estado. Se a população, se a elite política de Salvador, do entorno não concordar e fizer campanha contra, não se vai criar o Estado, como no Maranhão ou em qualquer outro Estado. Eu sempre pensei na possibilidade de, na Amazônia, haver mais uns dois Estados, no caso do Pará e do Amazonas, mas tinha que ser algo proposto aqui de cima, num pacto federativo, para que, quando a questão chegasse ao Senado, os Senadores de Minas, São Paulo, Rio de Janeiro não fossem contra. No nosso caso, Deputado Lira Maia, se conseguíssemos a aprovação no plebiscito, os três Senadores do Pará votariam contra no Congresso. Se os três do Pará votariam contra, imaginem os de Minas, São Paulo e Rio. Eles iriam dizer: *"Se nós, três Estados de dimensão econômica,*

social e demográfica, vamos ter nove Senadores, como só o Pará vai eleger nove?" Então, está vivendo um momento difícil quem quer se emancipar. Ninguém tem mais razão de querer um Estado que o Tapajós, que tem situações culturais e geográficas específicas, como V.Exa. está dizendo. Agora, nós precisamos ver como vamos cobrar do Governo para que ele possa levar em consideração que essas regiões não podem ficar sem atenção, do mesmo modo que sempre ficaram no passado. Esperamos poder construir outro marco regulatório quanto aos Estados no Brasil, assim como ocorre com os Municípios. V.Exa. percebe que, se não votarmos uma lei no Congresso, não podemos criar o Município de Castelo de Sonhos. A Assembleia Legislativa do Pará não está autorizada a criá-lo, por mais que mereçam - outros também merecem -, porque nós não votamos lei que permita às Assembleias criar Municípios e fazer um melhor ordenamento em seus Estados. Agradeço a V.Exa. a concessão do aparte.

O SR. LIRA MAIA - Deputado Zé Geraldo, agradeço a V.Exa. o aparte, que incorporo ao meu discurso.

Infelizmente, nós estamos diante dessa realidade, mas acredito que o plebiscito serviu para refletirmos a respeito do Pará e, sobretudo, do País. Acho que deveríamos debater nesta Casa a nova Federação brasileira. Não dá para continuar mais com o desenho que nós temos, principalmente na Amazônia. O Estado do Tapajós não está iniciando esse debate agora. Esse é um debate que já se iniciou há mais de 150 anos. Essa foi uma decisão episódica do povo do Pará.

Quero dizer especialmente ao povo do Tapajós e do Carajás que esse sonho não foi sepultado. Essa é apenas uma situação episódica. Nós vamos continuar lutando e trabalhando do mesmo jeito para que o Pará e o País reconheçam de fato que essa região merece toda a nossa atenção.

Por fim, eu queria agradecer de forma muito especial a todos aqueles que se dedicaram a esse debate, tanto de um lado quanto de outro. Acho que houve equívocos e agressões, mas, de qualquer maneira, nós debatemos, apesar do pouco tempo. Enfrentando todas as dificuldades possíveis, nós debatemos sobre o Estado do Pará.

Todos nós que representamos o Pará temos a obrigação de ouvir o recado do povo do Tapajós e do Carajás, um recado que foi muito bem dado. Mais de 95% do povo dessa região disse "sim", tirando todas as dúvidas daqueles que achavam que era um debate de oportunistas. Portanto, está patenteada, consolidada a vontade do povo do Tapajós.

Eu, que represento essa região com muita honra, agradeço a todos que se dedicaram a essa causa, às lideranças, àqueles que lideraram o movimento, arrecadaram recursos e contribuíram, enfim, a todos aqueles que se dedicaram a essa causa.

Queria agradecer de forma especial aos Municípios de Prainha, Almeirim, Monte Alegre, Alenquer, Óbidos, Oriximiná, Juruti, Curuá, Faro, Terra Santa, Santarém, Belterra, Aveiro, Rurópolis, Itaituba, Trairão, Novo Progresso, Jacareacanga, Placas, Uruará, Medicilândia, Brasil Novo, que foram os Municípios que disseram "sim".

Queria dar um abraço especial no povo de Altamira, Senador José Porfírio, Porto de Moz e Vitória do Xingu, que disseram "não" - ficou claro que a região do Xingu não quer participar dessa divisão. Nós entendemos o recado.

Estamos em final de ano, arrefecendo os ânimos, recarregando as baterias. Esta é a última sessão de que participo nesta Casa neste ano.

Eu queria aproveitar a oportunidade para desejar a todos um santo e feliz Natal. Que cada um possa estar com todo o vigor a partir de fevereiro nesta Casa, lutando por causas nobres deste País, como é o caso do Código Florestal

brasileiro, que está em debate, e de outras matérias. Eu continuarei usando quase todo o meu tempo de Parlamento para estudar e me dedicar a esse projeto, porque acho que o povo do Pará merece ser ouvido.

Ouçam bem, meus amigos da periferia e da zona metropolitana de Belém, o paraense não é só aquele que nasceu próximo a Belém. Nós que estamos a tanta distância, a tantos dias de barco, sem estrada, com pouca assistência, e tivemos menos de 5% do orçamento do Estado para o próximo ano estamos clamando àqueles que governam o Pará, àqueles que têm a responsabilidade de promover o desenvolvimento do Pará que recebam o recado do povo do Tapajós e do povo do Carajás e possam dar a atenção que merecemos.

Na pior das hipóteses, o orçamento do Pará tem que ser executado proporcionalmente à sua população. Se assim for executado, estarei sempre do lado. Se não for, continuarei aqui fazendo o meu protesto, realizando o meu trabalho.

Um dia, se Deus quiser, haveremos de resgatar esse sonho iniciado há quase 200 anos, cuja realização estamos a dever aos nossos antepassados e, com certeza, aos nossos filhos e netos, que haverão de assumir o destino do Estado do Pará.

Tenham todos um santo feliz Natal e que 2012 possa ser de grandes realizações para todos nós.

Documento 2/36

362.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	13/12/2011-16:36
Publ.: DCD - 14/12/2011 - 66853	JÚNIOR COIMBRA-PMDB -TO	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Inconformismo com a rejeição popular da proposta de criação dos Estados de Tapajós e Carajás.

O SR. JÚNIOR COIMBRA (PMDB-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, gostaria de parabenizá-lo pela desenvoltura com que preside esta sessão da Câmara dos Deputados - é a voz de Bacabal e do Maranhão no Congresso Nacional.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, o objetivo da minha intervenção é o de externar minha profunda tristeza com o eleitorado, principalmente o de Belém e Região Metropolitana de Belém, que votou "não" à criação dos Estados de Carajás e Tapajós. Apesar de não ser paraense - sou tocantinense -, conheço bem a realidade de Carajás e de Tapajós: infelizmente, nessas duas regiões do Pará, não existe a presença do Estado. Nelas há condições financeiras para a própria sobrevivência, mas os recursos vão para Belém e não retornam para serem aplicados em prol da população de Carajás e Tapajós.

Pedi a palavra, portanto, Sr. Presidente, apenas para registrar meu repúdio à escolha da população paraense e dos artistas que encampam a luta pela não criação dos Estados de Tapajós e Carajás, assim como dos políticos do Pará, que também foram contrários, logo eles que não beneficiam, não ajudam, não prestigiam aquela região, uma das mais inóspitas do Estado.

Documento 3/36

360.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	12/12/2011-17:15
Publ.: DCD - 13/12/2011 - 66648		PAES LANDIM-PTB -PI
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Rejeição da proposta de criação dos Estados de Carajás e Tapajós. Defesa da criação do Estado do Gurgueia.

O SR. PAES LANDIM (Bloco/PTB-PI. Como Líder.) - Sr. Presidente, como era de se esperar, o plebiscito realizado ontem no Pará rejeitou a criação de dois Estados: Carajás e Tapajós.

Conversando informalmente, na sexta-feira passada, com o jornalista Paulo Fontenele, da *TV Meio Norte*, eu dizia que a Região Metropolitana de Belém concentra mais de 60% da população e do eleitorado do Pará. Além do mais, não há continuidade no território paraense, já que várias ilhas separam grande parte do território da Capital, Belém.

Tentar criar ao mesmo tempo dois Estados, sobretudo o de Carajás, espantou a população de Belém, até porque Carajás significa recursos da exportação, e os empregos qualificados da grande maioria da mão de obra qualificada em Carajás são de outros Estados. Isso criou certo impacto, sobretudo na classe média de Belém, que rejeitou a ideia de Carajás. Possivelmente, se fosse só a ideia de Tapajós, teria êxito.

Foi uma pena. Acho que o Pará, com aquele imenso território, o segundo maior do País, mereceria uma redivisão territorial, como, aliás, está a merecer o Brasil como um todo. O Pará tem 1.247,689 km², dividido em apenas 144 municípios, para uma população de 7.321.000 habitantes.

Outro erro, de natureza política, é que o projeto de criação dos dois Estados, o de Carajás e o de Tapajós, é de autoria do ex-Senador Leomar Quintanilha, de Tocantins e o Senador Mozarildo Cavalcanti, de Roraima, respectivamente.

De qualquer maneira é sintomático que as cidades de Marabá, no Carajás, e Santarém, no Tapajós, escolhidas para capital dos respectivos Estados, votaram maciçamente a favor da divisão.

Há poucos instantes telefonou-me a brilhante e competente jornalista Maria Clara Cabral, da *Folha de S.Paulo*, para saber se eu não achava temerário insistir na ideia do projeto de criação do Estado do Gurgueia. Eu disse a ela que não, porque nossa situação geopolítica, econômica e social é muito diferente da situação do Pará. Teresina concentra 25% do eleitorado piauiense, mas ligações profundas unem grande parte de sua população à região sul do Estado do Piauí, que para Teresina se deslocou exatamente em busca de oportunidades de trabalho, de oportunidades universitárias, escolares, etc.

Tenho certeza de que nosso contexto é diferenciado, até porque o sul do Estado precisa urgentemente de um governo local próximo, sob pena de transformarmos nosso cerrado, dentro de 20 anos, num grande deserto.

Ainda há poucos dias, esse extraordinário Procurador da República, que honra o espírito constitucional do Ministério Público, Tranvanvan Feitosa, tomou

providência mandando prender e processar os responsáveis pela carvoaria do meu Estado do Piauí. Sete caminhões saem diariamente da fronteira do extremo sul do Estado para Minas Gerais levando carvão, o que acontecia, também, na Bahia, cujos proprietários e intermediários dessa operação desastrosa foram presos por ordem do Ministério Público do Estado da Bahia.

Precisamos, portanto, de um governo local próximo para proteger nossa fronteira, pois hoje o extremo sul do Piauí é dominado por baianos, goianos, tocantinenses, como é o caso da Serra da Mangabeira. Temos realmente potencial de governo próprio que, se devidamente ali instalado, vai impactar o Piauí como o ocasionado em Tocantins, quando da criação daquele Estado.

É bem verdade, já disse aqui certa feita, há poucos dias, citando a *Folha de S. Paulo*, que um novo Estado emana despesas com um número exagerado de Parlamentares, até porque se insere na cláusula pétrea da Constituição. Acho realmente um absurdo que o Piauí, ou cada Estado do Nordeste, tenha mais Deputados que o Estado da Flórida, que tem apenas cinco representantes na Câmara dos Representantes dos Estados Unidos.

Mas, Sr. Presidente, acho até - é tal a sensação e a importância desse novo Estado no Piauí - que especialmente o nome Piauí do Sul fosse mais inteligente do que o próprio nome Gurgueia. Nesse sentido, bastaríamos também providenciar junto ao Tribunal de Contas do Estado qual o montante de despesas que o Governo do Estado tem com Teresina e o norte do Estado e o que terá com a parte do Piauí que se pretende transformar em novo Estado. Ele nos daria uma resposta importante para mostrar, inclusive, que a criação de um novo Estado vai enriquecer o Piauí como um todo em todos os seus segmentos sociais, econômicos, culturais e políticos.

Portanto, aos meus conterrâneos, amigos preocupados com o desfecho do Estado do Pará, precisamos dizer que nossas condições são diferenciadas. A divisão do Piauí vai enriquecer o Estado como um todo. Nesse sentido, nossas potencialidades só aflorarão em toda a sua plenitude com o Estado e o Governo presentes. Da maneira como nos encontramos, tenho certeza de que o impacto, o grande potencial desse projeto do extremo sul do meu Estado jamais ocorrerá. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 4/36

360.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	12/12/2011-17:00
Publ.: DCD - 13/12/2011 - 66644	WEVERTON ROCHA-PDT -MA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Rejeição da proposta de criação dos Estados de Tapajós e Carajás. Realização de debate sobre a criação do Estado do Maranhão do Sul.

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem foi realizado um plebiscito no Estado do Pará. Durante 6 meses lá ocorreu um grande e forte debate sobre a divisão do Pará e a criação do Estado de Tapajós. Com quase 70% dos votos, o povo do Pará decidiu pela

não divisão do Estado.

Na semana passada, tivemos a oportunidade de participar de almoço com toda a bancada do Maranhão, promovido pelo nosso Líder. Independentemente de partidos e posições, de quem é contra e quem é a favor, pactuamos uma luta a fim de que também se realize um debate ou um plebiscito no Maranhão para discutirmos o destino do Maranhão do Sul.

Peço a V.Exa., Sr. Presidente, que registre nos Anais da Casa - prefiro acreditar que seja para os desinformados e não para os mal-intencionados - que, antes de iniciar o debate, já começaram a colocar palavras na boca dos Parlamentares que defendem a realização desse plebiscito. O que se quer, neste momento, é iniciar o debate, coisa que já está acontecendo, na prática, no nosso Estado.

Nós sabemos que o Maranhão já é separado no dia a dia. A cultura de São Luís é totalmente diferente da cultura de Imperatriz. Os serviços já são separados e tratados como sendo de Estados diferentes. Para se ter ideia, o DDD de Imperatriz é 99 e o de São Luís é 98. O de Timon é 99, o mesmo DDD utilizado no Piauí. Em Boa Vista do Gurupi, que fica ao lado do Pará, é 91.

Portanto, já existem divisões econômicas e culturais claras, mas é preciso fazer um debate muito claro também com toda a população, para saber a real importância da divisão ou não do Estado.

Muito obrigado.

Documento 5/36

324.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	17/11/2011-15:24
Publ.: DCD - 18/11/2011 - 62153		PAES LANDIM-PTB -PI
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Editorial Pará dividido, acerca da criação dos Estados de Carajás e Tapajós, publicado pelo jornal Folha de S.Paulo. Correlação entre a matéria e a criação do Estado do Gurgueia. Deficiência no compartilhamento de recursos a regiões do Estado do Piauí.

O SR. PAES LANDIM (Bloco/PTB-PI.) - Sr. Presidente, nessa terça-feira, dia 15, a *Folha de S.Paulo* trouxe um excelente editorial sob o título: *Pará dividido*.

O jornal combate a divisão do Estado, embora reconhecendo que as populações de Carajás e Tapajós são, praticamente, em quase todo o seu segmento, favoráveis à separação.

Sr. Presidente, do meu ponto de vista, foi um erro das lideranças do Pará oferecerem ao plebiscito duas divisões ao mesmo tempo: Tapajós e Carajás. Parece-me que se somente fosse Carajás ou Tapajós, um dos dois seria aprovado.

A *Folha de S.Paulo* lamenta que a criação de Estados traga distorções de ordem oligárquica, sobretudo as situações representativas em relação ao Norte e Nordeste, pelo número de Deputados Federais.

Essa é uma cláusula pétrea que, infelizmente, não se pode mudar. Costumo sempre lembrar que o Estado da Flórida, nos Estados Unidos, tem menos Deputados que qualquer Estado do Norte ou Nordeste do País. Realmente, é um problema sério. Nesse sentido, concordo com a *Folha de S.Paulo*.

O jornal trouxe, em seu editorial, uma observação importante, adequando-se ao meu Estado do Piauí, onde proponho a criação do Estado do Gurgueia.

O que diz a *Folha de S.Paulo*?

"Não se deve, todavia, ignorar o legítimo sentimento de abandono da população dessas regiões. É razoável supor que o expressivo apoio à emancipação não decorra apenas de um natural sentimento regionalista. O resultado indica um anseio legítimo pela partilha mais igualitária dos recursos e maior desenvolvimento regional."

Assim conclui seu editorial:

"Belém precisa direcionar investimentos e levar a presença do Estado a essas regiões (...)"

A maior reclamação do sudeste e sul do Piauí é a falta de investimentos compartilhados com o resto do Estado. Além do mais, Sr. Presidente, a distância entre Corrente, no Piauí, e Teresina é de 900 quilômetros, superior à distância entre aquela cidade do extremo sul piauiense e Brasília.

O Governo Federal acaba de criar a Universidade Federal de Barreiras, na Bahia, distante 150 quilômetros do Piauí, o que, inexoravelmente, vai ampliar a influência da Bahia na região sul do Piauí, já influenciada pelo avanço das áreas produtivas do Estado do Piauí, criando até problemas fronteiriços. O Estado de Tocantins também avança, na Serra das Mangabeiras, sobre a região sul do nosso Estado, abandonado pelos governos do Piauí. Enfim, Sr. Presidente, toda a estrutura médica de Barreiras, na Bahia, serve a essa região do Piauí.

O certo é que a nossa necessidade de visão do Estado é muito superior, talvez, do que acontece hoje no Estado do Pará. Concordo com a *Folha*, com os elementos negativos *sui generis* em qualquer emancipação. Mas, no caso do Piauí, não teríamos esse volume de dívidas que o jornal credita à divisão do Estado do Pará. Poderíamos nos impor uma máquina administrativa enxuta, lamentando apenas o descompasso proporcional quanto ao tamanho do Legislativo em razão, repito, da cláusula pétrea da Constituição. Mas ela gera problemas para todo o País. É um problema grave que somente uma revisão constitucional acordada pelo Congresso poderá corrigir.

Todavia, esse não me parece um argumento suficiente para se contrapor à criação de novos Estados e, no caso específico, ao surgimento do Estado do Gurgueia, a partir do desmembramento das porções sul e sudeste do Estado do Piauí, como peça estratégica do desenvolvimento integrado e sustentável do sudeste piauiense - rico em recursos minerais e naturais - e da nossa região sul, que abriga os nossos cerrados, que, ante a ausência do Estado, sofre com a falta de ações estruturantes nas áreas de energia, estradas, comunicações etc. e, impotente, assiste aos avanços nefastos da escancarada grilagem de terras e dos processos impiedosos de desertificação, desmatamento e todos os tipos de agressão ao meio ambiente, ferindo de morte sua sustentabilidade, como bem exemplifica a inexorável destruição das matas ciliares que protegem as nascentes dos seus rios e fontes naturais, como a majestosa Lagoa do Parnaguá, que, entregue à própria sorte, submetida a vigoroso processo de assoreamento, vem mais e mais encolhendo.

Sr. Presidente, é por essa razão que é importantíssima a visão do Estado do Piauí dentro do próprio contexto que a *Folha* analisou no editorial que acabei de citar.

Muito obrigado.

015.1.54.N

Sessão Extraordinária - CN

26/10/2011-12:44

Publ.: DCN - 27/10/2011 - 2864

GIOVANNI QUEIROZ-PDT -PA

CONGRESSO NACIONAL

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO**Sumário**

Considerações sobre crédito suplementar para a realização do plebiscito a ser realizado em 11 de dezembro próximo acerca do desmembramento do Estado do Pará.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT-PA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, pela Liderança do PDT, quero registrar que nós somos absolutamente favoráveis à votação desses projetos de créditos suplementares. Entendemos que todos são importantes, mas, em relação aos Estados de Carajás e Tapajós, que V.Exa. também corroborou para que pudéssemos ter esse plebiscito dia 11 de dezembro, seria necessário suplementar um pouco esses recursos, tendo em vista a dimensão do Estado do Pará e a necessidade de viabilizar efetivamente, com esse dinheiro, a concretização do plebiscito.

Por isso, venho aqui, em nome do meu partido, me somar ao Governo quando pleiteia esse recurso, para que possa atender a essa missão democrática de ouvir a população do Pará, que, se Deus quiser, será favorável à criação dessas duas novas Unidades Federadas que irão corroborar efetivamente para o desenvolvimento do País e para a melhoria da qualidade de vida do povo paraense. Aquela região ficará mais forte com esses três Estados. Será um Pará mais digno, um Pará, onde o povo, sem dúvida nenhuma, alcançará uma condição extraordinariamente superior, porque vai ter gestão mais próxima, vai ter uma gestão mais profícua.

Era essa a manifestação que eu gostaria de fazer.

Muito obrigado a V.Exa.

Documento 7/36

263.1.54.O

Sessão Ordinária - CD

28/09/2011-15:30

Publ.: DCD - 29/09/2011 - 54019

ZÉ GERALDO-PT -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO**Sumário**

Empenho do PT na realização de obras e ações do Governo Federal no Estado do Pará. Descaso do Governo paraense com a conservação da malha rodoviária estadual. Necessidade de aprovação, pelo Congresso Nacional, da proposta sobre a competência das Assembleias Legislativas Estaduais para a criação de novos Municípios. Posicionamento do orador favorável à criação dos Estados do Carajás e do Tapajós. Participação em encontro com o Ministro da Justiça destinado ao debate sobre conflitos entre índios e trabalhadores rurais no Município de São Félix do Xingu, Estado do Pará.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de começar meu discurso no Grande Expediente, quero registrar o meu protesto contra o fato de ter que esperar por 30 minutos por

causa dessa tolerância. Naturalmente, queremos que todos possam falar, mas, ao sair daqui, tenho uma audiência com o Sr. Ministro da Justiça, da qual participarão três Prefeitos das mais longínquas regiões do Estado do Pará, para discutir questões emergenciais daquela região.

Então, penso também que a tolerância tem de ser de ambas as partes, da parte do orador e da parte do Presidente. Há momentos, nesta Casa, em que estamos mais folgados e outros em que estamos bastante ocupados.

Pretendo hoje fazer este pronunciamento voltando-me para o Pará, Estado a que cheguei há 30 anos. Durante algum tempo naquele Estado, consegui atuar tanto no movimento social, por 10 anos, quanto no Partido dos Trabalhadores, como Parlamentar, desde 1994. Este é o meu quinto mandato, sendo o terceiro mandato federal.

Hoje, no Parlamento, nós estamos debatendo e encaminhando questões que eu discutia há 30 anos, no movimento social no Estado do Pará. Depois, por 8 anos, na tribuna da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, eu debatia, reivindicava, cobrava do Governo Federal bandeiras de partidos políticos, de Parlamentares, mas também bandeiras do movimento social.

Cito o exemplo da construção das eclusas de Tucuruí, o asfaltamento da BR-163, o asfaltamento da Transamazônica, a instalação de agências do INSS no interior do Estado, a eletrificação no Estado do Pará, a partir da Usina de Tucuruí. Mas tudo isso, durante 5, 10, 15, 20 anos, não passava de reivindicações.

O Governo Lula tomou a iniciativa de dar respostas, ou pelo menos de dar início aos desafios que outros governos não tiveram coragem de fazê-lo.

E nós nos sentimos mais aliviados quando o Governo Federal criou o PAC. Daí nós pudemos ter certeza de que havia uma definição política e orçamentária para tais obras, obras essas que não são pequenas. Não se trata de asfaltar 100, 200, 300 quilômetros de rodovias, mas de 2 mil, 2.200 quilômetros de rodovias. E na floresta amazônica!

Muitos diziam que o Governo não iria conseguir fazer obras dessa natureza. Pois bem, a Cuiabá-Santarém e a Transamazônica estão sendo asfaltadas, as eclusas de Tucuruí estão prontas, o Programa Luz para Todos teve seu início no Estado do Pará e as universidades estão sendo instaladas.

Deputado Miriquinho Batista, V.Exa. lembra que, há 20 anos, nós não tínhamos nenhum *campus* em Santarém, em Altamira ou em Marabá? Na região oeste do Pará, que não é diferente da região de Marajó, da região tocantina, do sul, do sudeste e das demais regiões, além de haver um grande número de crianças fora da escola, 80% dos professores que lecionavam não tinham o ensino fundamental completo. Olhem bem a realidade que nós vivíamos.

Nos movimentos sociais e no Partido dos Trabalhadores, nós reivindicamos a criação de universidades, de escolas técnicas, e hoje já estamos com a quarta universidade federal pública. As três instaladas são a Universidade Federal do Pará, a Universidade Federal Rural da Amazônia, com sede também em Belém, e a Universidade Federal do Oeste do Pará, com sede em Santarém. Teremos agora a Universidade do Sul e Sudeste do Pará, com sede em Marabá.

Além da Escola Agrotécnica Federal de Castanhal, já em funcionamento, será inaugurada ainda este ano a de Marabá. Temos escolas técnicas em Itaituba, em Santarém, em Conceição do Araguaia, em Abaetetuba, em Castanhal e em tantas outras cidades do Estado do Pará.

Mas se o Governo Federal tem avançado tanto, nós ainda temos muitos desafios, principalmente nas questões agrária e fundiária. O INCRA tem grande demanda pela frente. O Pará é o único Estado no Brasil que tem três superintendências, mas estas precisam ser estruturadas com funcionários públicos, engenheiros, procuradores e recursos para, de fato, fazerem a reforma

agrária na Amazônia, um grande desafio para o Governo Federal.

Nós temos o desafio do Luz para Todos. De repente, nós ainda temos cerca de 50% de algumas regiões sem energia elétrica. Mas temos certeza de que essas demandas serão consolidadas em breve.

Não queremos dizer que tudo no Pará seja da responsabilidade do Governo Federal. A partir do Governo Lula, o Governo Federal tem intensificado o trabalho, está fazendo, mas nós precisamos também fazer com que o Governo do Estado do Pará, agora o Governo Simão Jatene, dê pelo menos continuidade àquilo que o Partido dos Trabalhadores, através da Governadora Ana Júlia, iniciou nos 4 anos anteriores.

Estou preocupado com o andamento das obras, porque já é setembro, daqui a pouco outubro e as chuvas começam em dezembro. E a Secretaria de Transportes do Estado do Pará, o Governo do Estado do Pará não fez praticamente nada nas rodovias estaduais até agora, Deputado Miriquinho. Nada! Nem na Alça Viária, cartão-postal construído na administração Almir Gabriel. Uma porcaria, por sinal. Nunca vi uma estrada tão malfeita! É visível a falta de responsabilidade ao construir uma obra como é a tal da Alça Viária. Foram gastos milhões e milhões na obra e eu nunca vi uma estrada tão malfeita como aquela.

Então, o povo do Pará tem razão de cobrar, de reclamar. É um Estado, Deputado Miriquinho, que, na minha avaliação, arrecada mal. É um Estado em que há muita sonegação e que gasta mal.

Eu, por exemplo, não me conformo com o fato de que o Estado do Pará tenha um Tribunal de Contas dos Municípios que gasta em torno de 100 milhões por ano em sua manutenção. Ora, o Estado de Minas Gerais, com mais de 800 Municípios, não tem Tribunal de Contas dos Municípios, e o Pará, com 144, 145 Municípios, tem um Tribunal de Contas dos Municípios que gasta em torno de 100 milhões! Ora, o Governador, em 4 anos, gastará 400 milhões para manter o Tribunal de Contas de Municípios, enquanto falta dinheiro para a saúde, para a educação e para a segurança, que são dever e papel do Estado.

Quando verificamos o fato que ocorreu agora, mais uma vez, com aquela menina que entrou no presídio da colônia penal, sabemos que é um retrato da situação. E não acontece apenas lá. A situação é grave no Estado, e fatos como aquele demonstram muita insegurança. Então, como o povo vai ficar satisfeito?

Além disso, estamos agora enfrentando o debate sobre a divisão territorial. Será realizado, no dia 11 de dezembro, um plebiscito sobre a divisão do Pará em três Estados. Esse plebiscito será muito difícil. Como já era previsto, e eu mesmo previ e falei com os meus colegas Parlamentares que encaminharam, que, vamos dizer, forçaram aqui a realização desse plebiscito, todo o Estado do Pará vai votar, porque a Constituição de 1988 é clara: votarão as populações diretamente interessadas. E foi essa a interpretação da Justiça Eleitoral.

Como vamos criar os Estados Tapajós e Carajás, cuja população, em sua maioria, será a favor, se a maioria da população do Estado do Pará vai ser contra? É isso que vai acontecer! E as duas regiões, juntas, não chegam a ter 3 milhões de habitantes, mas o Pará tem mais de 4,5 milhões de habitantes.

Então, estamos correndo o risco de a Justiça Eleitoral gastar muito dinheiro para resultado nenhum, porque criação de Estado tem que se fazer com acordo político. Nunca houve no Brasil criação de Estado com a participação do povo. Mato Grosso foi criado no tempo da ditadura militar, e Tocantins foi na Constituinte, mas nenhum Vereador, nenhum Prefeito, nenhum Deputado Estadual, ninguém nunca participou de divisão territorial.

Assim, nós vamos viver este momento. Eu tenho certeza de que é um tema que eu até diria que foi colocado de forma atravessada, porque acho que para haver divisão territorial na Amazônia, teria de haver um acordo, mas não há.

Dessa forma, vai ser um plebiscito em que haverá marqueteiro de um lado, a favor, e marqueteiro do outro, contra, e o Tapajós e o Carajás levam uma desvantagem neste momento. Essas regiões tão distantes são abandonadas pelos governos. Às vezes, passam-se 10 anos sem que um Secretário de Estado visite a região, não se instala estrutura de governo, não se descentraliza.

Para se obter uma licença ambiental em um Município distante do sul ou do oeste do Pará, Deputado Miriquinho, é necessário ir para Belém, onde o processo passa um ano dentro da Secretaria do Meio Ambiente - SEMA para se conseguir uma licença para algo simples, que o próprio Município ou a cidade polo poderia licenciar.

Concedo um aparte ao Deputado Miriquinho Batista.

O Sr. Miriquinho Batista - Deputado Zé Geraldo, primeiro, quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento, pela leitura que faz do Estado do Pará e pela sua vida pública. São vários mandados estaduais e federais. Sua vida pública reflete exatamente a luta, a conquista do dia a dia do povo paraense. V.Exa. faz aqui um relato claro e nítido do nosso Estado. O Estado do Pará, ao longo do tempo, sempre foi esquecido, mas a partir do Governo do Presidente Lula conseguimos tirar algumas políticas que estavam esquecidas e outras políticas foram criadas. V.Exa. aqui destacou a Transamazônica, a Cuiabá-Santarém, a eclusa de Tucuruí, enfim, são inúmeras políticas resgatadas pelo nosso Governo do ponto de vista estruturante, como as universidades. É impossível um Estado do tamanho do Pará com apenas duas universidades públicas, mas agora estamos chegando à quinta universidade pública. Então, tudo isso é fruto de lutas, conquistas do movimento e dos nossos Parlamentares, da nossa influência política. E V.Exa. teve um papel fundamental e importante sobre tudo isso. Evidentemente, ainda falta muito a fazer pelo Pará. Precisamos, cada vez mais, contribuir para que as coisas aconteçam no Pará, mas também não podemos esperar apenas pelo Governo Federal. Nós não podemos contar apenas com o Governo Federal. Nós precisamos - e é urgente - da presença do Governo do Estado, assim como é urgente a presença dos nossos Prefeitos nas principais políticas. Então, queria aqui fazer o meu registro e parabenizá-lo não só pelo pronunciamento, mas também pela sua vida pública e por tudo aquilo que V.Exa. faz pelo Estado do Pará.

O SR. ZÉ GERALDO - Agradeço o aparte, Deputado Miriquinho.

Deputado Padre Ton, que é o próximo orador, hoje, a Amazônia teve sorte, não é? Há dois oradores da Amazônia no Grande Expediente, e é difícil conseguir fazer um pronunciamento no Grande Expediente.

O Sr. Padre Ton - Gostaria de parabenizar o Deputado Zé Geraldo. Antes de eu vir para esta Casa, já assistia a V.Exa. e acompanha o seu mandato como Deputado Federal, escutava sobre sua caminhada. E neste pouco espaço de tempo que tenho convivido com V.Exa, Deputado Zé Geraldo, sei que tem pautado o Pará, principalmente as obras de infraestrutura do Estado, como as BRs. Fala-se muito da BR-163 e também agora, neste momento, acompanho V.Exa. participando da Subcomissão sobre usinas hidrelétricas na Região Norte do País. No seu discurso, Deputado, V.Exa. pautava a questão da divisão do Pará. Eu já fui Prefeito. Há quase 20 anos não se emancipa Municípios no Brasil. Cumpre registrar que eu tenho pautado aqui a distribuição do poder e da riqueza. Eu penso que já é o momento de o Brasil voltar a fazer esta discussão de emancipação de novos Municípios. Todavia, ressalto aquilo que V.Exa. acabou de dizer sobre a questão do plebiscito, da divisão, da criação de novo Estado. É preciso realmente fazer um debate no qual nossa população possa participar. Como Parlamentar do Partido dos Trabalhadores, do meu partido, do Estado do Pará, V.Exa. está de parabéns pela sua atuação constante aqui nesta Casa em defesa do povo do norte e principalmente do Estado do Pará.

O SR. ZÉ GERALDO - Muito bem, Deputado Padre Ton. Nós, com certeza, já somos parceiros nessa luta amazônica - V.Exa. lá em Rondônia, com os mesmos problemas e os mesmos desafios.

Mas quero dizer que o Pará é um Estado de dimensões continentais, talvez o único no mundo que tem um Município em que, para ir da cidade até um distrito, levam-se duas horas e meia num avião monomotor - Altamira a Castelo dos Sonhos.

Inclusive, Castelo dos Sonhos é um distrito muito prejudicado, porque não pode emancipar-se, Deputado Padre Ton, porque nós não temos uma lei aqui no Congresso. Urgentemente, aqui no Congresso, temos de votar uma lei que permita às Assembleias Legislativas dos Estados criarem os seus Municípios.

Nada resolve a situação, por exemplo, de Castelo dos Sonhos se não se criar o Município, até porque os Prefeitos, a 1.100 quilômetros distantes de rodovias, abandonam o Município. Em dois distritos, Castelo dos Sonhos e Cachoeira da Serra, que têm mais de 12 mil habitantes, em 12 anos, dois Prefeitos - um deles teve um mandato e o outro vai terminar o segundo - não fizeram um quilômetro de asfalto, nem no centro desses distritos. E não têm água. Uma mulher que queira dar à luz um filho com parto normal, precisa ir para Garantã, no Mato Grosso, a mais de 200 quilômetros, ou para Novo Progresso, a 160 quilômetros. E ninguém faz nada!

Isso é política do Prefeito e do Governador. Eu cobrei do Governador: *"Governador, faça um hospital de 5 ou 6 milhões aqui, pelo amor de Deus!"* Passam-se 4 anos, 8 anos, 12 anos, 16 anos, 20 anos. O Prefeito recebe dinheiro e não aplica o dinheiro do FUNDEB e da saúde. Recebe ISS de obras e não aplica o dinheiro.

Nós temos desenvolvimento no Marajó. O Governo Federal está levando energia de Tucuruí para o Marajó. Em breve, haverá escola técnica federal e demarcação de terras no Marajó.

Na Região Metropolitana de Belém, a cidade de Ananindeua nunca recebeu tanto dinheiro do Governo Federal, por meio do PAC. Cada cidade recebeu mais de 6 milhões em projetos.

Mas precisamos fazer com que os Estados e Municípios façam um pouco mais. E podem fazer mais, sim, até porque estão recebendo mais do Governo Federal.

Há projetos como Belo Monte, a construção de uma hidrelétrica, com recursos do PAC, respeitando a legislação ambiental, discutindo com a sociedade, criando um plano de desenvolvimento regional, incluindo 11 Municípios, recursos de mitigação. Nunca foi construída no Brasil nem no mundo uma hidrelétrica com a participação do povo, como está acontecendo em Altamira, onde o conselho gestor está participando. No final de semana passado, o conselho gestor já decidiu a aplicação dos primeiros recursos de mitigação com a participação de Prefeitos, de sindicatos, de organizações não governamentais.

Mas nós precisamos que o Governo Federal acelere essas políticas. Nós precisamos mudar a legislação, como é o caso da lei que proibiu a criação de Municípios.

No tempo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso se faziam estas coisas: *"Ah, tem corrupção na SUDAM!"* Acaba com a SUDAM! Fecha tudo! *"Ah, está-se criando Municípios demais! Há Município no Brasil com menos de 2 mil habitantes. Está proliferando."* Não pode mais criar Município! Pronto. Para. Era assim que funcionava.

"Ah, aquelas rodovias, a Cuiabá-Santarém e a Transamazônica, lá na Amazônia, deixa para lá". Vinte anos nos atoleiros! Eu enfrentei, este Deputado aqui, de moto, à pé, de ônibus, de carro. Em alguns períodos de chuva, durante 20 anos, de Marabá a Itaituba, trecho que está no PAC para ser asfaltado, se demorava 10 dias, de carro, para chegar, quando chegava. Na Cuiabá-Santarém não era

diferente. Nem as pontes de madeira eram substituídas. Tudo se retomou a partir do Governo Lula.

Tivemos agora, por exemplo, a situação do Ministério dos Transportes. Eu sou contra o cancelamento de uma licitação quando há qualquer problema em uma obra. Não, o caminho não é cancelar a licitação. Temos que nos sentar, fazer ajustes, verificar os erros e tocar a obra para a frente, senão daqui a pouco nós vamos paralisar, mais uma vez, essas obras, como ocorre no Pará, que já espera há tantos anos talvez por falta de um ajuste, de uma negociação entre o Ministério dos Transportes, o DNIT e o Ministério do Planejamento.

No Amazonas, temos um diferencial: são 6 meses de chuva e 6 meses de sol; 6 meses as obras nas estradas ficam em andamento, 6 meses elas ficam paradas. Então, nós estamos muito atentos. O nosso trabalho no Congresso Nacional tem sido este: nos Ministérios, no IBAMA, nos órgãos fiscalizadores para ver se realmente as obras da Amazônia, as obras de um Estado gigante como é o Pará possam realmente avançar e trazer qualidade de vida para o povo. E é um povo receptivo.

Hoje haverá festa em Belém: Brasil e Argentina. Será um grande jogo. Já não há mais vagas. Quem deixou para comprar ingresso no final já não consegue mais. E a Seleção Brasileira talvez não tenha sido recepcionada em outros Estados como vai ser recepcionada hoje em Belém. Vai ser uma grande festa, uma grande recepção.

Sr. Presidente, para terminar...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Vou conceder a V.Exa., Deputado Zé Geraldo, mais 1 minuto. Todos nós contamos com a paciência dos colegas. E se V.Exa. aguardou um pouco para iniciar o seu discurso no Grande Expediente é porque nós estávamos tendo a paciência com os colegas para que eles pudessem fazer os seus discursos.

O SR. ZÉ GERALDO - Eu vou encerrar rapidamente, porque estou correndo para uma audiência com o Ministro da Justiça para tratar de questões da reserva indígena Apitereua, em São Félix do Xingu. Estamos mediando conflitos entre os índios e os trabalhadores rurais. O Governo Federal está trabalhando para fazer justiça a ambos: aos índios e àqueles que chegaram há tanto tempo naquela região. Tenho certeza de que teremos agora uma boa audiência.

Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. Quando temos essas audiências, acabamos ficando um pouco nervosos com o atraso, mas, felizmente, conseguimos terminar no tempo correto. Na verdade, eu não escrevi um pronunciamento, porque essas coisas que eu falei estão na minha cabeça, vêm do dia a dia de minha vida. Naturalmente, existem questões nos Estados de responsabilidade dos Deputados Federais que os representam nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Fica registrado, nobre Deputado Zé Geraldo. Parabenizo V.Exa. pelas suas palavras no Grande Expediente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados e todos os que nos acompanham pelos veículos de comunicação da Casa, o Pará vai viver, no dia 11 de dezembro, um momento novo na história político-administrativa brasileira. Pela primeira vez, em plebiscito amplo e democrático, toda a população de um Estado terá o direito de decidir se concorda ou não que ele seja dividido para a criação de mais uma ou duas Unidades da Federação.

O ineditismo dessa consulta e a importância das questões nela envolvidas recomendam que a decisão seja tomada com muita responsabilidade, levando em conta os verdadeiros interesses do povo paraense. Devemos promover,

portanto, um debate sério e aberto a todas as correntes.

Por pensar assim, decidi abordar o tema neste espaço de Grande Expediente, que permite mais tempo para reflexão sobre os argumentos dos que querem e dos que não querem a divisão e sobre as reais possibilidades de que ela ocorra em prazo curto.

As propostas de redivisão territorial são quase tão antigas quanto o Brasil como País. Já se falava nisso na época do Império, e a certa altura foi cogitada, inclusive, a criação da província do Tapajós, para resolver divergências de limites entre as províncias do Pará e do Amazonas.

Desde a proclamação da República, o assunto voltou a ser discutido várias vezes, mas as divisões efetivamente ocorridas nunca resultaram de consulta direta a toda a população interessada. Para citar apenas dois casos, a divisão do Mato Grosso foi imposta durante o período ditatorial, e a criação do Tocantins, desmembrado de Goiás, decidida pelos Constituintes de 1988.

Desta vez, porém, será diferente, pois os Decretos Legislativos nº 136 e nº 137, de 2011, aprovados pelo Congresso Nacional, determinaram a realização de plebiscitos para a criação, respectivamente, do Estado do Carajás e do Estado do Tapajós.

Defendi desta tribuna a aprovação dos dois projetos, em respeito à soberania popular, e adverti que, ao contrário do que muitos afirmavam, a consulta teria que incluir toda a população do Pará, e não apenas a residente nas áreas do Tapajós e do Carajás.

No dia 24 de agosto, o Supremo Tribunal Federal confirmou esse entendimento, baseado no que diz a Constituição: o plebiscito para o desmembramento de um Estado da Federação deve envolver toda a população interessada, e não somente a do território a ser desmembrado.

Exatamente por isso - porque é preciso respeitar a Constituição e as leis -, quero alertar agora para o fato de que, mesmo sendo a proposta de divisão vitoriosa no plebiscito, não teremos, como muitos pensam, a criação automática e imediata dos Estados do Tapajós e do Carajás.

A Constituição determina que a incorporação, subdivisão ou desmembramento de Estados exige aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

Já a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, estabelece os trâmites para a criação de Estados a partir da realização do plebiscito. Diz o texto que, sendo o resultado favorável à alteração territorial, haverá necessidade ainda de aprovação de lei complementar pelo Congresso, após ouvir a Assembleia Legislativa.

Assim, proclamado o resultado do plebiscito, deverá ser apresentado a qualquer das Casas do Congresso Nacional o projeto de lei complementar criando o Estado. Antes da votação dessa proposta, entretanto, será ouvida a Assembleia Legislativa, que terá de opinar com base em dados administrativos, financeiros, sociais e econômicos.

Os decretos legislativos que determinam a realização do plebiscito em dezembro já estabelecem o prazo de 2 meses, a partir da proclamação do resultado, para que os Deputados Estaduais do Pará se manifestem a respeito da divisão territorial. Só após esse prazo, portanto, a lei complementar passará de fato a tramitar. Sua aprovação exige maioria absoluta na Câmara e no Senado, e os Deputados e Senadores não estão obrigados a endossar a posição informada pela Assembleia Legislativa. Se aprovado no Congresso, o projeto irá à sanção presidencial.

Durante a apreciação da proposta de lei complementar, provavelmente surgirá outra questão importante.

A exemplo do que aconteceu em Tocantins, com o objetivo de facilitar o

processo, é possível que se determine como data de instalação dos Estados do Tapajós e do Carajás o dia 1º de janeiro, coincidindo, assim, com o início de um novo exercício financeiro. Antes disso, entretanto, será necessário eleger o Governador, o Vice-Governador, os novos Senadores e os Deputados Constituintes.

Como no próximo ano teremos, em princípio, apenas eleições municipais, o Congresso deverá decidir se serão realizadas simultaneamente eleições estaduais no Tapajós e no Carajás, de forma que os novos governantes exerçam mandatos de apenas 2 anos, ou se eles serão eleitos só em 2014, para o cumprimento do mandato normal de 4 anos, de acordo com os mandatos dos demais Governadores.

No primeiro caso, dependendo do tempo de tramitação da lei complementar e das providências da Justiça Eleitoral, os novos Estados poderiam ser instalados em 1º de janeiro de 2013; no segundo, apenas em 1º de janeiro de 2015.

Tudo isso leva em conta, é claro, que as propostas de divisão sejam aprovadas no plebiscito marcado para 11 de dezembro.

Porém, mesmo já tendo declarado minha posição favorável à criação dos novos Estados, não posso enganar a população dando a entender que essa vitória está garantida ou que será muito fácil. Na verdade, a obrigação de ouvir toda a população interessada, como manda a Constituição, pode barrar os planos de surgimento, em breve, dos Estados do Tapajós e do Carajás.

O Pará tem, conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral relativos ao mês de agosto, 4.797.167 eleitores, distribuídos em 143 Municípios. Desses, pouco mais de 950 mil, representando 19,8% do eleitorado total, estão inscritos nos 39 Municípios que compõem a área do pretendido Estado do Carajás. Outros 729 mil, correspondentes a 15,2% do eleitorado paraense, estão inscritos nos 27 Municípios que integram a área do projetado Estado do Tapajós. A soma dos eleitores dessas duas áreas fica um pouco abaixo de 1,7 milhão, representando 35% do eleitorado total. Ou seja, os 77 Municípios sediados na área que, em qualquer hipótese, continuará pertencendo ao Estado do Pará detêm mais de 3,1 milhões de eleitores, praticamente 65% do total. Isso significa bem mais do que o necessário para vencer o plebiscito, que se decide, conforme a lei, por maioria simples. Apenas a região metropolitana, formada pelos Municípios de Belém, Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará, tem mais de 1,3 milhão de eleitores, superando 28% do eleitorado total do Estado.

Não somos os mais numerosos, portanto.

Isso deixa claro que, se quisermos vencer o plebiscito, dando um passo indispensável para a criação dos dois Estados, teremos que ser muito competentes na argumentação e no convencimento não apenas dos moradores do Carajás e do Tapajós, mas, principalmente, dos que moram nas demais regiões.

Argumentos existem, e a divisão se justifica. Temos que apresentá-los respeitando os que preferem continuar em um único Estado, porém mostrando que a permanência da atual situação pode ser prejudicial a todos.

O Pará tem 1,24 milhões de quilômetros quadrados, ou mais de 14% do território brasileiro. Isso implica distâncias enormes, impensáveis na maioria dos outros Estados.

Santarém, maior cidade da região do Tapajós, por exemplo, fica a 1.068 quilômetros de Belém. Jacareacanga, um pequeno Município da mesma região, está a 1.818 quilômetros da Capital.

Para os nossos padrões, Marabá, a cidade mais populosa do pretendido Estado do Carajás, até está a uma distância razoável da Capital, 527 quilômetros; já outro Município da mesma região, Floresta do Araguaia, fica a 1.095 quilômetros de Belém.

Certamente não é impossível administrar uma área tão grande, mesmo tendo que vencer distâncias de tal porte, mas a verdade é que, até agora, a maioria dos governos falhou nessa missão. Em grande parte do Pará, falta a presença efetiva do poder público, seja nos transportes, na saúde, na educação, na segurança pública ou em qualquer outro setor.

Lutamos há anos, por exemplo, pelo asfaltamento da Transamazônica e da BR-163, e só a partir do Governo Lula passamos a ser ouvidos e atendidos. O Governo Estadual muitas vezes se omite, Prefeitos se acomodam e a população sofre as consequências.

A criação de três Estados, com áreas menores, poderia tornar a administração mais simples, permitindo aproveitar melhor as potencialidades do Tapajós e do Carajás.

Um estudo publicado em 2008 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com base em dados de 2005, estimou que o Estado do Carajás teria um Produto Interno Bruto de 8,2 bilhões de reais, e Tapajós alcançaria um PIB superior a 3,7 bilhões de reais.

Outros trabalhos, também baseados em números de 2005, mostram que Tapajós teria direito a quase 70 milhões de reais mensais do Fundo de Participação dos Estados e que a arrecadação estadual poderia ultrapassar 52 milhões de reais mensais.

No Carajás, a extração mineral deve receber, nos próximos 3 anos, investimentos em torno de 33 bilhões de reais, e a perspectiva é de que, a médio prazo, esteja ali um dos maiores polos minero-siderúrgicos do mundo. No setor primário, a região já tem 11 milhões de cabeças de gado bovino e está expandindo sua fruticultura. Dados de 2008 indicam que Carajás responde por 55,6% do Produto Interno Bruto e 50,7% da arrecadação do ICMS do Pará.

Outro aspecto muito importante, favorável à redivisão territorial, é a força política que a população ganhará. Hoje, temos três Senadores e 17 Deputados Federais; se criados os dois Estados, teremos nove senadores e, no mínimo, 24 Deputados Federais - provavelmente mais, levando em conta a população com que ainda contará o Pará.

Nossa região precisa dessa mudança, Sr. Presidente! O Brasil não pode continuar convivendo com os desequilíbrios que hoje favorecem alguns Estados, em detrimento dos demais.

Sabemos que há argumentos em contrário, inclusive pelo temor de que a vitória da proposta de criação dos Estados do Tapajós e do Carajás estimule mais iniciativas de divisão. Existem vários outros projetos em tramitação no Congresso Nacional, que, se aprovados, poderiam mudar o mapa do Brasil para um total de 33 Estados e quatro territórios.

De todo modo, cabe à população decidir, e é isso o que nós, do Pará, vamos fazer no dia 11 de dezembro: ouvir o povo sobre o que considera melhor para o futuro do nosso Estado.

Espero, porém, que os debates em torno do plebiscito não sirvam para esconder a omissão do Governo Estadual em relação às justas reivindicações do Tapajós e do Carajás e que, vencendo ou não a proposta de divisão, seja mantida a harmonia entre todos os paraenses, pois somos, antes de mais nada, brasileiros. A divisão que está sendo proposta é apenas territorial. Como bem disse na Internet um defensor da criação dos dois Estados, *"ninguém divide o Pará; nós vamos multiplicá-lo!"*.

Muito obrigado.

Documento 8/36

243.1.54.O

Sessão Ordinária - CD

14/09/2011-17:20

Publ.: DCD - 15/09/2011 - 50521

JOSUÉ BENGTON-PTB -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Aprovação, pela Casa, de projetos de decreto legislativo relativos à realização de plebiscito sobre a criação dos Estados do Tapajós e Carajás. Defesa de criação de novos Municípios no Estado do Pará.

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero dar como lido pronunciamento que faço a respeito do nosso Estado, o Pará.

No mês de maio, foi aprovado o plebiscito que vai discutir a possibilidade a criação de novos Estados no Pará. Mas, eu creio que, não entrando no mérito da discussão desse fato, o Pará, antes que haja plebiscito para a criação de novos Estados, tem a necessidade, Sr. Presidente, de criar novos Municípios.

Vou citar um exemplo para o povo brasileiro. Nós temos uma vila no Município de Altamira, no Estado do Pará, Castelo dos Sonhos, que está exatamente a mil quilômetros da sede do Município. Trata-se de uma vila com 30 mil habitantes, a mil quilômetros distante da sede do Município, e não pode ser cidade. E há outras dezenas no Pará que necessitam ser emancipadas. Eu cito Brejo do Meio, Morada Nova, Vila Santa Fé, Capistrano de Abreu, Cruzeiro do Sul, Cajazeiras, entre outras. Vilas com mais de 20 mil habitantes, em uma distância sempre superior a 50 quilômetros da sede do Município.

É o apelo que faço a esta Casa. Está na hora de nós votarmos a criação de novos Municípios, principalmente no Pará, obedecendo obviamente aos critérios já estabelecidos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta Casa aprovou, em maio deste ano, dois Projetos de Decreto Legislativo, autorizando a realização de plebiscitos que, dependendo do resultado, poderão dividir o Pará e criar dois novos Estados: Tapajós e Carajás. A consulta pública será realizada em dezembro, quando os eleitores paraenses responderão se concordam ou não com a divisão do território.

Não vou entrar agora no mérito dessa questão, o foco é outro. Entretanto, ressalto que precisamos analisar um tema de suma importância para a nossa região e que, até certo ponto, não tem a devida atenção da sociedade. A emancipação de Municípios do Pará é, talvez, uma pauta mais urgente e mais eficaz, em curto prazo, do que o desmembramento do Estado.

Alguns fatores levam à criação de novas cidades, conforme destaca o cientista político João Carlos Magalhães, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o IPEA. Entre eles está o descaso por parte da administração do Município de

origem, a existência de forte atividade econômica local e o aumento da população local.

A grande extensão territorial do Município de origem é outro aspecto a considerar e foi bem salientada pelo engenheiro e ex-Deputado Federal Nicias Ribeiro, em artigo *"Os velhos novos municípios"*, publicado recentemente no jornal *O Liberal*. Com muita propriedade, Nicias ilustra os anseios de populações como a de Castelo dos Sonhos, *"que sonha com sua emancipação, sofre pela falta de um gestor local, e a prefeita de Altamira, por estar a mais de 1.000 km de distância, sofre por não poder dar melhor atenção"*.

De acordo com reportagem veiculada pelo *Diário do Pará*, a Assembleia Legislativa foi receptiva às solicitações das lideranças do movimento pela criação de novos Municípios, aumentando as expectativas dos moradores dos Distritos que aguardam a conclusão do processo de emancipação:

- Brejo do Meio, Morada Nova, Vila Santa Fé e Vila Capistrano de Abreu, em Marabá;
- Vila Cruzeiro do Sul e Vila Cajazeiras, em Itupiranga;
- Rio Vermelho e Vila São José do Araguaia, em Xinguara;
- Vila Novo Paraíso, em São Geraldo;
- Vila Mandi, em Santana do Araguaia;
- Bela Vista do Pará, em Dom Eliseu;
- Bela Vista, em Floresta do Araguaia;
- A já citada Castelo dos Sonhos, em Altamira;
- Vila Nova Canadá, em Água Azul do Norte;
- Taboca, Lindoeste, Gleba Morada do Sol e Nereu, em São Félix do Xingu;
- Vitória da Conquista, Vila Belo Monte e Maracajá, em Novo Repatriamento.

Além das questões supracitadas, o desmembramento responsável desses Municípios será um importante fator na diminuição do êxodo para os maiores centros urbanos e, dessa maneira, vai melhorar a qualidade dos níveis de emprego, segurança pública e habitação tanto nas grandes cidades quanto nas microrregiões. A emancipação também é positiva para a gestão das políticas públicas, que, em razão do nosso extenso território, tem sua implantação comprometida na maioria dos casos. O canal de comunicação entre a população residente e seus representantes político-administrativos será mais estreito, o que certamente vai colaborar para o aumento da influência direta da comunidade sobre suas reivindicações.

O desenvolvimento econômico dessas futuras cidades é essencial para o futuro administrativo delas. Caso contrário, os novos Municípios dependerão exclusivamente do Fundo de Participação dos Municípios, o FPM, o que não é interessante, pois manter uma cidade à custa de outros entes federativos expõe a gestão às intempéries econômico-administrativas externas, ou seja, se o Governo Federal precisar fazer cortes no orçamento, os recursos destinados ao FPM ficarão mais escassos.

O processo de emancipação não pode atender interesses pontuais ou de um determinado grupo, ele deve levar em conta a viabilidade econômica dos novos Municípios, para não torná-los dependentes exclusivamente de repasses da União e do Estado. As novas Prefeituras devem ser eficientes, ter suas economias fortalecidas e evitar, de qualquer forma, operar com déficit público. Com isso, teremos mais dinheiro circulando, mais impostos recolhidos e qualidade nos serviços básicos oferecidos à sociedade.

A decisão será tomada pela Assembleia Legislativa do nosso Estado e, portanto, sugiro às populações dessas localidades que acompanhem de perto esse processo. A emancipação trará benefícios e novas responsabilidades para as sociedades dessas cidades, mas, acima de tudo, vai trazer melhores perspectivas de qualidade de vida e de bem-estar a todo o coletivo.

Deus abençoe o povo do Pará e do restante do Brasil!

Agradeço a oportunidade, Sr. Presidente, e solicito a V.Exa. que autorize a divulgação deste pronunciamento nos órgãos de comunicação da Casa, em especial no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 9/36

213.1.54.O

Publ.: DCD - 23/08/2011 - 43709

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Ordinária - CD

GIOVANNI QUEIROZ-PDT -PA

PEQUENO EXPEDIENTE

22/08/2011-14:24

LÍDER
DISCURSO

Sumário

Defesa de criação do Estado do Carajás.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT-PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho aqui exatamente para falar um pouquinho sobre a criação do Estado do Carajás.

A data está marcada, Sr. Presidente: no dia 11 de dezembro, o povo das regiões sul e sudeste do Pará e o povo do Tapajós deverão comparecer às urnas para dizer se querem ou não se desmembrar da parte maior, que é o Estado do Pará. É a população diretamente interessada, como prevê a Constituição.

A interpretação, às vezes, é um pouco dúbia. Nós Parlamentares votamos o decreto legislativo, que diz em termos absolutos:

"Art. 1º O Tribunal Regional Eleitoral do Pará, de acordo com instruções do Tribunal Superior Eleitoral, realizará no prazo de 6 (seis) meses, a contar da data da publicação deste Decreto Legislativo, conforme previsto no § 3º do art. 18 da Constituição Federal, plebiscito sobre a criação do Estado do Carajás (...)."

É isso o que diz o decreto, ou seja, de acordo com o § 3º do art. 18 da Constituição.

O que diz o § 3º do art. 18?

"Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição."

.....
§ 3º - é a este que nos referimos quando votamos o decreto - *"Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar."*

Muito bem, Sr. Presidente: ouvida a população diretamente interessada.

Para o Constituinte de 1988, com muita vontade de ver isso bem colocado na Constituição, não basta dizer população interessada, tem que ser diretamente interessada. Tem que ser ouvida a população da área que vai ser desmembrada, se ela quer ou não se desmembrar do todo, do Estado-mãe.

Também assim foi a interpretação do Supremo Tribunal Federal, Sr. Presidente, quando decidiu sobre uma ADIN em 1992, logo depois de promulgada a Constituição - porque também era assim no § 4º do art. 18. Ao falar de Municípios, dizia *"ouvidas as populações diretamente interessadas"*. Portanto

uma ADIN da época questionava se não seria a população de todo o Município. E o Supremo Tribunal Federal, em duas ADINs, decidiu claramente, dizendo assim: "*Diretamente interessada no objeto da consulta popular é apenas a população da área desmembrada*". Isso é a ementa, o resumo da decisão do Supremo Tribunal Federal, Sr. Presidente, com relação ao § 4º do art. 18. Logicamente, reportando-se também ao § 3º, que diz "*população diretamente interessada*", não seria outra a interpretação. Essa foi a ADIN nº 478.

O STF, já em outra ADIN, de nº 733, diz assim: "*(...) diretamente interessada no objeto da consulta popular é apenas a população da área desmembrada, única, portanto, a participar dela. Composta a área do município projetado de diversos distritos, (...)*".

Muito bem, Sr. Presidente, há uma ADIN no Supremo questionando a Lei nº 9.709, que, no seu art. 7º, dizia que, no caso de se criarem Estados, terá que ser ouvida a população do Estado - é a Lei 9.709, art. 7º.

Ora, a lei complementar é infraconstitucional; a lei maior é a Constituição. E a Constituição é clara sobre ouvir a população diretamente interessada. E se o Congresso Nacional assim determinou, ele o fez porque compete apenas ao Congresso Nacional, é competência exclusiva do Congresso Nacional.

Só para completar, Sr. Presidente, leio:

Art. 49. É da Competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
XV - autorizar referendo e convocar plebiscito;"

Se nós determinamos pelo ato da nossa competência - que é o decreto legislativo - que, de acordo com o § 3º, seja ouvida a população, nós nos reportamos à população diretamente interessada. É isso que será julgado na quarta-feira. Está na pauta do Supremo Tribunal Federal essa decisão extremamente importante.

Ainda é interessante dizer que a população do Pará também será ouvida. A população do Pará também será ouvida. Será ouvida quando? Será ouvida quando a Assembleia Legislativa for consultada, de acordo também com a Constituição.

Portanto, Sr. Presidente, estou feliz em ver que nós vamos criar o Estado do Carajás, mais uma unidade federada, e o Estado do Tapajós também, nesse mesmo processo, para construirmos um Brasil cada vez melhor e mais forte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha) - Ilustre Líder Giovanni Queiroz, parabênizo V.Exa. por essa luta, que certamente será vitoriosa, da criação do Estado do Carajás, que será o mais novo Estado do País e haverá de ter toda a pujança e todos os merecimentos que o povo exige.

A população brasileira haverá de estar do seu lado.

Documento 10/36

193.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	04/08/2011-16:15
Publ.: DCD - 05/08/2011 - 39554	WANDENKOLK GONÇALVES-PSDB -PA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Atuação do orador na condição de Presidente de Subcomissão Permanente da Comissão

de Minas e Energia, destinada ao acompanhamento da implantação de grandes projetos minerais e hidrelétricos no Estado do Pará. Agradecimento ao eleitorado paraense pela reeleição do orador, em especial aos habitantes do Município de Altamira. Não cumprimento, pelo Consórcio Norte Energia, de exigências constantes no edital de licitação das obras de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Defesa de instalação de usina siderúrgica no Município de Marabá. Protesto contra a suspensão de obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC no Estado do Pará. Insuficiência de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento da região amazônica. Apoio à criação dos Estados de Tapajós e Carajás.

O SR. WANDENKOLK GONÇALVES (PSDB-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje é um dia importante para esta Casa, para este Parlamento, para todos nós, Parlamentares, principalmente como V.Exa., que acompanha dia a dia as preocupações, e, ao mesmo tempo, sugestões para minorar e em alguns casos até resolver as questões que afligem nossos respectivos Estados, principalmente nosso País.

Venho inicialmente fazer um comunicado e um agradecimento especial. Primeiro, ao meu partido, depois, aos meus pares da Comissão de Minas e Energia que me conduziram à presidência de uma Subcomissão Permanente que deverá acompanhar as obras, principalmente as condicionantes da Hidrelétrica de Belo Monte, na região do Xingu, da Siderúrgica ALPA, que se está instalando em Marabá, além da situação dos garimpeiros e, principalmente, a questão que envolve toda a possibilidade de geração de energia para aumento da renda e dos empregos por que tanto este País clama.

Então, quero agradecer a eles essa deferência, agradecer principalmente o reconhecimento de me colocarem nesse posto, um dos maiores desafios que recebi neste Parlamento. Tenho certeza de que, com a ajuda de todos, haveremos de encontrar os caminhos que poderão fazer com que a geração de energia limpa possa trazer ao País o tão propalado desenvolvimento sustentável. Ontem, Sr. Presidente, com muito honra, acompanhei - em que pese ser um Deputado do PSDB - um grupo de Ministros até o Município de Altamira. Aliás, um Município que sempre me deu votações expressivas em todos os momentos das minhas disputas eleitorais.

Desta vez não foi diferente: quase 17 mil votos me trouxeram de volta ao Congresso Nacional. E eu não poderia, mais uma vez, de deixar de agradecer àquela gente, não só de Altamira, mas de toda região da Transamazônica, do Xingu, do sul do Pará, aliás, de todo o Pará. Eu tive a oportunidade de ser votado nos 143 Municípios daquele Estado.

Lá, tive a oportunidade de participar ontem de um evento belíssimo, emblemático, coordenado principalmente pelo Governo do Estado, quando determinou para aquela região um projeto de resgate e, acima de tudo, de condução do processo de cidadania. Milhares de pessoas foram às ruas, atendendo ao chamamento do Governo. E os Ministros que para lá foram, que se deslocaram de Brasília até lá, nos ajudaram numa parceria tripartite dos Governos Federal, Estadual e Municipal.

Acho que é assim que tem que funcionar as coisas neste País, porque, na hora em que conseguimos nos unir, quem ganha é povo. Na hora em que se divide a conta, quem a paga é principalmente o povo.

Por isso, quero parabenizar todos, agradecer ao pessoal da ELETRONORTE, da ELETROBRÁS, que estiveram conosco lá, mas principalmente a uma pessoa em particular, que conseguiu resgatar e continua resgatando ainda hoje a expectativa de mais cidadania com a Operação Documento, significativa naquela região, a Dra. Izabela Jatene, que coordena o Programa do Pró-Paz, da

Operação Cidadania Xingu.

Um aviso a todos aqueles Municípios: essa ação vai se estender por todos os Municípios da circunvizinhança, em toda a Transamazônica, inclusive com ações também ligadas à zona rural. Por isso, a eles e principalmente ao Governo do Estado o nosso reconhecimento, o nosso agradecimento e, acima de tudo, a manifestação de agradecimento de toda aquela gente boa da região.

Mas nem tudo foram flores por lá, Sr. Presidente. Eu, como disse a V.Exa., como Parlamentar, presido esta Subcomissão que já está acompanhando as obras da Hidrelétrica de Belo Monte, no que diz respeito principalmente às condicionantes emergenciais, três condicionantes das 40 definidas no edital de licitação da obra, arrematado no leilão pela Norte Energia, que tem um *pool* de dez empresas das mais emblemáticas do sistema de construção de barragens neste País.

Infelizmente, as condicionantes principais da área de saúde, de educação e principalmente de segurança ou caminham a passos de tartaruga ou não caminharam ainda para lugar nenhum.

Eu estive, por exemplo, no Município de Vitória de Xingu, que, entre as condicionantes, ficaram de fazer imediatamente a ampliação e recuperação do hospital municipal. Até agora não passou ninguém por lá. Altamira, na mesma condição no que diz respeito à saúde. E o agravante, Sr. Presidente, é que a cada dia chegam dezenas, centenas de pessoas. Daqui a pouco, milhares vão se dirigir para aquela região, acreditando em terra prometida, acreditando na geração de emprego, acreditando na geração de renda. E principalmente esses impasses, as despesas, as angústias sobram para as Prefeituras Municipais.

A Prefeitura de Altamira vive uma situação de muita dificuldade, porque o Governo do Estado passou a penalizou sobremaneira, não colocou um alfinete, como se diz na gíria, não colocou um prego numa barra de sabão naquele grande e importante Município no contexto da Transamazônica e do Xingu.

E agora a Prefeita Odileida luta para recuperar tudo isso. Logo quando ela estava conseguindo respirar, já com o Governo do Estado acenando, acertando convênio para pavimentação asfáltica, ampliando o Hospital Regional, dando garantia de recuperação da saúde, melhorando a situação da segurança pública, aumentando o efetivo policial, infelizmente, chega gente de todas as partes do País.

E não estou falando do Governo brasileiro, que cumpriu a sua parte - temos é que agradecer a ele, porque bateu o martelo, disse que ia fazer e está fazendo -, estou realmente cobrando publicamente é do consórcio que ganhou a concorrência e arrematou o leilão. E nesse edital estão especificadas todas as condicionantes, que não aconteceram.

Então estou angustiado e preocupado com o fato de essas questões ainda não terem sido resgatadas. Quantos aos empregos, uma das condicionantes, estão chegando principalmente para nós marceneiros, pedreiros e carpinteiros. Claro que são profissões emblemáticas, necessárias, honestas e, acima de tudo, reconhecidas. Mas os principais empregos, principalmente para a nossa juventude, na área de tecnologia, na área de geração do conhecimento, na instalação de universidades, com a possibilidade de formação dessa mão de obra, infelizmente ainda não chegou na nossa região. *"Ah! Mas ainda não começou a obra!"* Sim, mas nós temos que preparar essa mão de obra justamente para, quando da liberarão da licença de operação da obra, estar preparada para assumir os compromissos assumidos com todos nós daquela região.

Defendemos de maneira ferrenha, todos nós, sem exceção, brigamos há mais de 20 anos para que essa hidrelétrica seja instalada na nossa região. Nós entendemos como o caminho mais curto para o nosso desenvolvimento. Mas, de um lado, quando nós temos um rio, aquele rio é a minha rua, aquele rio é a nossa

rua, nós vamos ceder a nossa rua, nós vamos ceder a nossa casa para que o Brasil possa avançar com o seu parque industrial no seu processo de desenvolvimento, que é um desenvolvimento para todos nós. Afinal de contas, somos todos brasileiros. Mas não está havendo a contrapartida necessária para que possamos avançar paralelamente à construção da obra, para que possamos avançar paralelamente na possibilidade concreta do desenvolvimento sustentável e, principalmente, na melhoria da qualidade de vida de cidadãos e cidadãos altamirenses e de toda a região.

Por isso vim até aqui fazer esse alerta, cobrar da Norte Energia com a mesma disposição que eu tive quando participei de todas as audiências públicas, enfrentando, inclusive, nações indígenas, enfrentando no bom sentido, conversando com eles, mostrando a dificuldade que iríamos ter quando essa obra fosse instalada. Essa mesma preocupação eles não estão tendo conosco. Com a mesma determinação que tive para enfrentar todos esses segmentos sociais, aliás, todos eles com reivindicações justíssimas e oportunas; com a mesma predisposição, a mesma ação parlamentar; posso me posicionar contrariamente para que essas coisas avancem.

Vamos agora fazer a última etapa, a licença de operação. Já foi dada a licença prévia, a licença ambiental, a licença de implantação. Conversamos com os Prefeitos, com os Vereadores, com os segmentos sociais, pedindo o entendimento, dizendo que iríamos imediatamente usufruir dos compromissos que nos foram feitos em todos os níveis, inclusive em Brasília. Agora, quanto a licença de operação, segura que o bicho vai pegar! Se não começarem a resgatar, se não colocarem no papel, no cronograma temporal, quando essas coisas vão acontecer, não vamos poder sair nem fazer.

Conversei com a Prefeita Odileida, com o Prefeito Liberalino, de Vitória do Xingu, sobre onde realmente vai se instalar a hidrelétrica. Também conversei com o Prefeito de Brasil Novo e os 11 Prefeitos que integram o Consórcio Belo Monte. Haverá uma reunião, na próxima semana, com o Norte Energia, a ELETRONORTE, a ELETROBRÁS. O próprio Governo brasileiro tem que nos dizer quando essas coisas vão realmente começar a ser resgatadas, porque a cada dia chega mais gente, mais gente, e as questões sociais se avolumam.

Não adianta dizer que se vai pintar ou recuperar uma escola, que se melhorou a oportunidade para a educação. Você simplesmente está pintando a escola; você não acresceu uma sala de aula, você não acrescentou uma carteira, você não pegou um aluno a mais. Não adianta dizer que se recuperou um hospital, como é o caso do Hospital Municipal de Vitória do Xingu e do de Altamira - telhados foram trocados, pintura nova, porque você não aumentou um leito hospitalar. Temos a consciência de que não se faz um hospital de cem leitos, como o que nos foi prometido, em 2 dias, 1 ano, 2 anos. Não se faz. Mas enquanto não temos essa condição, por que não contratar leitos na rede particular de saúde? Enquanto não vem a Universidade Federal do Xingu, que lá está compromissada também, por que não liberar bolsas para estudantes nas universidades particulares, para preparar essa mão de obra, para que nossos jovens possam disputar, com qualidade, o mercado de trabalho? Minas Gerais tem 14 universidades. Lá só temos duas, e atravessando uma dificuldade desgraçada, totalmente sem condições de ampliar a quantidade de alunos no curso superior.

Vim aqui hoje trazer essa preocupação, essa determinação, principalmente, Presidente, trazer o apelo para V.Exa., que está sensível a essas questões. Tenho acompanhado o discurso que V.Exa. profere não só da tribuna, mas, principalmente, de sua bancada. Que nos ajude nessa questão, que repensem. Daqui a pouco, aquilo ali pode se transformar em um caos, em uma questão fratricida, entre irmãos. Aí, vamos sofrer consequências danosas, que nunca mais poderão ser reparadas. Por isso o Norte Energia, por isso a

ELETRONORTE, por isso a ELETROBRÁS, por isso o Governo brasileiro.

Nós precisamos realmente da contrapartida. Não estamos pedindo nada. Nós estamos cedendo nosso patrimônio, estamos cedendo nosso Rio Xingu, belíssimo, aquele rio é a minha rua; estamos cedendo a nossa rua, a nossa avenida principal, para desenvolver este País, e precisamos ter a contrapartida necessária, não a contrapartida como a que fizeram em Arco de Fogo, que engessou todo mundo, acabou com o segmento madeireiro, desempregou mais de 17 mil pessoas. Enfim, criou-se um caos generalizado na nossa cidade e ela está inchada; é uma verdadeira bomba de efeito retardado. Se imediatamente não conseguirmos dar destinação de emprego a essa gente, as coisas vão começar a se agravar, e muito, principalmente na questão da segurança pública. Ora, uma das reivindicações que constam no edital de licitação da obra, do leilão público, é a demarcação de terras indígenas. Eu mesmo defendendo isso há mais de 40 anos. Mas ao invés de se demarcarem as terras indígenas que fazem parte da área que vai ser inundada, eles estão demarcando lá para o Município de Uruará, que fica a quase 220 quilômetros, mais 100 para dentro, enfim, 300 quilômetros longe da barragem.

Para dar uma satisfação, fizeram pior a emenda do que o soneto. Pegaram a comunidade de Cachoeira Seca, Presidente, que tem mais de 2 mil produtores de cacau, pimenta-do-reino, pecuária, arroz, milho, feijão, produtores rurais, agricultores familiares, e foram lá para demarcar. Desalojaram aproximadamente 2 mil famílias, mais de 5 mil pessoas, para dar uma área gigantesca a 60 índios. Nada contra a comunidade indígena, muito pelo contrário. Reconheço a importância que teve no contexto da nossa história e reconheço a importância da cultura, mas são mais de 2 mil famílias! Eles vão para onde? Aliás, quem os colocou lá foi o próprio Governo brasileiro, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, quando os assentou naquela área. Então, é preciso ter um entendimento, diminuir o tamanho dessa demarcação, fazer realmente um pacto com as comunidades indígenas, com a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, com o Governo brasileiro, os Governos Federal, Estadual e Municipal, principalmente com aqueles que vivem lá, para que possamos buscar um entendimento entre irmãos, para que possamos continuar o tão propalado desenvolvimento sustentável.

O outro lado do rio, o lado do Pará, é o sul do Pará, minha terra querida. Sou filho de Tupirama, com muito orgulho, vizinho de Marabá, onde comecei os meus estudos; fiz primário, ginásio, depois fui para Belém, fui para o Rio Grande do Sul. Consegui com a ajuda, graças a Deus, do meu pai, cabo da Polícia, e da minha mãe, professora leiga. Agradeço a eles e a toda a minha família, que me trouxessem até este Parlamento. O caboclo sai lá das barrancas do Tocantins, sem conhecimento de ninguém, e consegue chegar aqui, ao Congresso Nacional, junto com 512 pares. Para mim, é um orgulho todo especial de um momento da minha vida, vamos dizer, mais gratificante e com maior amadurecimento, poder participar e aprender. Aquilo que eu disse ainda agora é verdadeiro, não é nenhum *mise-en-scène*; é aquilo mesmo; a cada dia neste Parlamento aprende-se mais, prepara-se mais, e esse preparo temos de utilizar em favor daqueles que não tiveram ou não terão condição de nos ajudar a desenvolver este País.

É assim que faço política. Eu não faço política contra o Brasil; eu não faço política de oposição a ninguém; eu não faço disso um cavalo de batalha para fazer política com o fígado e não com o sentimento, não com o coração, com a razão. Aqueles que me conhecem sabem da minha maneira de fazer política. Quarenta anos de vida pública! Desafio a *TV Câmara*. Desafio - 40 anos de vida pública - alguém a apontar o dedo na minha cara, a mostrar uma mazela minha, a me chamar de ladrão, bandido, assassino. Desafio! Quarenta anos! Fui

Secretário de 6 Governos diferentes no Estado do Pará, 6 Governos diferentes, de partidos diferentes. Desafio qualquer um deles a apontar o dedo na minha cara e me mostrar qualquer desvio de conduta, qualquer desvio ético, qualquer desvio moral. Desafio!

Eu tenho orgulho de ser político. Tenho orgulho. Quando vejo essas coisas acontecendo na mídia nacional... Não são todos os políticos, minha gente. É uma meia dúzia, uma pequena parcela, como tem em todos os segmentos da sociedade e que não podemos extrapolar. Lá em Marabá não está sendo diferente. Há mais de 15 anos promete-se a instalação de uma siderúrgica, que é o nosso sonho de geração de emprego e renda - quase 20 mil empregos, diretos e indiretos. Todo ano é a mesma conversa fiada.

Quando começaram esse discurso, a tonelada de minério de ferro custava 17 dólares; hoje, a mesma tonelada de minério de ferro custa 200 dólares. A Vale do Rio Doce, ou a Companhia Vale, como se chama agora, dizia que a exploração do nosso minério seria para 400 anos. Seria, sim, para 400 anos, quando a Vale tirava minério na costa de jumento; hoje tem 3 trens com centenas de vagões entregando minério diariamente, exportando pelo Porto de Itaqui, no Maranhão, enriquecendo os chineses que manufaturam o minério, verticalizam, gerando emprego e renda para eles, enquanto temos que comprar carros com nosso minério, com nosso ferro. E a nossa gente desempregada, e a nossa gente sofrendo, e o povo de Marabá sem possibilidade de ter emprego e renda. Gostaria que realmente recebessem atenção. Prometeram essa siderúrgica. Eu dizia sempre que não acreditava nela, mas torcia, e continuo torcendo, para estar equivocado. Mas só torço para estar equivocado.

Ora, a Vale, uma *expertise* do conhecimento administrativo e tecnológico, jamais faria uma siderúrgica se tem cinco condicionantes que preconizam, que antecipam a possibilidade concreta da verticalização do nosso minério. Não tem a hidrovía do Rio Tocantins.

Aí eu fiquei triste com o que li no jornal de ontem, por causa dessa questão do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, que não é do DNIT, não é do Ministério dos Transportes, não é de governo, mas de pessoas específicas. Quem errou paga! Não temos que ter compromisso com o erro. Mas quem vai pagar o pato somos nós.

Eu vi agora que a Presidente Dilma queria apelar a V.Exa. para que também tivesse essa sensibilização. É a única obra do Programa de Aceleração do Crescimento que nós temos: a hidrovía. Mas li na grande imprensa que foram retirados os recursos do PAC para a hidrovía. Vi nos jornais da grande imprensa que foram retirados os recursos para o Porto de Marabá, que pode ser a integração dos modais, terrestre, rio abaixo, Rio Tocantins, hidroviário. Também era uma obra do PAC.

A Transamazônica, que estava no PAC, que liga Marabá ao restante do Brasil todo, também teve sua obra suspensa, porque não sei quem superfaturou. Foi o que o relatório mostrou. Nós não temos culpa disso. Punam os culpados! Devolvam o dinheiro aos cofres públicos, mas não punam a nossa gente, milhares e milhares de brasileiros que foram colocados lá pelos nossos governos! E, aqui, falo de governo impessoal: Governo brasileiro é Governo brasileiro! São milhares de colonos largados nas vicinais; outros nos ribeirinhos. A Hidrelétrica do Tocantins, também próxima a Tucuruí, que gera energia para este País todo de maneira integrada, e agora a usina de Belo Monte...

Qual é a contrapartida, Presidente? Qual é a contrapartida, Governo brasileiro? Qual é a contrapartida, Sras. e Srs. Deputados, que vamos ter por estar ajudando o Brasil? Eu considero que o Brasil tem que se desenvolver de maneira sustentável, e a única maneira pela qual nós, amazônidas, podemos ajudar a desenvolver o Brasil é desenvolvendo a própria Amazônia. Essa é a nossa

contribuição. Ou a Amazônia não é Brasil?

Eu costumo chamar a Amazônia de Geni, daquela música *Geni e o Zepelim*, da Ópera do Malandro, de Chico Buarque de Holanda. Quando é para salvar a Nação, chamam a Geni, que é a salvadora. Depois quando vai embora, jogam pedra na Geni, jogam bosta na Geni. Essa é a Amazônia que estamos vendo hoje.

A Amazônia é o pulmão do mundo; é responsável pelo não aquecimento global, pela nossa biodiversidade. Tudo é a Amazônia. Mas quais são as políticas públicas que temos para a Amazônia? E eu não estou falando só deste Governo, mas de todos os Governos, inclusive daquele do qual participei.

Onde estão as políticas públicas? Onde estão as contrapartidas necessárias na medida em que se faz o engessamento de que não se pode mais desmatar, desflorestar, porque o ambiente está sendo prejudicado. Tudo isso pode até ser verdade, mas qual é a nossa contrapartida, principalmente para o Estado do Pará? Em toda a Amazônia, nós temos várias Zonas de Processamento de Exportação. Em Manaus, nós temos a Zona Franca. Por isso, Manaus não avançou no desmatamento, porque é onde está o parque industrial, na Capital. Por isso que nós temos de multiplicar esse incentivo cada vez mais.

O Pará não tem uma unidade de Zona de Processamento de Exportação. Todos os Estados do Amazônia têm: Roraima, Rondônia, Acre, o Amapá, onde foi instalada pelo Sarney. Mas nós não temos. Lá é só mazela; lá é só engessamento; lá é só "não pode"; lá não pode isso, não pode aquilo.

Eu achava por um tempo que era porque os governos eram tucanos. Passamos 12 anos governando o Pará e avançamos significativamente. Vocês podem comprovar. Nós éramos o terceiro Estado mais bem avaliado nas finanças públicas do País. Hoje nós somos o último. Mudamos do tucanato para o PT.

Eu não vou falar sobre isso porque não quero desperdiçar esse meu momento de angústia e, ao mesmo tempo, de apelo. Eu não vou me preocupar em falar sobre isso. Mas vai sair um relatório, e V.Exas. vão ter a oportunidade de ver o que fizeram com o meu Estado: uma desgraceira só. É quase um 1 bilhão em dívidas, empréstimos. Pior que fizeram empréstimo e ninguém sabe onde está o dinheiro, onde está a obra. Isso vai já aparecer também no contexto nacional. Vou deixar para falar em outra oportunidade.

Neste momento, eu gostaria de, mais uma vez, fazer um apelo à Companhia Vale. Esse mesmo discurso eu fazia antes da campanha. Sabem o que eles me disseram em uma audiência pública? "*Quem enfrenta a Vale não se elege*". Eu peguei o microfone e disse: "*Meu amigo, eu não estou preocupado com a próxima eleição. Eu estou preocupado com a próxima geração, que é a geração que vai me substituir, que é da minha cidade, onde o meu umbigo está enterrado; onde mora minha família; onde moram meus irmãos; onde estão meus amigos, onde está a minha história*". É nisso que eu estava pensando. Graças a Deus o povo me entendeu e votou em mim de novo, mesmo ele não querendo.

Agora, ao assumir a Presidência da Comissão, não vou entrar para retaliar, não vou entrar para prejudicar ninguém. Ontem mesmo, inclusive na minha ausência, porque eu estava em Altamira, foram aprovadas duas audiências públicas, por unanimidade, na Comissão de Minas e Energia e na minha ausência! Todos se sensibilizaram com isso. Aprovaram uma audiência pública em Marabá - e a dona Vale vai ter que dizer onde é que vai fazer essa siderúrgica com o nosso minério - e outra em Altamira. Eles vão ter que dizer quando vamos começar a receber os benefícios da Hidrelétrica de Belo Monte, o maior projeto da América Latina, o maior projeto do PAC.

Não têm jeito, eu não vou abrir mão dessas coisas. Eu fui eleito para isso. O povo votou em mim, acreditando que eu seria capaz não de aprovar sozinho, mas de sensibilizar todos vocês, para que pudéssemos mostrar que o Pará, a Amazônia,

não são problemas. Nós somos solução para os problemas do Brasil.

Estão aí dois exemplos de solução para o problema do Brasil. É preciso que se entenda isso, é preciso que se reconheça isso. E aí, meus amigos, lá começou, e o Congresso entendeu perfeitamente quando autorizou a consulta plebiscitária para a divisão do Pará em mais dois Estados: o Estado de Tapajós e o Estado de Carajás, justamente para que poderemos encampar esses desafios, para poderemos resgatar esses comprometimentos, que até agora realmente não foram resgatados.

Veja uma questão esdrúxula, Sr. Presidente: federalizaram um pedaço da BR-150, a principal rodovia estadual, que vai de Belém e ao extremo sul do Pará. Uma coisa absurda também. Se fosse para federalizar, teriam que federalizar toda ela. Inclusive, depois, eu propus a federalização. Federalizaram de Marabá a Redenção, e não federalizaram de Redenção para cima, nem de Marabá para baixo.

O Governo agora está recuperando toda a parte que compete às PAs, fazendo uma obra belíssima, até a alça viária. Mas não pode fazer nada na área federalizada. E o que é mais triste é que, no cronograma de obras do DNIT, no Ministério dos Transportes, não existe um tostão sequer para se fazer a recuperação da área federalizada. Ninguém faz nada, ninguém diz nada e vai ficar por isso mesmo! De que adianta eu ter uma estrada despedaçada, em que eu não vou poder trafegar de um lado para o outro? Não vou poder atravessar do Pará para pegar as estradas do Tocantins, do Mato Grosso, vizinhos nossos que têm estradas belíssimas.

Daí surgiu o nosso sentimento de criar uma nova unidade federativa, o Estado do Carajás. É um Estado rico! Para que eu quero um Estado rico com um povo pobre? Para que eu quero um Estado rico sem universidade, sem educação, sem ciência e tecnologia, sem perspectiva de um desenvolvimento que pode e deverá contribuir significativamente com o desenvolvimento do Pará remanescente - que estou chamando de novo Pará - e com o Estado novo que vai ser criado?

Eu sou paraense com muito orgulho. Eu jamais iria dividir o meu Estado se não fosse bom para o Estado mãe e para o Estado que vai ser criado. Eu não seria irresponsável, eu não seria louco de fazer um negócio desse.

"Ah, todos são forasteiros!" Como sou forasteiro se sou filho de lá, se nasci lá? Aliás, chamam o nosso pessoal de forasteiro, o pessoal que veio do Rio Grande do Sul, mas lá é uma síntese do Brasil, da cultura brasileira. Lá tem maranhense, tem capixaba, tem goiano, tem mineiro, tem todas, graças a Deus, todas as representações das diferentes regiões deste País. Todas estão lá, em nossa região. Produtores qualificados, empresários qualificados, todo mundo acreditando realmente que ali é o Eldorado. E é o Eldorado do desenvolvimento do País.

Estamos juntos. Ninguém escolhe o lugar em que vai nascer. Eu não escolhi, foram meus pais. Mas o lugar em que você vai morar você escolhe. Então esses que estão sendo cognominados, execrados até, chamados de forasteiros, às vezes são muito mais paraenses do que muitos paraenses que nunca contribuíram com o Estado do Pará. Nós temos é que nos unir. Nós temos é que mostrar a diferença.

O Governador do Estado, que é paraense, com muito orgulho, está acima dessas questões. O que ele disse antes da campanha, ele disse durante e depois: *"Respeito a consulta plebiscitária. O que der na consulta plebiscitária, eu vou reconhecer. Eu vou respeitar a vontade popular. Seja sim, seja não"*. Isso ele disse antes, disse durante e está dizendo depois. E nem por isso ele está retaliando. Ele fez um Governo itinerante em Santarém, que é a possível Capital do Tapajós. Levou todos os Secretários. Liberou recursos para todos os Municípios, inclusive para Santarém. Vai fazer a mesma coisa agora em Marabá,

até o final do mês. São três dias com o Governo itinerante, com todos os Secretários, para tentar minimizar e resgatar essa angústia de todos nós. Ele poderia muito bem ter assumido uma bandeira. E, se assumisse, já era o plebiscito! Nós estamos só querendo dar uma demonstração.

Este Plenário, este Congresso, fez a mais perfeita tradução de um processo democrático, que é a consulta plebiscitária. Estão dizendo: *"Ah, pode até passar no plebiscito, mas, lá no Congresso, não passa"*. Aí eu quero pagar para ver. Eu tenho o nome de cada um naquela votação. Todos votaram. Foi unanimidade. Este Congresso não vai ser irresponsável - porque eu conheço a grande maioria dos seus membros - de legitimar um plebiscito, o povo votar "sim", e, quando chegar aqui, ele dizer "não". Isso não existe. Isso não existe na política brasileira. Isso não existe na democracia. Fiquem tranquilos. Aqueles que são pelo "sim", votem "sim", e quem não quiser, vote "não". Não tem problema. É também um processo democrático.

Por isso eu vim aqui apelar a todos os Srs. e às Sras. Parlamentares para que nos deem força, nos deem ajuda. Nós estamos precisando. Nós temos uma maneira de contribuir para o desenvolvimento do Brasil: desenvolvendo o Pará, desenvolvendo a Amazônia.

Muito obrigado. Um forte abraço. Fiquem com Deus e até outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) - Parabéns, Deputado Wandenkolk. Eu gostaria de respaldar as suas palavras. O Estado brasileiro - estou falando do Estado, não estou falando dos governantes - tem que fazer com que as contratadas cumpram as contrapartidas, principalmente nessas grandes obras que causam impacto muito grande nas populações envolvidas.

V.Exa. tem inteira razão de focar o seu mandato nessa questão. Parabéns!

Documento 11/36

193.1.54.O

Sessão Ordinária - CD

04/08/2011-16:45

Publ.: DCD - 05/08/2011 -
39583

ONOFRE SANTO AGOSTINI-DEM -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMUNICAÇÕES
PARLAMENTARES

COMUNICAÇÃO
PARLAMENTAR
DISCURSO

Sumário

Apoio à divisão do Estado do Pará. Defesa da votação em regime de urgência de projeto de lei sobre a criação de novas escolas técnicas no País. Elogio ao Governo Federal pelo lançamento de plano de erradicação da miséria. Acerto da iniciativa da Presidenta da República de instituição de plano de fortalecimento do setor produtivo. Apresentação do Projeto de Lei nº 1.908, de 2011, sobre tratamento diferenciado, em relação à incidência do IPI, a estabelecimentos industriais, ou estabelecimentos equiparados a industriais, com operações resultantes em produtos reciclados com resíduos sólidos.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (DEM-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro eu quero dizer ao Deputado do Pará que se aqui houver dois votos são o meu e o dele, porque eu voto em favor da emancipação dos dois Estados. Acho que quando o povo diz sim nós temos

de confirmar aqui que foi dito lá. Portanto, sou favorável à emancipação dos dois Estados.

Sr. Presidente, venho trazer ao conhecimento da Casa um projeto de lei que estamos apresentando. Na sessão da manhã nós tivemos um atritozinho, Deputado, que não foi absolutamente pessoal. No campo das ideias, nós podemos conflitar. É muito importante o conflito e a discordância no campo das ideias, sem ferir os princípios da ética, dos bons costumes etc.

Na hora do almoço eu comecei a meditar, Deputado. E por que nós não apresentamos uma agenda positiva? O Brasil, a Presidente da República está a conclamar este Parlamento para que ajude nessa agenda positiva.

Eu já disse e V.Exas. sabem que eu não faço parte da bancada que dá sustentação ao Governo Federal, mas eu sou a favor do Brasil. Nos projetos que entendo serem bons para o Brasil estarei do lado da Presidente da República. Tenho aqui de reconhecer que posso discordar de muita coisa, discordo da política econômica, discordo de muitas coisas, mas tenho de concordar com alguns projetos que a Exma. Sra. Presidente da República mandou para esta Casa.

O primeiro projeto que entendo de suma importância para o Brasil trata das escolas técnicas. Deveríamos tirar qualquer desavença partidária e votar urgentemente esse projeto de suma importância para o País.

Outro projeto interessante trata do fim da miséria. Podem contar comigo que eu estarei ao lado do Governo para votar em favor desse projeto.

Agora há esse recente e moderno projeto que a nossa Presidente nos está enviando. S.Exa. lançou ontem um programa para dar ao setor produtivo brasileiro a possibilidade de sobreviver ao que está acontecendo neste mundo da economia globalizada. Se não se tomarem providências, vai falir não o Brasil, mas o mundo inteiro, com exceção da China, que tomará conta de tudo. A Presidente teve o discernimento de tomar providências e incentivar o setor produtivo, os empresários brasileiros, para que efetivamente possam produzir e concorrer em condições de igualdade dentro da economia globalizada presente no mundo inteiro, e eu vou, pessoalmente, apoiar esse projeto da Presidente da República que incentiva os empresários e o setor produtivo.

E nesse sentido, Sr. Presidente e Srs. Deputados, demos entrada a um projeto de lei que vem ao encontro desse anseio do Governo, o Projeto de Lei nº 1.908, que *"estabelece tratamento diferenciado, em relação à incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, a estabelecimentos industriais, ou estabelecimentos equiparados a industriais, de cujas operações resultem produtos reciclados que contenham resíduos sólidos"*.

O projeto é extenso e muito bem elaborado. É claro que fui eu quem deu a ideia aos nossos técnicos, mas faço-lhes justiça, aos assessores de todas as bancadas deste Parlamento e de modo especial aos assessores da minha bancada e do meu gabinete, porque, se somos nós que damos as ideias, são eles que as colocam no papel de forma clara.

Mas eu falava sobre o Projeto de Lei nº 1.908. Ele dá respaldo a duas questões muito importantes. Primeiro, incentiva o setor produtivo a produzir fazendo uso de produtos reciclados, e não de matéria-prima da natureza. Eu acho injusto que as indústrias brasileiras que usam matéria-prima virgem recebam o mesmo tratamento que as que usam material reciclado. Vou dar um exemplo bem simples, para que o povo brasileiro, os empresários e as pessoas presentes possam entender: para se produzir papel, papelão, papel higiênico etc. usa-se madeira. São cortadas árvores, florestas inteiras de pinus, pinheiros, araucárias. Com esse projeto, vamos produzir o mesmo papel utilizando papel reciclado, aquele que é jogado fora, aquele que ninguém mais quer. Esse papel que é jogado fora - papelão, caixas de papelão e assim por diante - é levado para as

indústrias, que produzem novo papel a partir dele.

Indústrias que reutilizam latinhas de cerveja e de refrigerante jogadas fora, Sr. Presidente, terão isenção de IPI, pelo fato de estarem tirando da natureza material que levaria 100 ou mesmo 200 anos para se deteriorar. Segundo dados científicos, uma lata de cerveja leva até 100 anos para ser absorvida pela natureza. Elas serão reaproveitadas.

Portanto, é justo que as indústrias que reciclam materiais sejam beneficiadas. Isso vem ao encontro do pensamento da Presidente da República, que quer incentivar o setor produtivo, as indústrias, diminuindo a taxa tributária, para que possam concorrer com o mercado de fora. E as indústrias que reciclam materiais, que utilizam o que é jogado fora na natureza e que polui, vão produzir com benefícios para o povo brasileiro. O projeto será discutido ao longo das sessões, depois que a Comissão de Finanças opinar sobre a adequação orçamentária e as de competência sobre os dados técnicos.

O Governo, por meio de medida provisória e de lei complementar, estabeleceu que aqueles que coletam serão incentivados e não pagarão impostos, mas queremos incentivar também aqueles que reaproveitam os produtos coletados com a isenção do IPI. Fui a várias indústrias do meu Estado de Santa Catarina, um grande produtor de papel, assim como ao Rio Grande do Sul e ao Paraná, onde há várias indústrias de celulose, e vi que algumas indústrias sobrevivem somente de material reciclado. No Município de Vargeão, por exemplo, há uma indústria que só usa produto reciclado, e produz muita coisa, Deputado Luiz Couto. Confesso que fiquei encantado, porque retira da natureza o que iria poluí-la, e isso sem incentivo; essa indústria paga impostos como qualquer outra que usa matéria-prima virgem, derrubando árvores.

Então, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o projeto é interessante. É claro que temos de debatê-lo, mas não resta dúvida de que é muito importante. Trata-se de um compromisso que assumi com minha consciência. Nunca disse a empresários que eu ia apresentar esse projeto, nunca disse a ninguém, disse apenas para minha consciência que se me elegeisse Deputado eu ia trabalhar em favor dos empresários que usam material reciclado, retirando da natureza os poluentes, para efetivamente salvarmos o planeta da poluição. Aí sim, meu caro amigo Deputado Padre Luiz Couto, por quem tenho grande respeito e grande estima, aí sim a Campanha da Fraternidade irá ao encontro da preservação do meio ambiente.

Nós estamos fazendo duas coisas importantes com esse projeto, como está fazendo a Presidenta da República: primeiro, incentivando o setor produtivo a produzir emprego e tributos; segundo, incentivando o setor produtivo a não poluir, a salvar a natureza.

Sr. Presidente, permita-me mais 1 minuto. Encerro repetindo algo que já disse aqui algumas vezes. Eu sou da mesma região que o Deputado Stédile; mais do que isso, somos parentes. Meu pai é irmão do avô dele. Meu pai, um agricultor, um homem simples, costumava dizer que o ser humano perdoa mais ou menos, Deus perdoa tudo, absolutamente tudo, e tanto isso é verdade que matamos seu Filho e Ele nos perdoou, e a natureza não perdoa nada. Se nós não cuidarmos da natureza, se não a usarmos como nossa parceira, nossa companheira, nós não encontraremos solução; este mundo não vai ter solução se nós não cuidarmos da natureza, para que ela nos dê o necessário para nossa sobrevivência. Que nós possamos sobreviver da própria natureza, mas cuidando dela, dos rios, da água, das árvores e das florestas, enfim, da flora e da fauna.

Portanto, Srs. Deputados, com todo o respeito e a admiração que tenho por cada um de V.Exas., peço que leiam bem esse projeto e nos ajudem, entendam que nós estaremos prestando um grande serviço para o Governo da Presidenta Dilma, que está preocupada com a concorrência desleal para o produtor

brasileiro dos países que não têm tributação, e ainda estaremos concorrendo para preservar a nossa natureza, o meio ambiente.

Um abraço muito fraterno. Que Deus nos ajude. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) - Parabéns, Deputado Onofre, sempre preocupado com a preservação ambiental.

Documento 12/36

192.1.54.O

Sessão Extraordinária - CD

04/08/2011-09:10

Publ.: DCD - 05/08/2011 - 39469

GIOVANNI QUEIROZ-PDT -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

LÍDER
DISCURSO

Sumário

Convite aos Parlamentares para o ato de pré-lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Criação dos Estados de Carajás e Tapajós.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT-PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho hoje à tribuna para convidar esta Casa, os nobres Parlamentares e as nobres Parlamentares para estarem conosco no pré-lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Criação dos Estados de Carajás e Tapajós, na sala nº 2 das Comissões, onde funciona a Comissão Mista de Orçamento.

Sr. Presidente, é um pré-lançamento porque o Tribunal Superior Eleitoral, ao definir a matéria, já encaminha no sentido de que poderão participar desta Frente Parlamentar Deputados Federais, Senadores e Deputados Estaduais.

Portanto, hoje estamos recebendo aqui, no Congresso Nacional, para esse pré-lançamento, Deputados Estaduais do Pará que são solidários; são companheiros dessa luta emancipacionista que nós enfrentamos no Pará para a criação do Estado do Carajás e do Estado do Tapajós.

Quero dizer aos nobres pares que a aprovação, nesta Casa, daquele decreto legislativo, Deputado Manato, meu Presidente, que autorizou o plebiscito, deu um novo vigor àquele povo já vigoroso da região sul e sudeste do Pará, do oeste paraense, porque fez renascer e fortaleceu ainda mais o sonho e a esperança de transformação daquela região.

Posso dizer aos Srs. Parlamentares que na imprensa às vezes ouvimos um ou outro economista arriscando dizer que serão dois Estados deficitários. Ao contrário, serão dois Estados vigorosos economicamente.

Quem não foi vigoroso quando criado foi o Estado do Tocantins, que era o corredor da miséria goiana e se transformou - para exemplo neste País - em um Estado pujante, um Estado que serve de modelo para todo o Brasil em termos de crescimento.

Não bastasse o Estado do Tocantins, temos aqui um nobre representante do Estado do Mato Grosso do Sul que pode dar o seu testemunho de quanto foram favorecidos os Estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul com a emancipação. Nesse período de 33 anos de emancipação, esses Estados experimentaram um crescimento três vezes maior, em termos de PIB, do que o crescimento nacional. Vejam que não há nenhum instrumento de transformação econômica mais forte do que este: a criação dessas unidades territoriais, desses

novos Estados.

Portanto, fico aqui entusiasmado e agradeço aos meus pares por terem aprovado aquele decreto que autorizou o plebiscito para a criação dos Estados do Carajás e do Tapajós. Convidando a todos para - entre 10 horas e meio-dia, na sala nº 2 - o pré-lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Criação dos Estados de Carajás e Tapajós.

Nós vamos, com certeza, contribuir com o Brasil, com o desenvolvimento nacional, Sr. Presidente, ao criarmos esses dois Estados.

Ouviremos a Assembleia Legislativa e voltaremos com o projeto para aqui fazermos a lei complementar que virá disciplinar e formatar melhor a criação desses novos Estados.

Agradeço a V.Exa. a oportunidade e convido todos que aqui estão presentes e os que estão nos gabinetes para conosco participarem desse grande encontro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Manato) - Muito obrigado, nobre Líder.

Documento 13/36

193.1.54.O

Sessão Ordinária - CD

04/08/2011-14:33

Publ.: DCD - 05/08/2011 - 39534

ZEQUINHA MARINHO-PSC -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Lançamento da Frente Parlamentar pela Criação do Estado do Carajás e da Frente Parlamentar pela Criação do Estado do Tapajós.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (PSC-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero cumprimentar os nobres colegas desta Casa pelo retorno neste segundo semestre, desejando a todos um bom trabalho.

Claro que hoje é quinta-feira e muita gente já está na estrada. Mas eu gostaria de repercutir o lançamento de duas frentes parlamentares, nesta Casa, ocorridos hoje pela manhã, no Plenário II: a Frente Parlamentar pela Criação do Estado do Carajás e a Frente Parlamentar pela Criação do Estado do Tapajós.

Estiveram presentes Vereadores, Prefeitos, lideranças empresariais e gente do povo: a Prefeita Maria Ribeiro, da cidade de Palestina; o Prefeito Geraldo Bila, de Brejo Grande do Araguaia; o Prefeito Danilo Miranda, de Trairão; o Prefeito Aparecido, de Rurópolis; a Prefeita Maria do Carmo e uma grande caravana de Vereadores do Município de Santarém, oeste do Pará; o Prefeito Jeová, da cidade de Santana do Araguaia; a Vice-Prefeita Wanda Aquino e boa parte dos Vereadores de Conceição do Araguaia; os Vereadores de Parauapebas; o Prefeito Luciano Guedes; o Presidente da AMAT e o Prefeito de Pau D'arco; uma boa caravana de Vereadores de Marabá; o Prefeito Dino, de Jacundá; o Vereador Júnior, de Tucumã; e os Prefeitos de Aveiro, Jacareacanga e Itupiranga.

No primeiro semestre esta Casa, assim como o Senado Federal, aprovaram duas consultas plebiscitárias no Estado do Pará para a criação do Estado do Tapajós e do Estado do Carajás. Tapajós, nas regiões oeste e sudoeste, e

Carajás, nas regiões sul e sudeste.

O maior anseio das populações dessas duas grandes regiões é ter um Governo perto. Ao longo de quase 4 séculos, a população luta para sobreviver.

O Pará é um Estado potencialmente extraordinário. Mas o Governo fica à beira do Atlântico, longe, como é comum no Brasil, que foi povoado a partir do litoral. O interior ficou desprovido.

O Estado do Pará tem 1 milhão e 248 mil quilômetros quadrados. Naturalmente, já são três Estados. A companhia telefônica joga o código regional para um lado e para o outro. Por conta própria, fez essa separação para viabilizar administrativa e tecnologicamente seu trabalho.

Neste momento, a população, fortalecida pela aprovação dos dois projetos nesta Casa e no Senado Federal, está se embalando para trabalhar a consulta que vai ocorrer no dia 11 de dezembro deste ano, se Deus quiser!

Muitas coisas estão acontecendo. Há muita desinformação, principalmente na Região Norte, onde muitas pessoas acham que a criação desses dois novos Estados vai prejudicar o Estado-mãe, e assim sucessivamente.

Na verdade, esse é um dos poucos negócios que já vi na vida que é bom para todos os lados, principalmente para a Região Norte e para o Pará, ou para o novo Pará, porque é uma região de população numerosa, que está com a infraestrutura pronta: as universidades estão todas lá, há porto e aeroporto, tudo está asfaltado, há energia e comunicação. Além de tudo, vai concentrar grande arrecadação para o Estado.

Então, as duas frentes parlamentares lançadas hoje, para conhecimento desta Casa, trabalharão de forma amiga, parceira, companheira, mostrando a importância e a necessidade de se avaliar hoje toda essa situação, para que a população, no dia 11 de dezembro, possa votar com consciência, tranquilidade, sabendo o que está fazendo.

Trata-se de um processo, primeiro, legal; segundo, muito transparente; e, por fim, extremamente positivo para todas as populações do Estado do Pará.

De forma que trazemos esta boa notícia, dizendo a todo o povo paraense que este é o momento de um bom e grande debate sobre a qualidade de vida, sobre a presença efetiva de governo ou não, sobre o que falta e sobre o aparelho estatal, sua presença ou ausência.

Teremos um debate muito saudável e desapaixonado, porque temos que trabalhar pela inteligência, pelo raciocínio e pela lógica das coisas.

O desenho geopolítico do Pará tem mais de 400 anos. Naquele tempo havia menos de 100 pessoas na região. Hoje quase 8 milhões de pessoas habitam o Estado, que é muito grande e enfrenta dificuldades, carências, muita coisa que precisa ser avaliada e discutida neste momento.

Portanto, estamos muito felizes por poder proporcionar à sociedade paraense um debate muito importante, que tem a ver diretamente com sua vida, com o que ela deseja.

Sr. Presidente, muito obrigado pela complacência.

Documento 14/36

177.1.54.O

Publ.: DCD - 07/07/2011 - 35467

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Ordinária - CD

DUDIMAR PAXIUBA-PSDB -PA

GRANDE EXPEDIENTE

06/07/2011-16:32

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Apoio à criação dos Estados de Tapajós e Carajás.

O SR. DUDIMAR PAXIUBA (PSDB-PA. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho hoje a esta tribuna para, mais uma vez, manifestar minha posição em favor da divisão territorial do Estado do Pará, por meio da criação de dois novos Estados: Tapajós e Carajás. O Congresso Nacional aprovou, por meio de decreto legislativo, a realização de um plebiscito para a criação dos Estados de Carajás e Tapajós. O Tribunal Superior Eleitoral, em decisão recente, marcou o plebiscito para o dia 11 de dezembro do ano em curso, quando então a população deve se pronunciar pelo "sim" ou pelo "não".

O debate gira em torno das vantagens oferecidas pela medida e o clássico argumento contrário no que diz respeito aos altos custos implicados na instalação de novas máquinas administrativas, aí incluído o funcionamento dos três Poderes republicanos: Executivo, Legislativo e Judiciário.

No caso do Pará, as vantagens são indiscutivelmente preponderantes. O fato é que, a despeito do crescimento da economia, iniciado no Governo Fernando Henrique Cardoso, não se logrou reduzir o verdadeiro fosso que se abre entre as regiões do País em termos de desenvolvimento. Nesse contexto, e lembrando que historicamente a Região Norte sempre foi a mais pobre, sobressai o fato de que o Pará é o Estado com maior desigualdade de renda de todo o Brasil. Apurou-se, recentemente, que a maior renda *per capita* chega a ser quase nove vezes superior à menor, e que a diferença interna do PIB das regiões mais ricas e mais pobres é também a maior do Brasil.

Tais dados, obtidos por levantamento elaborado pelo Conselho Federal de Economia, fizeram ressuscitar na imprensa paraense o neologismo belíndia, muito empregado nos anos 70, para definir a disparidade de concentração de renda no Brasil: a pequena Bélgica rica convivendo com a imensa Índia, pobre e subdesenvolvida.

Observe-se que, além da região metropolitana de Belém, apenas a região de Carajás, principalmente com o maior PIB *per capita* do Estado, apresenta taxa de crescimento duas vezes maior que a média nacional, enquanto que as demais regiões paraenses comparecem como verdadeiros bolsões de pobreza, com algumas das piores rendas *per capita* do País.

De acordo com o economista Júlio Miragaya, os dados de desigualdades encontrados no Pará são impressionantes e preocupantes. Enquanto o sul disparou em função dos grandes investimentos na área de mineração, as demais regiões permanecem estagnadas; basta dizer que, entre as dez regiões mais pobres do País, cinco se encontram no Estado do Pará.

Sr. Presidente, diante da força dos números, não há como negar a consistência dos movimentos separatistas, que propõem a divisão do Estado, de acordo com a divisão econômica. A verdade é que o Pará não conseguiu se desenvolver de modo homogêneo, havendo uma nítida concentração de investimentos nas regiões sul e sudeste.

Com a divisão, e a consequente criação de dois novos Estados, haverá, necessariamente, uma espécie de descentralização, cada porção sendo gerida e administrada por si mesma, de acordo com suas próprias necessidades. A União já experimentou sucesso com a divisão dos Estados de Goiás e Mato Grosso, verificado com o desenvolvimento importante das regiões hoje constituídas pelos Estados de Tocantins e Mato Grosso do Sul.

Mas não se trata apenas da otimização do uso dos recursos que justifica a

separação. A verdade é que a criação dos novos Estados tem origem no pensamento coletivo, na consciência das populações acerca de suas identidades culturais e territoriais, que termina por engendrar uma necessidade de apropriação política de seus espaços de vivência e produção.

Especialmente na Região Amazônica, a reconfiguração geopolítica vem embasada em uma visão essencialmente democrática do princípio federativo. A criação de novas unidades visa o desenvolvimento apoiado na história e na tradição política locais, ou seja, propõe a concretização de uma realidade já existente, definida a partir da identidade cultural, da noção de território próprio e da vocação econômica de cada região.

Trata-se assim de um movimento de emancipação e autogestão do que propriamente de uma separação. Ainda que se ressintam, momentaneamente, dos gastos com a instalação dos novos aparatos estaduais, os três Estados em que se transformará o atual Pará em breve sentirão os ganhos obtidos pela administração mais concentrada, pela convergência de investimentos, pela identificação e priorização das verdadeiras necessidades das populações.

Não tenho dúvidas, Sr. Presidente, de que a criação dos Estados de Carajás e Tapajós redundará em grande desenvolvimento econômico e social, com imenso benefício de todos os paraenses.

Por essa razão, não hesitarei em cerrar fileiras com o movimento separacionista, na certeza de que se trata de medida extremamente saudável em termos da melhor distribuição de renda em todo o Brasil.

Sr. Presidente, requeiro a divulgação do presente pronunciamento nos órgãos de comunicação da Câmara dos Deputados e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 15/36

161.1.54.O	Sessão Extraordinária - CD	22/06/2011-12:58
Publ.: DCD - 23/06/2011 - 32276		POLICARPO-PT -DF
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Solicitação aos Deputados de apoio aos Projetos de Lei de nºs 6.613 e 6.697, de 2009, respectivamente, sobre o plano de carreira e a remuneração dos servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público. Possibilidade de adiamento da realização do plebiscito sobre a criação dos Estados de Tapajós e Carajás, em decorrência da greve dos servidores da Justiça Eleitoral.

O SR. POLICARPO (PT-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, venho a esta tribuna, mais uma vez, no dia de hoje, parabenizar todos os servidores do Judiciário e do Ministério Público da União. Ontem, eles fizeram uma bela mobilização nos corredores desta Casa, solicitando o apoio dos Parlamentares para a aprovação dos planos de carreira do Judiciário e do Ministério Público.

Ontem, mesmo com o *quorum* baixo, mais de 50 Parlamentares assinaram o manifesto em apoio aos dois PLs: o de nº 6.613 e o de nº 6.697. E solicito a

V.Exa. a transcrição desse documento.

Os servidores do Judiciário, Sr. Presidente, em Brasília, estão em greve desde o dia 18 de maio, há mais de 1 mês. Eles lutam para que esta Casa aprove os referidos projetos e para que o Judiciário faça a sua parte e negocie com o Executivo.

Na sexta-feira passada, houve uma reunião, segundo o STF, do Ministro Cezar Peluso, Presidente do Supremo Tribunal Federal, com a Ministra do Planejamento, Miriam Belchior.

Esperamos que essas negociações avancem, para que possamos fazer justiça também aos servidores do Judiciário e do Ministério Público, aprovando seus projetos, que estão nesta Casa desde 2009.

Na próxima semana, os servidores virão novamente a esta Casa e visitarão cada gabinete.

Peço aos Parlamentares que apoiem essa causa, para que possamos resolver a situação dos servidores do Judiciário e do Ministério Público.

Ao mesmo tempo, eu gostaria também de alertá-los sobre uma matéria, divulgada no Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário no Distrito Federal - SINDJUS/DF, que chama a atenção para a greve que ocorre desde o dia 18 na Justiça Eleitoral, especialmente no TSE.

Na sexta-feira passada, os servidores do TRE do Pará também entraram em greve, o que pode prejudicar o plebiscito definido por esta Casa e que deve acontecer, de acordo com o calendário, até o dia 11 de dezembro. A própria Secretária de Gestão de Pessoas do TSE, Sra. Ana Cláudia Braga Mendonça, reconhece que, continuando a greve, o plebiscito poderá ser adiado.

É importante eu chamar a atenção para este fato, principalmente da bancada do Pará, que tem interesse na aprovação dos Estados do Tapajós e do Carajás, mas que também tem um olhar sobre essa greve dos servidores da Justiça Eleitoral, no caso do Pará, e aqui do TSE, porque, mais uma vez, pode não haver tempo de fazer os preparativos se ela continuar por um longo período. O que me parece é que as negociações que ainda não avançaram podem ainda ocorrer. Haveria o prejuízo de não ocorrer o plebiscito.

Obviamente os servidores da Justiça Eleitoral têm o compromisso com a democracia e com a cidadania deste País e querem fazer o plebiscito, como foi autorizado ao TSE por esta Casa ainda este ano. Mas, com a continuidade da greve, isso poderá não ocorrer.

Quero dizer que esta causa tem tido o apoio do Presidente do TSE, o Ministro Ricardo Lewandowski.

É preciso que o Ministro faça essa interlocução com os setores do Executivo e do Legislativo, para que cesse a greve que já se prolonga há mais de 30 dias e possamos aprovar o projeto o mais rapidamente possível. Os outros Estados também estão entrando em greve nesse período. É necessário que haja um olhar especial desta Casa para esse tema.

Por isso, eu quero agradecer aos Deputados que apoiaram o manifesto, no dia de ontem, e, em nome desses servidores, quero dizer que esse ato é importante para que possamos fazer realmente justiça aos servidores do Judiciário e do Ministério Público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

MANIFESTO A QUE SE REFERE O ORADOR

136.1.54.O

Sessão Ordinária - CD

01/06/2011-15:12

Publ.: DCD - 02/06/2011 - 27940

JÚLIO CESAR-DEM-PI

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Presença no plenário do Prefeito Luiz Neto, do Município de Amarante, Estado do Piauí. Tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 565, de 2010, sobre o disciplinamento do repasse de recursos do Fundo de Participação dos Estados - FPE. Participação em debate na Assembleia Legislativa do Estado do Piauí sobre a criação de Estados. Realização pela PETROBRAS de investimentos em terminais flutuantes. Imediata apreciação de veto presidencial apostado ao projeto sobre distribuição aos Estados e Municípios de royalties do petróleo.

O SR. JÚLIO CESAR (DEM-PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente registro a presença em plenário do Prefeito de uma importante cidade do Piauí, que está ali sentado. É o Prefeito Luiz Neto, da cidade de Amarante, a terra do grande escritor brasileiro, conhecido no Brasil e no exterior, Da Costa e Silva.

Sr. Presidente, comunico a esta Casa, mais uma vez, que apresentei projeto de lei complementar, tão logo o Supremo julgou inconstitucionais os §§ 1º, 2º e 3º do art. 2º da Lei Complementar nº 62, que disciplina o critério de distribuição dos recursos dos Fundos de Participação dos Estados brasileiros. Apesar de ter julgado inconstitucionais os dispositivos citados, porque congelaram por mais de 10 anos uma tabela que deveria ter sido descongelada com o Censo de 1991, convalidou a sua existência até 31 de dezembro de 2012.

É de minha autoria, então, o Projeto de Lei Complementar nº 565, de 2010, que tramita nesta Casa. Foi considerada orientação do próprio Supremo e um dispositivo da Constituição, o art. 161, que diz que os fundos constitucionais objetivam, acima de tudo, promover o equilíbrio socioeconômico entre os Estados e Municípios brasileiros. Eles são fundos redistribuidores e compensadores de renda que privilegiam os Estados com menor renda *per capita* do Brasil, como os Estados do Nordeste, que têm 52,5% do FPM.

A propósito disso, Sr. Presidente, fui convocado pela Assembleia Legislativa do meu Estado para, na próxima segunda-feira, proferir palestra sobre esse assunto e também sobre a criação de novos Estados brasileiros, assunto dominante agora, com as propostas de criação dos Estados de Tapajós e Carajás. Foi autorizada pelas duas Casas do Congresso Nacional a realização de plebiscito.

Por fim, Sr. Presidente, informo que tenho aqui matéria do jornal *Valor Econômico*, do dia 24 último, que diz que a PETROBRAS vai investir 350 milhões de dólares em terminais flutuantes. Terminal flutuante vai ficar a 90 quilômetros da costa, entre o norte de São Paulo e o sul do Rio de Janeiro, e contará com um navio tipo FSO (base flutuante), para estocagem e transferência dos barris de petróleo que serão gerados pela plataforma continental na área do pré-sal.

Veja bem, Sr. Presidente, é mais um motivo para mudar o critério de distribuição. A plataforma continental, como diz o art. 20 da Constituição, pertence à União, somente a ela. Não se diz em lugar nenhum que pertence a Estado ou a Município. É com base nesse princípio que já propusemos diversas mudanças de critério, inclusive a que foi aprovada no ano passado e vetada ao final do mesmo ano pelo então Presidente Lula, sobre a distribuição do FPM, para os Municípios, e do PFE, para os Estados.

Hoje, a PETROBRAS não vê necessidade de vir até costa, vai estocar a 90

quilômetros e de lá abastecer os navios, inclusive para exportação, ou levar o produto para refinarias em vários Estados brasileiros.

Esse é o motivo pelo qual apelamos ao Presidente Sarney para que paute, e paute logo, a apreciação do veto pelo Congresso Nacional. Como Presidente da Frente Parlamentar Municipalista, vamos fazer uma grande mobilização para aprovar a derrubada do veto, e não a aprovação do veto. Não! Trata-se da derrubada do veto, para restabelecer a vontade da maioria dos membros desta Casa e da outra Casa, o Senado Federal, qual seja a mudança desses critérios, mesmo que seja mantido aquilo que já foi conquistado pelo Rio de Janeiro e pelo Espírito Santo.

Com isso, Sr. Presidente, nós começamos a fazer justiça redistributiva de renda, porque eu não conheço critério mais injusto, mais concentrador do que esse de distribuição dos *royalties* do petróleo, que privilegia os mais ricos, em detrimento dos mais pobres.

Faço apelo ao Presidente do Congresso Nacional para que paute a matéria - seja para ganhar, seja para perder. Eu acho que, derrubando-se o veto, se restabelece a vontade da maioria nas duas Casas. Se for mantido o veto, vamos fazer outra proposição para mudar os critérios de distribuição dos *royalties* do petróleo.

Documento 17/36

115.1.54.O

Sessão Extraordinária - CD

18/05/2011-10:26

Publ.: DCD - 19/05/2011 - 24523

PINTO ITAMARATY-PSDB -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Realização de plebiscitos sobre a criação dos Estados de Carajás e de Tapajós. Defesa de criação do Estado do Maranhão do Sul.

O SR. PINTO ITAMARATY (PSDB-MA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sabemos que o Brasil tem o quinto maior território do mundo, configurando um território fértil, com diversidade cultural e ambiental. Mas será que os Governos estão conseguindo dar a atenção proporcional de que as dezenas de unidades federativas necessitam?

Num país de dimensão continental como o nosso, é cada vez mais difícil atender às demandas necessárias. Assim, iniciativas como a criação dos Estados de Tapajós, de Carajás e do Maranhão do Sul não são realidades distantes, mas, sim, alternativas viáveis ao desenvolvimento da República brasileira.

Nesse sentido, o Plenário desta Casa aprovou, no dia 5 deste mês, um decreto legislativo que autoriza a realização de um plebiscito para decidir a criação de Carajás, que seria uma divisão do Estado do Pará. O decreto deve ser promulgado nos próximos dias, e o plebiscito poderá ser realizado em até 6 meses, de acordo com a organização da Justiça Eleitoral.

Caso seja aprovado, o novo Estado de Carajás terá 30 Municípios e ocupará uma área equivalente a cerca de 25% das regiões sul e sudeste do território do Estado do Pará.

Já o projeto que prevê a criação do Estado de Tapajós ainda precisa passar pela

aprovação do Senado. O novo Estado estaria localizado a oeste do Pará, ocupando cerca de 58% da área total do território paraense. A capital seria Santarém, e, ao todo, 27 Municípios estão previstos para o novo Estado de Tapajós. Se os 2 plebiscitos tiverem resultados positivos, a área atual do Pará poderá ser dividida em três Estados.

Algumas análises superficiais tentam confundir a opinião pública, justificando que a divisão seria apenas uma questão política. Na verdade, a divisão será, de fato, discutida e decidida pela sociedade. Entre os argumentos apresentados em vários debates ocorridos ao longo dos últimos 20 anos, destacam-se: o **fator desenvolvimentista, que prega que a separação deve trazer progresso socioeconômico; o fator da identidade social, que prega as diferenças culturais entre as regiões, em função da grande carga de imigrantes; e o fator da extensão territorial, que afirma que um Estado com território menor poderia ser mais bem administrado e se desenvolver melhor.**

Algumas dessas classificações foram propostas pelo Dr. Carlos Augusto Souza, professor da Universidade da Amazônia - UNAMA.

A criação dos Estados desmembrados do Pará e do Maranhão também reforça a representação da Amazônia no Congresso Nacional, viabilizando o desenvolvimento dessa região.

Desde 1817, quando se tentou criar a República do Sul do Maranhão, várias tentativas foram feitas, no sentido de emancipação. Em fevereiro de 2007, foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal o projeto que estabelece o plebiscito para que a população maranhense vote sobre a criação do Estado do Maranhão do Sul. Na Câmara Federal tramita o mesmo tipo de reivindicação.

Assim, conclamo os parlamentares para que façamos um esforço conjunto para desarquivar o projeto de autoria do ex-Deputado Federal e atual Prefeito de Imperatriz, Sebastião Madeira. O PDC nº 947, de 2001, completa neste mês de maio exatos 10 anos, e a população anseia que ele seja colocado em pauta para votação e aprovação do plebiscito do Maranhão do Sul.

Afinal de contas, a Constituição Federal afirma que os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros ou formar novas unidades federativas, mediante aprovação da população, por meio de plebiscito, e do Congresso Nacional, por meio de lei complementar. Em conjunto com a constitucionalidade do projeto estão os costumes, a cultura e o sistema econômico diferenciados em cada região do Pará e do Maranhão, fatores que não podem ser desconsiderados, e sim debatidos amplamente com o Parlamento e com todos os cidadãos.

Muito obrigado.

Documento 18/36

113.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	17/05/2011-14:20
Publ.: DCD - 18/05/2011 - 24076	IVAN VALENTE-PSOL -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Posicionamento do PSOL contrário à realização de plebiscito sobre a criação dos Estados de Carajás e Tapajós.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ocupo a tribuna para fazer um registro acerca da posição contrária do PSOL à divisão do Estado do Pará em três partes e à criação dos Estados de Carajás e Tapajós, matéria votada nesta Casa, sobre plebiscito nos Estados, em momento de não discussão no plenário, em regime de urgência, na calada da noite, que afeta duramente todos os Estados da Federação brasileira, bem como a representatividade do Brasil, e não resolve os problemas locais.

As elites, as mineradoras e as madeireiras estão por trás disso. O poder econômico promete coisas que não vai cumprir, criando muito mais gastos públicos do que benefícios para a população.

Voltaremos a este assunto, mas afirmo que o PSOL, único partido que votou contrariamente a isso, continuará lutando para que haja um debate sério.

O SR. PRESIDENTE (Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Documento 19/36

113.1.54.O

Sessão Ordinária - CD

17/05/2011-17:06

Publ.: DCD - 18/05/2011 - 24123

ZÉ GERALDO-PT -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Dificuldades de realização no Estado do Pará, nos exercícios de 2011 e 2012, de plebiscito sobre a conveniência de criação dos Estados de Tapajós e Carajás.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que me ouvem neste momento, no final da semana próxima passada, na sexta-feira, participei, em Santarém, de um debate que talvez tenha sido o mais participativo sobre o tema emancipação política, plebiscito e criação do Estado do Tapajós.

Fui àquele debate para oferecer uma visão diferente daquela que alguns Parlamentares apresentam nesta tribuna, de que está muito próximo ou vai acontecer ainda neste ano um plebiscito no Pará para dividir o Estado em três: Pará, Carajás e Tapajós.

Não temos neste País nenhum exemplo de divisão territorial e de criação de novos Estados em que o povo, os Vereadores, os Prefeitos, os Deputados Estaduais e os Governadores tenham participado. Tivemos a divisão do Mato Grosso, que foi feita no período da ditadura. Tivemos a divisão de Goiás em Goiás e Tocantins, que foi feita por um Colégio de Líderes, por uma Constituinte aqui em Brasília.

A Constituição de 1988 determina que do plebiscito deve participar a população diretamente interessada. Nesse caso, a população diretamente interessada é todo o Estado e não só aquela parte que quer se manifestar.

Eu tenho a minha avaliação, que vou expor publicamente desta tribuna e que tenho mantido nos debates, no sentido de que dificilmente teremos no Pará, neste ou no próximo ano, um plebiscito para aprovar ou não a divisão do Estado para criar ou o Estado do Tapajós ou o do Carajás.

O que aconteceu aqui, acredito, foi uma mobilização regimental de Parlamentares que conseguiram aprovar aqui uma autorização para o plebiscito, sendo que o do Estado de Carajás está pronto, não precisa mais voltar ao Senado, e o do Tapajós voltará ao Senado. Mas há longo caminho a percorrer. Eu acredito que o momento no Pará não é tão propício assim - nem no Brasil - para discutir essa divisão territorial. Então, não podemos deixar o povo também achar que agora nós vamos ter um Estado novo e, assim, deixar de cobrar do Governo do Estado o que ele tem de fazer para as regiões, porque muitos políticos acabam se escondendo nesse debate das emancipações de maneira que não encaram o Governo estadual para promover o desenvolvimento que essas regiões precisam e que os governos passados não quiseram fazer.

Documento 20/36

100.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	09/05/2011-15:21
Publ.: DCD - 10/05/2011 - 22509	SEBASTIÃO BALA ROCHA-PDT -AP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Congratulações aos Deputados Giovanni Queiroz e Lira Maia pela aprovação das propostas de realização de plebiscito sobre a criação dos Estados do Carajás e do Tapajós. Contrariedade à pretendida desapropriação de área no Bairro Alvorada, em Macapá, Estado do Amapá, a favor da Empresa Brasileira de Infraestrutura de Transportes - INFRAERO. Reexame do decreto presidencial sobre a prorrogação do prazo de validade de Restos a Pagar de exercícios financeiros anteriores. Realização da 14ª Marcha dos Prefeitos a Brasília. Agradecimentos à Deputada Janete Rocha Pietá pela cessão de oportunidade para o pronunciamento do orador.

O SR. SEBASTIÃO BALA ROCHA (PDT-AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de maneira bem objetiva, vou abordar três assuntos.

Primeiro, muito rapidamente, quero congratular todos os Deputados que defenderam, na última quinta-feira, a aprovação do plebiscito sobre a criação dos Estados do Carajás e do Tapajós, sobretudo os Deputados Giovanni Queiroz e Lira Maia. Sou a favor da criação desses Estados na Amazônia. O meu Estado era Território; portanto, sei da importância da criação de novos Estados na região amazônica, o quanto isso é importante para o povo. A proposta tem todo o meu apoio.

O segundo assunto diz respeito a problema do Amapá. Em Macapá, a nossa Capital, temos o segundo maior sítio aéreo portuário do Brasil. E estamos numa crise profunda em razão do fato de o Comando da Aeronáutica, por meio da INFRAERO, numa ação de reintegração de posse, estar requerendo a desapropriação de uma área em que já há um bairro consolidado, o Alvorada.

Isso é injusto com os moradores, porque muitos deles já estão ali há 5 ou mesmo há 10 anos. Há uma questão a ser resolvida. A discussão preliminar é sobre a quem pertence essa área, de quem é o seu domínio, se pertence à Aeronáutica ou ao Município de Macapá.

Com base na Lei nº 6.431, de 1977, a União fez a doação dessas terras ao

Município de Macapá; depois, na ação discriminatória, o INCRA confirmou esse processo. Por isso, fazemos um apelo para a Justiça Federal no Amapá no sentido de que, antes de julgar a reintegração de posse, decida a questão sobre o domínio, a propriedade dessa área.

Há 2 anos, numa ação de desapropriação, foram derrubadas muitas casas. O argumento foi o de que havia especuladores no bairro. Hoje, não há mais especuladores, mas apenas moradores antigos, cuja permanência defendemos. A INFRAERO fala em construir uma segunda pista. Como o bairro não está no eixo dessa pista, a INFRAERO não precisará dispor da área para ampliar o aeroporto ou a pista.

Esse assunto será transferido para a Secretaria Nacional de Aviação Civil. Então, solicitamos ao novo Secretário, que tem *status* de Ministro, que analise a situação do ponto de vista social. A INFRAERO, repito, não precisa dessa área para expandir o aeroporto. E é necessário que se garanta aos moradores o direito de defesa e a sua permanência na área.

Em terceiro lugar, novamente, contesto o decreto da Presidenta Dilma Rousseff sobre Restos a Pagar. A partir de amanhã, farei obstrução e estímulo os colegas Deputados e Deputadas a fazerem o mesmo, até que a Presidenta Dilma Rousseff modifique o decreto. Vou votar apenas a matéria referente ao Código Florestal; depois, entrarei em obstrução, até que seja decidida a situação desse decreto, que gera muito prejuízo.

Por fim, quero lembrar que amanhã será realizada a 14ª Marcha dos Prefeitos a Brasília. É importante que os Prefeitos se conscientizem de que estão cortando os convênios referentes a 2007 e 2008 cujas obras não se iniciaram até 30 de abril e os convênios referentes a 2009 cujas obras não se iniciarem até 30 de junho. Em relação aos convênios de 2010 - esta é uma informação importante para os Deputados -, o prazo para se iniciarem as obras é 31 de dezembro deste ano, ou seja, 2011.

Os Prefeitos e Governadores só têm até 31 de dezembro deste ano para iniciar as obras referentes aos convênios de 2010. Os convênios de 2011, relativos às emendas apresentadas no ano passado que vigoram este ano, terão o prazo de até 31 de dezembro de 2012, um ano eleitoral.

Os novos Deputados, que correspondem a mais de 40% dos Parlamentares que hoje compõem a Casa, podem pensar que essa situação não os afeta, mas afeta, sim. Isso porque, a partir deste ano, os Deputados apresentarão emendas que, quando transformadas em convênio, terão somente o prazo de até 31 de dezembro de 2012, para que as obras a elas correspondentes tenham início.

Obstrução já! Os Prefeitos, em marcha amanhã, têm de combater o decreto da Presidenta Dilma Rousseff sobre Restos a Pagar.

Muito obrigado, Deputada Janete Rocha Pietá, pela compreensão. V.Exa. é uma grande Parlamentar, por quem todos nutrem grande estima - e tenho certeza de que fará, como sempre, um brilhante pronunciamento na tribuna desta Casa. Parabéns a V.Exa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 21/36

100.1.54.O

Sessão Ordinária - CD

09/05/2011-16:39

Publ.: DCD - 10/05/2011 - 22518

GIOVANNI QUEIROZ-PDT -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Regozijo com a aprovação pela Casa das propostas de realização de plebiscito sobre a criação dos Estados de Carajás e Tapajós. Revisão geopolítica do Brasil.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, volto esta tarde à tribuna desta Casa para, mais uma vez, agradecer a todos os Líderes partidários, da base do Governo e da Oposição, que, na quinta-feira próxima passada, se somaram no sentido de garantir que pudéssemos ouvir a população do sul, sudeste e oeste paraenses sobre a criação dos Estados do Carajás e Tapajós.

Trata-se de um anseio legítimo de um povo que, num Estado com dimensão territorial tamanha, não teria e não tem condições de ser atendido por um Governador que, por melhor que seja, e tenho certeza que todos eles com excelentes intenções de servir a todo o povo do Pará, não teria, Deputado Vicentinho, condições de bem atender populações tão distantes naquele Estado que V.Exa. tão bem conhece.

Quero agradecer inclusive ao Governo, que compreendeu os nossos anseios, a nossa vontade, os nossos sonhos apresentados naquele momento e que, atendendo ao nosso apelo, retirou o pedido de retirada de pauta da matéria.

Sr. Presidente, venho também a esta tribuna para dizer a alguns jornais, a alguns jornalistas que não foi um cochilo, como citaram em algumas matérias, deste Congresso ou dos Líderes partidários, quando votaram essa matéria. Não. Essa matéria já havia sido votada em votação nominal, quando aqui se propôs um pedido de urgência. Debatida, a matéria foi a voto nominal. Se alguns jornalistas não tiveram conhecimento dessa matéria, ela foi votada e aprovada por 80% dos Deputados que neste plenário estavam. Repito: 80%!

Não bastasse isso, quando ainda tramitando na Comissão da Amazônia, essa matéria foi votada por unanimidade, porque na Comissão da Amazônia há Deputados que conhecem a nossa realidade. Não bastou isso. Esse tema, proposto por um Deputado do Pará, foi para a Comissão de Finanças e Tributação, onde Deputados de todo o Brasil, de todos os partidos, de igual forma, se manifestaram.

Deputado Vicentinho, 90% dos Deputados da Comissão de Finanças e Tributação foram favoráveis ao plebiscito para criação do Estado de Carajás. De forma que não tenho dúvidas de que não houve cochilo; houve realmente a consciência cívica de deixar à população, conforme prevê a Constituição, o direito de votar "sim" ou "não" pela criação do Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, outros economistas disseram que o crescimento citado por nós, do Tocantins e do Mato Grosso, não serve de testemunho de que os novos Estados terão o mesmo ritmo de crescimento, porque na verdade foi o Brasil todo que cresceu nesse período da criação dos Estados do Mato Grosso do Sul e Tocantins.

Ora, Sr. Presidente, Sr. Deputado Vicentinho, no período de 1977 a 1988, grandes estudos foram feitos e publicados, trabalho de um excepcional economista, o Dr. Célio Costa, que também fez um trabalho sobre a viabilidade econômica do Tocantins. Ele fez para nós do Estado do Carajás. Tínhamos antes outros números e outros dados, que passo a ler apenas para exemplificar rapidamente.

No período de 1975 a 2008 - o Estado do Mato Grosso foi criado em 1977 -, se somarmos o Produto Interno dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, verificaremos que houve um crescimento nesses dois Estados de 722%. V.Exa.

sabe qual foi o crescimento do PIB do Brasil nesse período? Foi de apenas 251%. Ou seja, esses dois Estados desmembrados e depois somados ao final cresceram 722%, quase três vezes o crescimento médio nacional.

Minas Gerais, um dos Estados mais pujantes deste País, cresceu 288%; o Paraná, 217%. Ou seja, mais que três vezes o crescimento do PIB do Paraná foi o crescimento de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul depois de desmembrados. Se não tivessem sido desmembrados, talvez tivessem crescido até na média do Brasil, 254%.

Deputado Lira Maia, V.Exa., do Tapajós, que está também eufórico com a vitória que tivemos, pode observar o caso de Goiás e Tocantins. No período de 1988 a 2008, Goiás e Tocantins juntos cresceram 194%. O Brasil, no mesmo período, cresceu 76%. Ou seja, esses dois Estados cresceram quase três vezes mais do que a média nacional. Minas Gerais, cresceu 69%; Paraná, 76%. Igual a Goiás e Tocantins cresceu o Amapá, do Deputado Sebastião Bala Rocha, que aqui esteve falando da importância de se criar novos Estados. O Estado de S.Exa., depois de emancipado, transformou-se de território em Estado e pôde experimentar um salto extraordinário no seu crescimento. Ele cresceu 187%, e a média nacional foi de 76%.

Deputado Duarte Nogueira, eu agradeço a todos os Líderes por terem emprestado seu apoio, para que pudéssemos submeter à vontade do povo do Pará a criação dos Estados de Carajás e Tapajós. E agradeço novamente, agora com V.Exa. presente, por naquele ato delegado ao Deputado e amigo Lira Maia e ao Deputado Wandenkolk Gonçalves, que representava o PSDB, darem ao povo a oportunidade de optar. Votamos e aprovamos esse projeto e, graças a Deus, vamos submetê-lo à vontade do povo.

Mas faço um alerta à população brasileira, aos jornalistas, à imprensa como um todo, para dizer que temos estudos para mostrar a todos eles a importância da criação dos Estados do Carajás e Tapajós, como instrumento de transformação e de alavanca para o desenvolvimento daquela região. Da mesma forma como foi para o Tocantins e para o Mato Grosso do Sul a criação e desmembramento desses Estados.

Dou agora um aparte ao nobre Deputado, que ainda na sexta-feira presidia a sessão quando me referi e agradei às Lideranças.

O Sr. Francisco Escórcio - Deputado Giovanni, vim correndo do meu gabinete para pedir um aparte a V.Exa. O seu pronunciamento é oportuno, mas quero chamar a atenção de todos os Parlamentares porque esta Casa deixa de fazer o dever de casa há muito. Quer ver uma coisa? Vou chamar a sua atenção para um fato: para a criação de novos Estados e novos Municípios, vamos bater de novo no Supremo. Senão, vejamos: não fizemos o dever de casa, não regulamentamos nada para saber como vai ser feito o plebiscito, que será questionado, porque há uma corrente que diz que o plebiscito deve ser feito na área a ser retirada e outra que deve ser feito em todo o Estado. Como se pode tirar, diga-me, matematicamente, de uma parte maior uma parte menor, ouvindo a parte maior? A parte maior não vai deixar. Então, na criação do Tocantins não houve plebiscito, que nem foi feito em sua totalidade. Ele foi feito exatamente na Constituição de 1988. De lá para cá, não foi criado nenhum Estado e nenhum Município, se formos por essa regra. Estou dizendo isso a V.Exa. oportunamente, porque vamos criar um outro problema a ser resolvido no Supremo Tribunal Federal. Parece que o STF vai começar a tomar a nossa posição, que é a oposição, que não podemos deixar que outros poderes tomem por nós. Temos de ter pulso forte nisso. É sério o que estamos trazendo para esta Casa. Mais uma vez, a questão será acertada no Supremo Tribunal Federal.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Perfeito, Deputado Francisco Escórcio. Agradeço a V.Exa. a preocupação, que é procedente, mas vamos deixar que o STF julgue

a matéria e entenda que a interpretação da Constituição, no § 3º do art. 18, é bem clara: "(...) *mediante aprovação da população diretamente interessada*". Isso é o que está na Constituição, no § 3º, art. 18, repito. Vamos deixar que o Supremo decida essa perlanga entre uma legislação e a Constituição, uma lei ordinária e a Constituição.

Mas quero ouvir agora o nobre Deputado Lira Maia, autor do projeto - autor do projeto não, como também não fui do de Carajás, aqui aprovado. Somos autores da vontade do povo, defensores daquele compromisso que temos com o povo das nossas regiões.

Com a palavra V.Exa.

O Sr. Lira Maia - Deputado Giovanni Queiroz, eu estava em meu gabinete e ouvi V.Exa. iniciar seu discurso e fiz questão de vir aqui para apartear-lo. Primeiro, para comemorar com V.Exa., pois esse foi um fim de semana gostoso em que o povo de Carajás e de Tapajós comemorou o grande feito da Câmara dos Deputados, na quinta-feira, quando houve uma grande articulação dos Líderes e, graças a Deus, deu tudo certo e, por isso, o povo comemorou. Estamos agora diante do impasse sobre onde vai ser feito o plebiscito. Quero dizer a V.Exa. que essa é uma questão da Justiça, de como ela a interpretará. O importante agora é iniciarmos um debate no Estado do Pará. E nós, eu, V.Exa. e tantos colegas estamos dispostos a ir às universidades, aos fóruns, para debater com a associação empresarial, com a associação industrial, com a federação de indústria, enfim, o importante é debater os dados, mostrar os laboratórios abertos que temos no Brasil, em Tocantins e Mato Grosso do Sul. Precisamos iniciar esse debate. E faço questão de fazer isso, porque daqui a 6 meses, se Deus quiser, vamos ter os plebiscitos, e a população não poderá votar de forma inconsciente. Queremos que o paraense vote de forma consciente. Lógico que vamos divulgar o "sim", vou respeitar os colegas que vão divulgar o "não". Mas quero, Deputado Giovanni, fazer um elogio ao Governador do Pará, que, ao conversar comigo, V.Exa. e outros colegas, comprometeu-se em ser magistrado no plebiscito. Nas articulações que houve aqui, em momento algum interferiu na votação dos colegas paraenses de sua bancada que votaram contra.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Em aparte ainda a V.Exa., o Governador Simão Jatene, ainda na votação do ano passado, posicionava-se favoravelmente à aprovação do plebiscito. Ou seja, S.Exa. também endossava a consulta à população.

O Sr. Lira Maia - Pois é, a postura do Governador é digna de elogio, porque S.Exa. entende que o povo tem todo o direito de se manifestar em plebiscito. Então, eu quero comemorar com V.Exa. esse feito. Precisamos da ajuda de V.Exa., do seu partido e dos Líderes. Lá no Senado, é preciso que se vote o que foi corrigido na redação correspondente ao Tapajós. Espero que façamos esse trabalho conjuntamente e que o plebiscito seja feito simultaneamente no mesmo dia. Enfim, vamos caminhando e, se Deus quiser, haveremos de ter sucesso com esse trabalho em conjunto. O povo do sul do Pará será ouvido para se criar o Carajás, assim como o povo do oeste do Pará para se criar o Tapajós. Agradeço o aparte a V.Exa., elogio seu pronunciamento e comungo integralmente com essa ideia, inclusive com muita consciência, com base nos números que conhecemos, principalmente dos Estados que foram desmembrados. V.Exa., eu e os demais colegas já estamos trabalhando no sentido de também destravar a criação de novos Municípios no Brasil. Inclusive, hoje eu falava com uma pessoa de Castelo dos Sonhos, um Município que, se Deus quiser, será o primeiro a ser criado quando se destravar esse assunto. Obrigado.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Obrigado pelo aparte, Deputado Lira Maia. Antes de conceder um aparte ao Deputado Bala, quero fazer um pequeno comentário. Primeiro, para dizer-lhe, Deputado Lira Maia, que logicamente estarei firme com

V.Exa. na busca pela liberação para o plebiscito de Tapajós no Senado. Caminhamos juntos esses anos todos e haveremos de concretizar nosso sonho juntos, nós e o povo de Carajás e Tapajós.

Agora vou ler apenas uma matéria publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, intitulada *Para especialistas, criação de Estados é manobra política*. Não é manobra política, é articulação política séria, responsável, não no sentido pejorativo de alguns economistas.

Economistas e cientistas políticos avaliam que problema de grandes regiões, como o Pará, é a infraestrutura precária, e não a dimensão.

Concordo. Se a dimensão realmente fosse o problema, São Paulo, talvez, não tivesse a pujança que tem. Minas Gerais de igual forma, nobre Deputado, não teria a pujança que tem.

"A aprovação pela Câmara de plebiscito para o desmembramento do Pará e criação de dois novos Estados - Carajás e Tapajós - foi recebida por estudiosos da vida administrativa brasileira como simples manobra para criação de cargos executivos, mais empregos públicos e espaço para troca de favores políticos. 'Não vejo como os problemas daquela área seriam mais bem resolvidos com essa providência', resumiu a economista Luciana Gross, da Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas (FGV)."

Ao falar da Fundação Getúlio Vargas, nós todos A reverenciamos. Olhem, mas até na Fundação Getúlio Vargas há pessoas que não estão bem informadas ou que não deveriam, pelo menos, falar de matéria sobre a qual não tivessem absoluta consistência de argumentos. Dizer que se trata de uma simples manobra para criação de cargos executivos?

Dra. Luciana Gross, não manifeste sua opinião de forma leviana. Eu não sou Deputado para estar aqui brincando. Eu não estou aqui para me utilizar de cargos. Eu não estou aqui para me utilizar de vantagens pessoais. A senhora não conhece a minha história, a do Deputado Lira Maia e de tantos outros Deputados que nesta Casa estão a defender essa tese. Não faça esse tipo de comentário pejorativo. Nós estamos sendo muito pequenos.

Aliás, há um preconceito de alguns jornalistas até e de alguns economistas contra o político. Entendem que todo político é oportunista, é um elemento que vem para cá de forma leviana para representar o interesse do povo, mas é o interesse pessoal que prevalece.

Eu não sou dos políticos que a senhora conhece, que talvez sejam da sua roda de amizade, de intimidade. Sou médico, filho de um homem humilde e que pôs botina no pé quando tinha 18 anos de idade. Formei-me em Medicina no Rio de Janeiro, mas sonhava com a Amazônia e para lá fui, como primeiro médico de um povoado que possuía apenas sete casas de telha. Uma dessas eu comprei. Dividi com duratex: fiz duas enfermarias, um consultório, também dividido com duratex, uma salinha de espera, uma sala de cirurgia forrada de pano, de morim branco. Tinha 25 anos de idade.

Ali comecei minha vida, mas ninguém pagava consulta. Não fui para lá como mercenário, não! Nunca cobre uma consulta antes de consultar o cidadão. Consultava, depois liberava. Se ele tivesse dinheiro, pagava na saída; se não tivesse dinheiro, não pagava a consulta. Eu nunca perguntei a uma senhora que chegava para dar à luz, ou para fazer uma cesariana ou uma cirurgia necessária, ou para uma internação clínica, se tinha o dinheiro para comprar o remédio. Eu atendia e liberava em seguida. Se tivesse dinheiro, pagava; se não tivesse dinheiro, estava liberada.

Dei aula de Matemática, de Geografia, de Inglês de graça para ter a 5ª série. Paguei professores, outros tantos, do meu bolso. Não aceito ser chamado de leviano. Acho que a senhora está acostumada com o pragmatismo para substituir a palavra idealismo, e eu ainda não apeei do idealismo. Aos 64 anos de idade,

trago no peito a vontade de continuar transformando o Brasil para os brasileiros. Não aceito de uma acadêmica em economia, de quem não conhece a nossa realidade, uma análise tão superficial e leviana.

O Sr. Vicentinho - Nobre Deputado Giovanni Queiroz, gostaria de solicitar um aparte ao seu importante pronunciamento.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Deputado Vicentinho, com prazer ouvirei V.Exa., mas antes concederei aparte ao Deputado Sebastião Bala Rocha, que pediu há 2 minutos.

O Sr. Sebastião Bala Rocha - Muito obrigado, Deputado Giovanni Queiroz. Saúdo V.Exa. e lamento por não ter estado aqui na quinta-feira. Eu gostaria muito de estar aqui para ajudar V.Exa. e o Deputado Lira Maia a aprovar esses projetos promissores para a Amazônia, o Pará, o Brasil. Mas estarei a seu lado, do Deputado Lira Maia e daqueles que acreditam no desenvolvimento dessas regiões com a criação dos novos Estados de Carajás e Tapajós. V.Exa. pode me convocar. Além de ser ideologicamente favorável, eu tenho história para contar sobre o Amapá. Éramos Território, que foi desmembrado do Pará, o Estado de V.Exas. E o que aconteceu? O Pará empobreceu com a criação do Amapá? Lá nós tínhamos o manganês, da Indústria e Comércio de Minérios S/A - ICOMI, que exportava para o mundo todo. Não empobreceu, muito pelo contrário, o Pará somente se desenvolveu com a criação do Estado do Amapá. E assim foi com Tocantins e Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, Roraima e Amazonas. A criação de novos Estados não empobrece, muito pelo contrário, enriquece o Brasil em primeiro lugar; não empobrece, ao contrário, enriquece a Amazônia; não empobrece, ao contrário, enriquece o Pará. Teremos ali um triângulo fabuloso de desenvolvimento, com Pará, Tapajós e Carajás, tratando do mesmo povo. O povo é o mesmo, Deputado Giovanni. É disso que as pessoas não conseguem ter a dimensão. Os paraenses que estão em Carajás e Tapajós serão beneficiados; e o povo do Pará, do Estado-mãe, não será prejudicado. A história mostra isso, os Estados-mãe também se desenvolvem, assim como os Municípios. Eu sou de um Município criado em 1987, desmembrado da Capital Macapá. Além de promover o desenvolvimento de Santana, onde eu moro, Macapá se desenvolveu muito mais com a criação desse Município, porque viraram cidades irmãs, assim como serão os Estados de Carajás e Tapajós. Essa história de jornalista e economista combater a criação de novos Estados no Brasil e na Amazônia, quando se trata da Amazônia é preconceito. Foi assim quando Juscelino Kubitschek criou Brasília. Desculpe-me, Deputado Vicentinho, sei que V.Exa. não compactua com isso, mas eu conheço paulistas que até hoje odeiam Juscelino Kubitschek por ter criado Brasília. E conheço gente não só de São Paulo, mas do Rio de Janeiro e de outras cidades do Sul e do Sudeste. Mas não vamos criar essa guerra, não vamos entrar nessa celeuma, nessa provocação de estabelecer uma guerra entre regiões. Quando se falou em implantar a Ferrovia Norte-Sul, foi outra guerra, porque diziam que iria beneficiar também o Norte. Então, temos que partir para frente. Graças a Deus, Deputado Giovanni Queiroz, que V.Exa. é um dos Deputados mais respeitados, na Câmara e no Congresso Brasileiro, na área tributária e orçamentária. Então, pode discutir com qualquer especialista e economista, provar com números na mão, como está fazendo, que isso só faz desenvolver o Brasil e a Amazônia. Não prejudica o Pará, muito pelo contrário, enriquece, fortalece e engrandece o Estado. Aliás, eu sou paraense e agora, morando no Amapá, sou amapaense de coração. Então, sou totalmente a favor. Estarei ao lado de V.Exas., lutando para termos Carajás e Tapajós como novos Estados de grandes dimensões sociais, culturais e econômicas no Brasil e na Amazônia brasileira. Muito obrigado, Deputado.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Muito obrigado, Deputado Sebastião Bala Rocha. Quero agregar ao meu pronunciamento os apartes de todos que aqui o fizeram.

Ouço com muita atenção o Deputado Vicentinho.

O Sr. Vicentinho - Prezados colegas Giovanni Queiroz e Lira Maia, dois Deputados diretamente ligados a esse assunto, além do nosso colega Sebastião Bala Rocha e outros, eu só quero testemunhar que V.Exa., Deputado Giovanni Queiroz, nesta Casa tem sido um dos grandes batalhadores desse objetivo, desse sonho. V.Exa. teve a humildade de ir em cada gabinete, de levar as delegações, de explicar as razões. De fato eu conheço aquele Estado maravilhoso, conheço aquele povo bom. Agora, povo bom e governo bom é quando estão próximos um do outro. Quando era Presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT e o companheiro Avelino Ganzer me falava que, para sair de Santarém para Belém ou outras regiões, demorava dias de viagem de barco, nós percebíamos o tamanho daquele Estado maravilhoso. Não vai se perder por isso. Muito pelo contrário, será criada uma organização administrativa para cuidar exclusivamente disso. Eu tenho certeza de que o Pará, o Estado que será criado e o Brasil - eu acredito muito na vontade do povo, por isso aprovamos aqui a realização do plebiscito e o povo irá decidir - vão reconhecer em V.Exa. um dos grandes baluartes dessa luta.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Deputado Vicentinho, muito obrigado pelo aparte de V.Exa., que engrandece a nossa luta, porque é um dos maiores líderes sindicais deste País. É do Estado de São Paulo, o mais pujante deste País, e, ao depor isso, V.Exa. o faz porque conhece o nosso Estado, as nossas dificuldades e dá o seu testemunho. Muito grato pelo aparte de V.Exa.

Ouço, com muita atenção, o nobre companheiro, Deputado Carlos Brandão.

O Sr. Carlos Brandão - Deputado Giovanni Queiroz, primeiro gostaria de parabenizar V.Exa. pelo belo pronunciamento, assim como a bancada do Pará pela iniciativa de criar os Estados de Tapajós e Carajás. Quero me solidarizar com os maranhenses e dizer o mesmo. Vejo aqui o nosso querido Chiquinho Escórcio presente, que também foi votado na Região Tocantina, no Maranhão. Há o desejo do povo maranhense de criar o Maranhão do Sul. Nós não podemos ficar atrás. Temos o exemplo do Estado do Pará, onde não será criado um Estado, mas dois Estados. Portanto, poderá ser dividido o Estado do Pará em Carajás e Tapajós. Temos dois projetos prontos. Um, de autoria do Deputado Sebastião Madeira, que se encontra nesta Casa e, no Senado Federal, um de autoria do Senador Edison Lobão, também pronto para ser votado. Queremos ter o mesmo direito, não como privilégio, mas para ter a mesma situação que tiveram Tocantins e no Mato Grosso do Sul, que foram exemplos, que brilharam neste País. Muitos criticavam dizendo que iriam falir a União. Estamos vendo que o Tocantins é um Estado pujante, forte, que cresceu, se desenvolveu com a sua libertação. O mesmo ocorre com o Estado do Mato Grosso do Sul. Quanto ao Maranhão, até quando vamos esperar que a matéria entre na pauta? Devemos seguir o exemplo dos paraenses, com sua bancada unida, coesa, com o apoio do Governador. No primeiro momento, achei até que o Governador seria contra. Eu vi aqui um pronunciamento do querido Zenaldo Coutinho, Deputado Federal pelo PSDB, que hoje é Chefe da Casa Civil do Governo. S.Exa. se posiciona veementemente contra essa divisão. Esse era o seu posicionamento antes da eleição, com muita coragem e audácia. Esse é o ponto de vista dele, que temos de respeitar. Mas nós precisamos, Chiquinho, levar essa discussão para o Maranhão. V.Exa. conhece a Região Tocantina, o Maranhão do Sul, e a vontade que aquele povo tem de se tornar Estado. Eu acho que é uma vontade legítima. Há todas as condições econômicas, sociais, políticas. Está estruturado para receber essa nova demarcação e lá criar um novo Estado. Esse é um sentimento. Mas, infelizmente, a maioria das pessoas que se candidataram por lá tiveram pouco votos. Por isso, vejo a bandeira um pouco fria. Essa bandeira não tremula muito no Congresso. Mesmo obtendo pouco voto naquela região, eu

que conheço bem, sei do sentimento, e nós precisamos dar uma oportunidade. Vamos trazer à discussão. Vamos realizar o plebiscito. O povo é quem decide. Se o povo não quiser, que assim seja, mas se o povo quiser, que seja feita a vontade do povo. Esta é a minha contribuição, como municipalista, representando a vontade dos poucos que votaram em mim naquela região do Maranhão do Sul.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Deputado Carlos Brandão, muito obrigado pela posição de V.Exa.

Sr. Presidente, só mais um minuto para eu encerrar o meu discurso. Eu sou solidário a um Brasil que se reveja. Uma revisão geopolítica do Brasil é extremamente importante. Cito o exemplo dos Estados Unidos, que, com a régua, criou 50 Estados e distribuiu as ações da União e a responsabilidade da descentralização da gestão pública. Assim o fizeram vários outros países do mundo.

Tenho em mãos um dado interessante de outros países do mundo que são exitosos na descentralização da gestão pública. A Inglaterra possui 130 mil quilômetros quadrados; é a metade do Estado de São Paulo. Lá existem 47 condados, que são semelhantes aos nossos Estados. Na Alemanha há 357. A França possui 547 mil quilômetros quadrados. Cabe duas vezes e meia a França dentro do Pará. Possui 21 regiões administrativas e 100 departamentos, como se fossem 100 Estados nossos. A França possui 15 mil Municípios. Então, a descentralização administrativa é fundamental para o desenvolvimento de qualquer país.

Sr. Presidente, deixo a tribuna lamentando não poder ter falado por mais tempo, até porque fui agraciado e honrado com apertes de tantos companheiros desta Casa, solidários à luta do povo do sul do Pará.

Agradeço a todos que me apartearam e a V. Exa., pela tolerância. Digo sempre que nós estamos aqui para trabalhar para o Brasil, pelo Brasil, para melhorar o Pará, que continuará sendo o Estado-mãe e irá se beneficiar ainda mais com esse desmembramento, numa votação em todo o Estado. Tenho certeza de que teremos votação expressiva no Estado-mãe a favor da criação dos Estados.

Um grande abraço. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci) - Parabéns, Sr. Deputado.

Documento 22/36

098.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	06/05/2011-10:06
Publ.: DCD - 07/05/2011 - 22349	LINCOLN PORTELA-PR -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Apoio a proposta em tramitação na Casa sobre o disciplinamento da liberação de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para o aposentado que volta ao trabalho ou firma novo contrato. Congratulação ao Deputado Giovanni Queiroz pela aprovação de projetos de decreto legislativo sobre a realização de plebiscitos relativos à divisão do Estado do Pará e à criação dos Estados de Carajás e Tapajós.

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PR-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Francisco Escórcio, Sras. e Srs. Parlamentares, tramita no Congresso Nacional proposta que permite a movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS pelo aposentado que continuar no mesmo emprego ou firmar novo contrato de trabalho. Pelo texto da proposição, os saques poderão ser feitos a cada 12 meses ou quando o contrato for rescindido.

Outra mudança na legislação prevista na proposta é a da redução da idade mínima, de 70 para 65 anos, a partir da qual o idoso poderá sacar recursos do fundo.

O direito à movimentação da conta já é reconhecido pela Caixa Econômica Federal para quem se aposenta e continua trabalhando na mesma empresa, mas não é assegurado àquele que, depois de aposentar-se, passa a trabalhar em outra empresa.

Hoje, com o envelhecimento relativo da população, o FGTS é mais um instrumento de auxílio ao trabalhador em períodos de eventual dificuldade financeira, decorrente, por exemplo, de longos períodos de inatividade. As mudanças feitas no projeto original pretendem estabelecer algumas limitações ao direito de movimentação da conta vinculada que, sem estabelecer elevado ônus ao trabalhador, permitem ao FGTS manter seu equilíbrio financeiro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais senhoras e senhores, o Partido da República manifesta-se favoravelmente ao saque do FGTS pelo aposentado que continuar trabalhando no mesmo emprego ou que venha a ser contratado por outra empresa. A medida visa transformar em lei o que na prática já vem ocorrendo. Além disso, o FGTS foi criado para ser usufruído na aposentadoria do trabalhador, supondo-se que a importância sacada venha a suplementar a perda salarial ocorrida com a aposentadoria. Ora, se o trabalhador continuar trabalhando, dessa forma não haverá perda em seu poder de ganho mensal, e a retirada do FGTS funcionará como prêmio pelo longo período de contribuição ao fundo.

Sr. Presidente, gostaria de parabenizar o Deputado Giovanni Queiroz, que conseguiu grande vitória ontem, com a aprovação do plebiscito. Obtivemos duas vitórias: Carajás e Tapajós. Isso foi muito importante.

Eu tenho dito nesta Casa que o plebiscito é uma ferramenta constitucional que nós, nesta democracia de 26 anos, precisamos aprender a usar mais, como na reforma política. E falei sobre o assunto ontem no Grande Expediente.

Nós precisamos consultar a população sobre determinadas questões. Apenas dois plebiscitos aconteceram nesse tempo: sobre o desarmamento e sobre a forma e o sistema de governo - parlamentarismo, presidencialismo ou monarquia. Na realidade, o País ganha com essas medidas.

Portanto, precisamos ter o bom senso de permitir que plebiscitos sejam feitos, para que continuemos exercendo também o nosso mandato parlamentar na plenitude, abrindo espaço para a população.

Muito obrigado.

Documento 23/36

098.1.54.O

Publ.: DCD - 07/05/2011 - 22350

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Ordinária - CD

GIOVANNI QUEIROZ-PDT -PA

PEQUENO EXPEDIENTE

06/05/2011-10:09

LÍDER
DISCURSO

Sumário

Agradecimento aos Deputados, particularmente aos Líderes partidários, pela aprovação dos projetos de decreto legislativo sobre a realização de plebiscitos relativos à divisão do Estado do Pará e à criação dos Estados de Tapajós e Carajás.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT-PA. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aproveito a oportunidade para cumprimentar os nobres Parlamentares.

Venho à tribuna hoje para fazer um agradecimento a todos os Líderes partidários, à unanimidade, inclusive ao próprio PSOL, único partido a votar contra a autorização plebiscitária, negando ao povo o direito de opinar, por não ter pedido verificação de votação. Entendeu o PSOL que, quando do pedido de urgência, houve uma votação nominal, a qual vencemos com expressiva maioria, ou seja, 80% dos Deputados manifestaram-se favoráveis ao pedido de urgência para a tramitação do projeto sobre a criação de Carajás e Tapajós.

Ou seja, é uma matéria que já está consolidada na Casa. Ontem se deu apenas o coroamento de um trabalho de muitos anos, para o qual alguns companheiros foram importantes. Quero destacar esses companheiros. Em primeiro lugar, os meus pares do Estado do Pará: Deputado Wandenkolk Gonçalves; Deputado Zequinha Marinho; Deputado Asdrúbal Bentes, que hoje está distante mas que por tantos anos trabalhou junto comigo para a criação do Estado; Deputada Bel Mesquita, que também não mais está na Casa; o Deputado Lira Maia, que pelo Tapajós luta. E dele sou parceiro nessa luta pela construção de um Estado do Pará melhor para todos. E o melhor para todos, sem dúvida alguma, é a criação de novas unidades territoriais capazes de propiciar ao cidadão um desenvolvimento e uma integração efetivos naquela região.

Quero agradecer ao Governo porque ontem, no calor do debate, em determinado momento entendeu que não deveria votar ainda a matéria, mas, ao confirmar que o Colégio de Líderes havia por maioria absoluta decidido pela colocação da matéria na pauta, retirou seu pedido de adiamento da votação. Assim, veio o Governo ao encontro daquele que é anseio da Casa e do povo das regiões sul, sudeste e oeste do Pará. Portanto, também ao Governo agradeço, porque se somou a nós num momento importante, para que pudéssemos obter êxito.

Agradeço de modo particular ao Deputado Miro Teixeira, que, no calor do debate, também se somou à nossa luta, chamando a atenção exatamente para a legitimidade do processo de transferência ao povo do poder de decidir pela criação dos novos Estados.

Agradeço ainda ao Deputado ACM Neto, que foi muito importante ontem no debate com a sua postura de indignação diante da possibilidade de, depois de tantos anos de luta, não ser aprovada a matéria.

Agradeço por fim a todos os meus pares, a todos os Deputados, independentemente de serem ou não Líderes.

Nasce e cresce hoje a consciência da necessidade de criação de Municípios. É interessante observar que, em outros momentos, quando se falava em criação de Município e de Estado, existia o preconceito negativista de que fazer isso seria criar "oportunidades" - entre aspas - para abrigar apaniguados, oportunistas, aventureiros. Isso mudou.

Mas por que mudou? Porque estamos a ver Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins. Criaram Mato Grosso do Sul há 33 anos, e Tocantins, mais recentemente, há 22 anos. São dois laboratórios a céu aberto a serem analisados e interpretados por economistas, sociólogos, políticos, jornalistas,

pessoas de todas as áreas, que podem avaliar o que representou a criação desses novos Estados para o Brasil.

E a conclusão é uma só: temos dados econômicos que mostram que o desmembramento de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul permitiu tal crescimento econômico da área que seu PIB cresceu duas vezes e meia mais que a média nacional nesses 33 anos desde a criação do Estado de Mato Grosso do Sul. Duas vezes e meia a média nacional de elevação do PIB!

Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. agregasse mais alguns minutos ao meu tempo de Líder do PDT, para que eu pudesse concluir meu raciocínio.

E o Tocantins, Sr. Presidente, teve crescimento igual: cresceu duas vezes e meia a mais do que a média nacional do PIB, de 1988 a 2009!

Então, o crescimento econômico é evidente. Mas só houve crescimento econômico? Não! Houve inserção da sociedade daquela região no processo de crescimento e de desenvolvimento. Não foi um inchaço. Foi um crescimento efetivo, que gerou empregos, renda e qualidade de vida para o cidadão que ali mora.

Às vezes, quando me refiro à criação do Estado de Carajás, digo que já não aguento mais de ciúmes e de inveja de Tocantins, porque a nossa divisa é o Rio Araguaia, que nos une. Portanto, podemos observar com muita facilidade aquele Estado. Ele era, há 22 anos, o corredor da miséria de Goiás: lá não havia sequer uma sala de aula de curso superior; havia apenas 100 quilômetros de rodovias pavimentadas. Em 22 anos, passou a ter 6.100 quilômetros de rodovias pavimentadas. E de qualidade! O Pará, que é cinco vezes maior que o Tocantins e que tem população cinco vezes maior do que a daquele Estado, ainda hoje tem 5.300 quilômetros apenas, embora tenha sido criado há quase 200 anos.

Em Tocantins não havia sequer uma sala de aula de curso universitário. Hoje, o Estado tem 1 milhão e 300 mil habitantes e cinco faculdades de Medicina! Do outro lado, Carajás, com 1 milhão e 600 mil habitantes, não há nenhuma faculdade de Medicina. Em Tocantins há quatro faculdades de Engenharia; nós não temos nenhuma. Em Tocantins há três faculdades de Agronomia; nós não temos nenhuma. Em Tocantins há quatro faculdades de Enfermagem; nós não temos nenhuma. Em Tocantins há oito faculdades de Direito; nós temos duas!

Houve um crescimento extraordinário no Estado de Tocantins, que serve de exemplo para a integração da Região Norte ao contexto nacional, para que possamos ajudar o Brasil a avançar!

Sr. Presidente, não tenho dúvida de que vamos ganhar o plebiscito. Depois vamos, todos nós Deputados, criar a lei complementar que vai formatar esse Estado. E a Presidenta Dilma Rousseff não vai vetar a lei porque, pela coragem que demonstrou no enfrentamento ideológico, aos 19 ou 20 anos de idade, observa-se que não tem medo de ver este Brasil melhorar, de ver este Brasil integrado ao desenvolvimento efetivo que vai permitir ao seu povo um ganho na qualidade de vida.

É o sonho de milhares de brasileiros, homens e mulheres que, chamados para aquela região - oeste ou do sul do Pará-, aderiram à vontade nacional de integrar a Amazônia, mesmo considerando as dificuldades próprias de uma região quente. As nossas crianças estudam, às vezes, numa temperatura de 35 graus, sem condições mínimas para aprender, para assimilar conhecimento.

Nós haveremos de mudar essa realidade. Se forem criados os Estados de Carajás e Tapajós, não tenham dúvida, serão iguais a Mato Grosso do Sul no seu desenvolvimento; serão iguais a Tocantins, porque potencialidade temos. Não vamos diminuir o Estado-mãe, o Estado do Pará. Ao contrário: com melhor estrutura - já implantada - hospitalar, universitária, de rodovias, de infraestrutura, sem dúvida, vai ele poder continuar o seu crescimento efetivo.

Sr. Presidente, abordo esta questão com muita emoção. São 20 anos de luta do

nosso povo, na expectativa desse desenvolvimento efetivo, acreditando que um dia poderemos realizar o nosso sonho de ver os nossos filhos estudando conosco, nas nossas universidades, de um dia sermos atendidos em nossa urgência hospitalar, sem ver morrerem nossos filhos, nossos pais.

Nós queremos ter o direito de sonhar. Nós queremos ter o direito de ser felizes. Porque assim nasce o homem: com o direito de ser feliz. Nós mais velhos temos a obrigação de abrir esse caminho, de pavimentar essa estrada, a fim de que todos possamos ter uma vida melhor. Depois de aprovado no Senado Federal, por absoluta maioria, aqui na Câmara também foi aprovado o nosso projeto. Um abraço ao Parlamento brasileiro. Um abraço a todos os Líderes. Um abraço a todos os meus pares. Tenho certeza de que vamos construir um Brasil melhor. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Escórcio) - Meus parabéns mais uma vez, Deputado Giovanni Queiroz. O tema que V.Exa. traz a esta Casa é apaixonante.

Documento 24/36

098.1.54.O

Sessão Ordinária - CD

06/05/2011-09:51

Publ.: DCD - 14/05/2011 -

PAES LANDIM-PTB -PI

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Congratulação ao Deputado Giovanni Queiroz pela aprovação das propostas de realização de plebiscito sobre a criação dos Estados do Tapajós e Carajás. Solicitação, à Presidência e aos Líderes partidários, de inclusão na pauta da proposta de criação do Estado da Gurgueia. Necessidade de revisão territorial do Brasil.

O SR. PAES LANDIM (Bloco/PTB-PI.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero me congratular com esse batalhador, Deputado Giovanni Queiroz, que ontem conseguiu aprovar, com o consenso da Casa, a autorização para plebiscito, visando à criação dos Estados de Tapajós e Carajás, no Pará. Queiroz é um velho batalhador e conseguiu o apoio de todos os setores que envolvem aquelas duas regiões potencialmente ricas do Brasil. Eu vi aqui, várias vezes, centenas de Vereadores, Prefeitos e líderes empresariais da região defendendo essa bandeira que ontem S.Exa. transformou em vitória no plenário desta Casa.

Aproveito também a oportunidade para fazer um apelo à Presidência da Câmara no sentido de colocar em pauta o projeto de criação do Estado do Gurgueia, de minha autoria, de 1984. Projeto esse que irá transformar a região do sul ao extremo sul do Piauí, enfim, o seu cerrado, num novo Tocantins.

Eu sei que o Governo Federal se preocupa com o fato de que novos Estados trazem ônus para a União. No nosso caso, não, porque não há nenhum empréstimo internacional ligado a essa região do Piauí que deseja construir um novo Estado, cujo nome no projeto está em princípio como Estado do Gurgueia, embora o rio Piauí nasça exatamente no sul do Piauí, onde esse novo Estado também nasceria.

O certo é que o Brasil precisa de uma redivisão territorial. Aliás, na Constituinte de 1988, por iniciativa do Deputado Bonifácio de Andrada, foi colocado um

dispositivo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias prevendo uma comissão especial no prazo de 3 anos para discutir a redivisão territorial do Brasil, que é urgente. O princípio constitucional, infelizmente, não foi efetivado.

O Piauí foi criado a partir do sertão. Nossa capital inicial era Oeiras, em pleno sertão. Depois que o Conselheiro Saraiva transferiu a capital para Teresina, no século XIX (precisava de uma comunicação fluvial para evitar o isolamento da Capital), o Governo ficou muito distante do sul, das origens sertanejas do Piauí. Razão por que é importante a criação do novo Estado.

O nosso cerrado será, em breve, um grande deserto se não tiver um governo local próximo para protegê-lo. Os nossos rios estão morrendo, tanto o Parnaíba, que nasce nessa região do futuro Estado, e o rio Gurgueia - exatamente por falta de uma política de manejo, e as matas ciliares destruídas, por não haver um governo local próximo. Estão anunciando a sua lenta agonia. Infelizmente, digamos assim, a nossa Constituição tem uma cláusula pétrea que exige o mínimo de 8 Parlamentares Federais para cada Estado, etc. Acho que o Brasil realmente precisa fazer uma nova configuração na sua representação eleitoral, representativa. O Estado da Flórida, por exemplo, tem apenas 4 Parlamentares na Câmara dos Deputados dos Estados Unidos. Mas são aspectos previstos constitucionalmente, cláusulas pétreas que não podem ser modificadas. O certo é que esse novo Estado iria trazer realmente um desabrochar fantástico para uma região ainda sofrida do meu Estado.

Só para concluir, quero mostrar a discriminação do Piauí em relação ao nosso cerrado: enquanto Tocantins levantou 500 milhões de dólares do Programa de Desenvolvimento do Cerrado - PRODECER, financiado pelo governo japonês, o nosso cerrado ficou de fora. Aliás, todos os Estados que têm cerrado receberam o financiamento do governo japonês, o Piauí foi o único que não tomou esse empréstimo, exatamente porque o Governo de Teresina, de costas para o cerrado, não percebeu o impacto que o empréstimo teria na transformação do nosso Estado: teria transformado essa região do cerrado na nova Tocantins.

Quem conheceu Tocantins sabe. Eu conheci Palmas um ou dois anos após a sua construção. Ela era modesta, parecia um pequeno centro. Hoje, Palmas é uma cidade exponencialmente desenvolvida, fruto de um Estado que progride, que cresce, que enriquece, que está gerando renda e bem-estar para a sua gente, para a sua população, com grandes plantações, grandes *plantations*, para dar maior impacto à expressão.

Então, o exemplo de Tocantins, tão próximo do futuro Estado - há poucos dias fiz um voo de Palmas a Correntes num avião monomotor em 1 hora e 10 minutos -, desperta nos nossos conterrâneos sofridos, abandonados e esquecidos do extremo sul a sensação de que só um novo Estado poderá realmente proporcionar-lhes oportunidades de bem-estar e de progresso.

Apelo à Presidência da Câmara e às Lideranças no sentido de que o nosso projeto, um dos mais antigos da Casa, seja colocado em pauta em oportunidade mais conveniente.

Muito obrigado.

Documento 25/36

096.1.54.O

Publ.: DCD - 06/05/2011 - 21909

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Extraordinária - CD

ORDEM DO DIA

05/05/2011-10:42

LIRA MAIA-DEM -PA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Apelo ao PT de reconsideração do requerimento de retirada da pauta dos projetos de decreto legislativo a respeito da realização de plebiscito sobre a criação dos Estados de Tapajós e Carajás.

O SR. LIRA MAIA (DEM-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, gostaria de fazer um apelo à Liderança do PT, que fez o requerimento de retirada de pauta dessa matéria, até porque foi ela discutida no Colégio de Líderes - e V.Exa., na condição de membro da Mesa, é testemunha. Na ocasião, como representante do Governo, tínhamos o Deputado Osmar Serraglio.

Portanto, acredito que houve um erro de comunicação e, equivocadamente, o PT fez o pedido de retirada de pauta, até porque o Líder Cândido Vacarezza é favorável à matéria, apesar de S.Exa. não estar presente à referida reunião.

Alegou-se que a matéria não foi discutida no Colégio de Líderes, mas eu estive presente à reunião do Colégio de Líderes e sei que a matéria foi discutida e que a decisão foi unânime.

Ademais, tenho certeza de que o Presidente da Casa, Deputado Marco Maia, não seria irresponsável para colocar a matéria em pauta se ela não tivesse sido discutida no Colégio de Líderes. Reafirmo que houve unanimidade naquele reunião, inclusive porque foi assunto puxado pelo Deputado Giovanni Queiroz, Líder do PDT.

Então, quero fazer um apelo aos Deputados Sibá Machado e Gilmar Machado, que representam hoje o PT e o Governo aqui. Em nome de todos os colegas, em nome do povo do oeste e do sul do Pará, em nome, enfim, do povo brasileiro, peço a eles que deixem votar essa matéria.

Há 20 anos, Sr. Presidenta, estamos nesta Casa trabalhando esse assunto. É unânime, entre nós, essa posição. Eu, o Deputado Giovanni Queiroz e vários colegas Deputados do Pará, como Wandenkolk Gonçalves e Zequinha Marinho, temos sido incansáveis na luta por este que é o maior projeto de desenvolvimento hoje em discussão para o Estado do Pará. Quem poderia estar contra seria o Governador Simão Jatene, do Pará, mas S.Exa. é favorável ao projeto. O PSDB, partido do Governador, foi consultado e também é favorável ao plebiscito.

Sra. Presidente, esta Casa não pode negar ao povo do Pará o direito constitucional de se pronunciar em plebiscito. Não podemos negar a ele esse direito. Nós queremos apenas que esta Casa cumpra o dever de autorizar o plebiscito, e o povo do Pará irá dizer se quer ou não, Deputado Eduardo. Depois esta Casa vai discutir a lei ordinária, Deputados Gilmar Machado e Sibá Machado, oportunidade em que todos os Parlamentares vão ter o direito de se pronunciar.

Assim, Sra. Presidenta, gostaria de agradecer a paciência a V.Exa., pois estamos realmente emocionados por sentirmos que a matéria está saindo da nossa mão, Deputado Giovanni Queiroz, depois de tanto sacrifício, de tantas conversas com Líderes, de acertos, de acordos.

É o apelo veemente que faço, em nome do povo do Pará.

Publ.: DCD - 06/05/2011 -
21910

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO-DEM -
BA

ORDEM DO DIA

LÍDER
DISCURSO

Sumário

Anúncio de pedido de verificação nas sessões de quintas-feiras, até a votação dos projetos de decreto legislativo sobre a realização de plebiscito acerca da criação dos Estados de Tapajós e Carajás. Protesto contra o descumprimento, pelo Líder do Governo, Deputado Cândido Vaccarezza, de acordo para votação da matéria.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, quero informar a V.Exa. e aos demais Líderes presentes que nós não vamos deixar a sessão prosseguir. Haverá verificação de *quorum*.

Espero que na próxima quinta-feira o Presidente Marco Maia esteja aqui presente. A partir de agora e até o momento em que esse projeto for votado, vamos pedir verificação de *quorum* todas as quintas-feiras.

Vamos criar um problema sério para a Casa, pois, de duas, uma: ou os Líderes vão garantir a presença dos Parlamentares em plenário, para resistir ao pedido de verificação de *quorum*, ou então não se vai votar mais nada na quinta-feira, nesta Casa. E a responsabilidade será do Presidente Marco Maia, ou então ele a transferirá para o Líder do Governo.

Nós vamos endurecer. Houve compromisso feito no Colégio de Líderes. O Líder do Governo estava presente ou representado e não se opôs. Não ofereceu qualquer resistência à votação no dia de hoje. De repente, agora, de forma surpreendente, apresenta esse requerimento de retirada de pauta!

Muito bem. Sabemos que existem diversos tratados internacionais e outro projetos que podem ser votados na quinta-feira, mas não vamos permitir que aconteçam essas votações.

Digo isso a V.Exa. e peço que V.Exa. transmita ao Presidente Marco Maia. Eu, diretamente, vou comunicar essa posição a S.Exa., da mesma forma que solicito aos Líderes da base do Governo que informem essa posição do Democratas ao Líder Cândido Vaccarezza.

Não haverá mais votações na quinta-feira enquanto não for cumprido o acordo e possamos votar essa matéria.

Informo a V.Exa. que pediremos verificação de votação para esse requerimento de retirada. A sessão vai cair, e isso se repetirá todas as quintas-feiras até que a matéria seja votada.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Atenderei V.Exa., mas antes quero dizer que tenho certeza de que esta matéria foi colocada na pauta como fruto de um acordo entre todos os Líderes, senão o Presidente Marco Maia não teria feito isso.

Rogo aos Srs. Líderes que procurem conversar, porque a posição do DEM, com certeza, irá prejudicar bastante as votações que precisamos fazer nesta Casa.

Documento 27/36

097.1.54.O

Sessão Ordinária - CD

05/05/2011-14:42

Publ.: DCD - 06/05/2011 - 21958

ZEQUINHA MARINHO-PSC -PA

Sumário

Aprovação pela Casa dos projetos de decreto legislativo sobre a realização de plebiscito acerca da criação dos Estados de Tapajós e Carajás. Protesto contra o voto dado pelo Ministro Carlos Ayres Britto, do Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.277, ajuizada pelo Procurador-Geral da República, e na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132, ajuizada pelo Governador Sérgio Cabral, do Estado do Rio de Janeiro, ambas sobre o reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (PSC-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este é um dia histórico para a Casa. Pela manhã aprovamos dois projetos de decreto legislativo muito importantes, que autorizam consulta plebiscitária no Estado do Pará para a criação dos Estados do Carajás e do Tapajós. A sociedade vai ser ouvida sobre sua posição com relação a isso.

Mas, Sr. Presidente, venho à tribuna nesta oportunidade especialmente para me manifestar a respeito da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.277, ajuizada pelo Procurador-Geral da República, e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132, ajuizada pelo Governador Sérgio Cabral, do Estado do Rio de Janeiro, ações essas que tramitam no Supremo Tribunal Federal e que envolvem o reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar. Com isso, os casais homossexuais não teriam de enfrentar processos judiciais para garantir, por exemplo, o direito à pensão alimentícia, a benefícios previdenciários como pensão por morte, à participação na partilha dos bens do companheiro em caso de morte, à inclusão do parceiro como dependente no plano de saúde, e assim por diante.

Para resolver alguns pequenos problemas dessa ordem, nós deparamo-nos com um grande desafio. A responsabilidade do Supremo Tribunal Federal, que sempre é grande em todas as suas decisões, nesse aspecto, Sr. Presidente, é muito maior. É a Corte maior do País. São os homens que dizem o que está certo e o que está errado perante a Constituição.

A sessão de julgamento dessas duas ações iniciou-se ontem. O Relator, Ministro Ayres Britto, já leu seu voto favorável à união homossexual como união estável, entidade familiar.

Não sei como fica a Constituição numa situação dessas, Deputado Gilmar Machado. Lamento profundamente. O art. 226 da Constituição é muito claro, muito objetivo; não discrimina ninguém, mas exige marcos regulatórios com relação a isso. E preocupo-me muito, porque os nossos Tribunais, os nossos Juízes, os nossos Ministros etc. às vezes passam do limite e invadem a competência dos outros Poderes sob o argumento de que esta Casa muitas vezes não legisla, não se posiciona, não vota. E a Constituição não está aí desde 1988? Já não fez alguns aniversários?

Alguma coisa está errada aí. Alguma coisa aconteceu, alguma coisa alterou-se, para que houvesse uma releitura desses artigos, para que se encontrasse uma outra definição, uma outra interpretação neles.

Sr. Presidente, muitos consideram que a votação hoje da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.277, ajuizada pelo Procurador-Geral da República, e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132, ajuizada pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro Sérgio Cabral, marca uma decisão histórica do Supremo Tribunal Federal, mas não posso deixar de registrar nos

Anais dessa Casa meu posicionamento contrário ao deferimento dessas ações. E não estou aqui para descriminar a opção sexual de ninguém, mas sim para defender a família, que se compõe de um homem, uma mulher e seus filhos.

Quero enfatizar que o que defendo é a família, um conceito que surgiu muito antes do Direito, dos códigos, da ingerência do Estado e da Igreja na vida das pessoas, da existência de qualquer um aqui presente. No primeiro Livro da Bíblia, em Gênesis 2:18-24, narra-se a ordenança de família dada por Deus: *"E disse o Senhor Deus: Não é bom que o homem esteja só; far-lhe-ei uma ajudadora idônea para ele. Então o Senhor Deus fez cair um sono pesado sobre Adão, e este adormeceu; e tomou uma das suas costelas, e cerrou a carne em seu lugar; e da costela que o Senhor Deus tomou do homem, formou uma mulher, e trouxe-a a Adão. E disse Adão: Esta é agora osso dos meus ossos, e carne da minha carne; esta será chamada mulher, porquanto do homem foi tomada."* Como cristão, entendo que essa citação bíblica define o conceito de família. E no versículo 24 ainda fica mais claro o conceito bíblico sobre a união do homem com a mulher: *"Portanto, deixará o homem o seu pai e a sua mãe, e apegar-se-á à sua mulher, e serão ambos uma só carne"*.

Não quero aqui prender-me somente à questão bíblica. Por isso, cito o art. 226 da Constituição Federal de 1988, em que se reconhece como união estável o casamento entre homem e mulher para efeito de proteção do Estado. Cumpre dizer que o art. 226 foi todo construído sob a égide da não discriminação. E devemos ainda mencionar que o Constituinte não reduziu nem restringiu o conceito de família a apenas um homem e uma mulher, mas teve o cuidado de textualmente se referir à unidade monoparental:

"Art. 226....."

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes."

Isso mostra claramente que o Constituinte estava preocupado com a relação entre pais e filhos como justificativa inclusive para a existência da proteção aos cônjuges, pois a geração de filhos só é presumível na união heterossexual.

Para afastar a literalidade da Constituição Federal, tenta-se minimizar a importância de se considerar a razão histórica da concessão do direito à pensão pelo legislador. É um grande engano pensar que a existência de um direito conferido apenas a alguns se assente em discriminação ou marginalização, especialmente quando há uma razão histórica bem específica, a de que a proteção à família (do direito posto) exige a presença de três elementos: sexo, casamento (ou união estável de heterossexuais, art. 226 da Constituição) e reprodução. Nesse ponto, é cristalina a diferença: não se pode presumir que da relação homossexual haja reprodução e criação de filhos. Apenas na união heterossexual pode-se presumir o ânimo e a dedicação à formação e à proteção da criança, do adolescente e do jovem até a sua independência, fazendo com que o próprio Estado seja fortalecido, desenvolvido e perpetuado.

Por isso, nobres pares, pergunto: como ficará o conceito de família, caso essas duas ações sejam aprovadas pelo Supremo? Como será a nossa geração, daqui a 50 anos? Será que com a aprovação dessas ações não estarão sendo incentivadas as nossas crianças, não estarão sendo incentivados os nossos jovens à prática do homossexualismo?

Essa decisão fere não apenas a Constituição humana, mas também a Constituição divina, a Bíblia.

Nossa preocupação é com o que pode acontecer depois dessa decisão do Supremo Tribunal Federal, o efeito dominó que poderá ter o entendimento pelo STF de que o Brasil apoia e defere o casamento homoafetivo, o que é uma verdadeira aberração social, moral e espiritual.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, diante dos fatos, estamos aqui

demonstrando nossa preocupação, usando mais uma vez esta tribuna como trincheira, em defesa do bom senso, da moralidade, dos bons princípios sociais e cristãos, assim como em defesa da família, constituída por um homem e uma mulher, a instituição mais antiga da face da Terra.

Apelamos para os nossos juízes do Supremo Tribunal Federal no sentido de que usem de bom senso e não contribuam de forma direta para transformar o Brasil numa verdadeira Sodoma.

Sr. Presidente, acima de tudo, venho aqui como alguém que luta, junto com seus companheiros, para não deixar este País descambar morro abaixo, como dizemos no interior do nosso Estado, Deputada Benedita da Silva. A situação hoje é complicada. Venho pedir aos nossos Ministros do Supremo Tribunal Federal que tenham bom senso para que este País não desemboque num processo em que uma parte da sociedade - 10%, ou menos de 10% - de repente passe a impor normas para os outros 90%. É preciso que se tenha bom senso, é preciso que se tenha calma, que não nos deixemos pressionar pela imprensa e por algumas poucas pessoas, que preservemos aquilo que tem de ser preservado.

A família é constituída por uma mulher e um homem. Duas pessoas do mesmo sexo podem viver juntas o tempo que quiserem, podem trabalhar e criar as mais diversas situações, mas nunca formarão uma família, do ponto de vista não só da Constituição brasileira, mas também da Constituição divina, que é a Bíblia Sagrada. Isso é um atentado contra os princípios divinos, contra a natureza, contra a nossa sociedade, contra a instituição mais antiga da face da Terra, a família.

A família brasileira neste momento sente-se ameaçada e constrangida pelo voto do Ministro Carlos Ayres Britto.

Esta Casa precisa prestar muita atenção para que não venhamos assistir, daqui a algum tempo, novas situações semelhantes a essa.

Peço a V.Exa., Sr. Presidente, este meu discurso seja publicado nos meios de comunicação desta Casa, como de praxe.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado Zequinha Marinho.

Documento 28/36

096.1.54.O

Sessão Extraordinária - CD

05/05/2011-10:42

Publ.: DCD - 06/05/2011 - 21909

GIOVANNI QUEIROZ-PDT -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Repúdio à decisão do Líder do Governo na Casa, Deputado Cândido Vaccarezza, de retirada da pauta dos projetos de decreto legislativo relativo à realização de plebiscito sobre a criação dos Estados de Tapajós e Carajás.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sra. Presidente, Srs. Deputados, lamentamos profundamente a postura do Governo neste momento. Não é a postura que eu gostaríamos de ver.

Todas as Lideranças, todos os Líderes foram por mim visitados, em companhia do companheiro Lira Maia, do Deputado Zequinha Marinho, do Deputado Wandenkolk Gonçalves. A matéria foi discutida no Colégio de Líderes, tanto que o Presidente Marco Maia a colocou na pauta de hoje. Estão aqui o Vice-Líder do PMDB e o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, que são testemunhas do que estou falando.

Quero lamentar profundamente porque não há nada mais importante para o Brasil hoje - tão importante quanto, talvez, a votação do Código Florestal - do que a criação de novas unidades territoriais na Amazônia, exatamente para que tenhamos uma maior presença do Estado naquela região, a fim de que o nosso povo não fique abandonado como está por este Governo e pelos Governos anteriores.

O que queremos é dar ao Governo um instrumento, uma alavanca para que possa fazer com que a nossa região, o Estado do Pará e o Brasil, possam crescer um pouco mais. Exemplos vivos disso são os Estados do Tocantins e do Mato Grosso, que alcançaram desenvolvimento extraordinário, que serve de modelo para este País. É o que nós queremos para a nossa região. Queremos contribuir com o Governo. Se mentes medíocres ainda não acreditam nisso, não temos culpa - eu particularmente não tenho.

Quero dizer que o Líder Cândido Vaccarezza, neste momento, ao orientar a retirada de pauta dessa matéria está trabalhando contra o Brasil. E eu, particularmente, como Líder, vou me utilizar de uma lupa para olhar os projetos, encaminhar votações a favor do Governo. Até porque, de repente, se o Governo se coloca nesta posição, ou seja, contra matéria tão importante para o Brasil, este mesmo Governo me permitirá utilizar uma lupa para os projetos de seu interesse. É lamentável que isso esteja ocorrendo neste momento, Sra. Presidente. São milhares de brasileiros mobilizados para que possamos fazer um plebiscito, ouvir a população, o que é absolutamente legítimo.

Isso é princípio constitucional, Deputado Miro Teixeira. Está na Constituição. Só se cria Estado se houver o aval plebiscitário, majoritário, do povo da região, quando consultado. Lamentavelmente, o que estamos a ver é que, apesar de o próprio Líder Cândido Vaccarezza ter sinalizado favoravelmente, de longe, lá de fora, ele determina ao PT que proceda à retirada de um decreto legislativo que pode ser votado agora, por unanimidade.

Na urgência exigiu-se um *quorum* qualificado, e tivemos a votação da maioria expressiva desta Casa favorável a que se ouvisse a população das regiões do Carajás e Tapajós.

Por isso, neste momento, com muita tristeza, angustiado e indignado, venho a este microfone para dizer que vou ter que usar uma lupa maior - e peço isso aos companheiros do meu partido - para olhar melhor a postura do Governo. Se o Governo, num projeto de tamanha importância para o Brasil, coloca-se na última hora em oposição, quem sabe não estão sendo vetados aqui outros projetos de importância para o País.

Ontem, tivemos um embate em relação ao Código Florestal. O Governo posicionou-se a favor de algumas ONGs internacionais. Fomos para a votação e o Plenário colocou 399 votos contra 18.

Foi dado tempo ao Governo, para que reflita e não tenha aqui uma perda acachapante. Espero que isso não ocorra com outras matérias.

Se quiserem o embate, vamos para o voto nominal, e V.Exa. vai ver que este Plenário e o Brasil, representado pelos nobres Deputado Federais, votarão favoravelmente. A matéria já foi aprovada por unanimidade no Senado Federal, e não havia razão nenhuma para ser obstruída neste plenário.

Documento 29/36

096.1.54.O	Sessão Extraordinária - CD	05/05/2011-10:42
Publ.: DCD - 06/05/2011 - 21913	SIBÁ MACHADO-PT -AC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Retirada dos requerimentos de retirada da pauta dos projetos de decreto legislativo sobre a realização de plebiscito acerca da criação dos Estados do Carajás e Tapajós.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, esse assunto eu já acompanho há algum tempo. São oito pedidos que tramitam no Congresso Nacional sobre a apreciação da criação de novos Estados.

Alguns me lembro de cabeça, como o pedido de criação do Estado do Juruá, que atinge o Acre; Alto Solimões, que atinge o Amazonas; dois no Pará; sul do Maranhão; Triângulo Mineiro e outros. São oito pedidos.

Esse assunto generalizou, permeando com a criação ou não de novos Municípios no Brasil, a regulamentação do § 4º, art. 18 da Constituição Federal.

Por essas razões, havia sempre um problema muito grande: o de não virar uma festa a criação de novos Municípios ou de novos Estados, porque não é só um problema localizado. Haverá também, inevitavelmente, o redesenho do Orçamento federal, do pacto federativo e de uma série de outras coisas.

Mas, diante do esforço feito no Colégio de Líderes, dado o entendimento de que às quintas-feiras só entram assuntos previamente entendidos, neste espírito, peço a retirada do requerimento apresentado a V.Exa. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - V.Exa. retira os dois requerimentos, Deputado?

O SR. SIBÁ MACHADO - Os dois requerimentos.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Retirados os dois requerimentos do Deputado Sibá Machado.

Documento 30/36

096.1.54.O	Sessão Extraordinária - CD	05/05/2011-10:42
Publ.: DCD - 06/05/2011 - 21911	MIRO TEIXEIRA-PDT -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apoio do PDT a pedido de verificação de quorum nas sessões de quintas-feiras, até a votação dos projetos de decreto legislativo sobre a realização de plebiscito acerca de criação dos Estados de Tapajós e Carajás. Protesto contra o descumprimento de acordo

pelo Governo para votação da matéria.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT-RJ. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, normalmente às quintas-feiras temos matérias que atraem certo consenso. E nesta quinta-feira, nesta matéria, temos uma situação mais expressiva até. Estamos diante de matéria cuja urgência urgentíssima foi votada aqui pelo Plenário.

Não estamos fazendo aqui, em uma sessão matinal de quinta-feira, absolutamente nada à sorrelfa, às escondidas. Isso foi votado. E como disse o Deputado Giovanni Queiroz, teve a maioria expressiva deste Plenário. Pouquíssimos votos se manifestaram contra.

Agora está vindo o mérito para votação, está vindo o projeto em si para votação. É muito estranho que naquele momento tenha se dado o voto à urgência urgentíssima - e eu me dirijo ao PT. O voto foi dado imprópria, indevida e irresponsavelmente? Penso que não. Houve a reflexão sobre o que fazer, e todos ali do PT votaram a favor dessa urgência urgentíssima. E o PT vem agora dificultar a votação da matéria propriamente dita, depois de ter feito o acordo pela urgência urgentíssima trazida a voto nominal do Plenário. Não existe este argumento: vamos fazer em uma sessão em que haja um *quorum* maior. Nós temos um *quorum* grande, 322, para qualquer votação.

Nós temos esse precedente da urgência urgentíssima votada em Plenário. Não foi por acórdino - "*se ninguém se manifestar está automaticamente aprovado*". Não, foi votado nominalmente. Então, este Plenário se manifestou sobre a matéria. Se isso não é muito mais do que um consenso organizado por dez Líderes, não sabemos mais o que é o Plenário da Câmara dos Deputados.

Eu considero bem-vindas as palavras do Deputado ACM Neto. Acho que a Câmara dos Deputados, não exclusivamente por conta desta matéria, está precisando deste tipo de afirmação, que não tem nada a ver com ferimento de regras de convivência, mas com a valorização do mandato.

A Câmara e o Senado começam a discutir isso. É a valorização do mandato parlamentar contra essa opressão de algo que se considera intocável, intangível, como uma maioria que representa em todas as matérias a única expressão da verdade. Não é possível. Vamos apoiar qualquer verificação que for feita nesse sentido.

Obrigado.

Documento 31/36

096.1.54.O

Sessão Extraordinária - CD

05/05/2011-10:42

Publ.: DCD - 06/05/2011 - 21909

MARCOS MONTES-DEM -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Consulta à Presidência sobre a inclusão na pauta dos projetos de decreto legislativo referentes à realização de plebiscito acerca de criação dos Estados de Tapajós e Carajás.

O SR. MARCOS MONTES (DEM-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador) -

Sra. Presidente, a Liderança do DEM, nesses dias que antecederam a reunião de hoje, realizou acordo para que pudéssemos votar hoje, entre outros assuntos, o projeto que prevê o plebiscito para a criação dos Estados de Tapajós e Carajás.

Portanto, indago aos outros Líderes e aos partidos da base se esse projeto será colocado em pauta. Caso S.Exas. se pronunciem contrariamente, o Democratas pedirá verificação.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - A pergunta, apesar de dirigida à Mesa, só pode ser respondida pelos Líderes.

Documento 32/36

096.1.54.O

Sessão Extraordinária - CD

05/05/2011-10:42

Publ.: DCD - 06/05/2011 - 21911

CHICO ALENCAR-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Interpelação à Presidência sobre a existência de requerimento de retirada de pauta dos dos projetos de decreto legislativo sobre a realização de plebiscito acerca de criação dos Estados de Tapajós e Carajás.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Questão de Ordem. Sem revisão do orador.) - Estou vendo várias contestações a uma, para mim, até o momento, suposta posição. Queria saber se há um requerimento de retirada de pauta.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Dois requerimentos sobre a mesa, assinados pelo Deputado Sibá Machado.

O SR. CHICO ALENCAR - Pode ter sido distração minha, mas foram anunciados ou ainda não?

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Não, porque não estávamos nesse item, estávamos no primeiro item de votação.

O SR. CHICO ALENCAR - É porque estou vendo várias contestações a uma posição que não foi explicitada ainda. Aqui somos acelerados, o que é bom. Estamos contestando uma posição que o Plenário, pelo menos a planície dos desinformados de bastidores, não tem ainda.

Vou aguardar o Líder em exercício do PT, a quem se atribui - tudo na hipótese - a proposta de retirada de pauta.

Documento 33/36

040.1.54.O

Sessão Ordinária - CD

17/03/2011-16:48

Publ.: DCD - 18/03/2011 - 12250

WANDENKOLK GONÇALVES-PSDB -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Contradição entre os elevados lucros alcançados pela empresa Vale com a exploração de minério no Estado do Pará e a situação social de municipalidades situadas no entorno do Complexo Grande Carajás. Defesa de criação dos Estados de Carajás e Tapajós. Realocação de recursos orçamentários para a construção de hidrovias e do Porto de Marabá, no Estado.

O SR. WANDENKOLK GONÇALVES (PSDB-PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu procurarei honrar os 6 minutos que me foram concedidos pela Liderança.

Inicialmente, agradeço ao meu Líder Duarte Nogueira, que me deu a oportunidade de trazer a esta Casa uma preocupação.

Deputado Lira Maia, V.Exa., que, como eu, é com muito orgulho paraense, deve ter sido, com eu, tomado de surpresa, na semana passada, por duas manchetes presentes nos principais jornais de circulação do Pará e também nos jornais nacionais.

De um lado, a Vale do Rio Doce teve um lucro líquido de mais de 30 bilhões de reais advindo da exploração das minas de minério, em que nosso Estado é muito rico. De outro lado, o Pará tem 20 de seus Municípios elencados no *ranking* macabro dos 50 mais violentos do Brasil, sendo que, desses 20 Municípios paraenses, 10 estão localizados no entorno do Complexo Grande Carajás. Ou seja, de um lado, o balanço positivo publicado pela Vale do Rio Doce, com lucro líquido de mais de 30 bilhões de reais; de outro, a herança maldita e macabra que recebemos do Governo anterior.

Sras. e Srs. Deputados, venho aqui hoje fazer um apelo a esta Casa. Deputado Lira Maia, deixei um pouco de lado a Comissão de Agricultura, que faz parte do meu sentimento, e assumi a Comissão de Minas e Energia para trazer esta preocupação à Casa.

Marabá é o quarto Município do Brasil em mortandade de jovens de 17 a 24 anos. Itupiranga, do qual sou filho com muito orgulho, pela primeira vez aparece em primeiro lugar em alguma coisa: é o primeiro Município em criminalidade, dentre mais de 5.600 Municípios brasileiros! Enquanto isso, a Vale do Rio Doce obtém 30 bilhões de reais de lucro líquido apenas no ano de 2010!

Fala-se em investimento de 48 bilhões de reais, em 4 anos, para o entorno do Complexo Grande Carajás. E aí começo a ficar mais preocupado. São milhares e milhares de ofertas de empregos a cada dia nas páginas dos principais jornais. Afirmam que a juventude pode ir para lá que tem emprego garantido. Conversa fiada!

Definiram que iriam fazer a verticalização mineral no nosso Estado, mas o que fizeram foi uma siderúrgica no Rio de Janeiro e outra, em fase de conclusão, no Ceará, para levar o nosso minério bruto - a cada dia saem do Pará três trens carregados de minério para fazer a verticalização em outros Estados. E pasmem, senhores: o pior é que levam nosso minério, nossa riqueza, principalmente para o Porto de Itaqui, no Maranhão, e de lá nos trazem, em retorno, a pobreza. Nada contra os maranhenses, nossos parceiros nordestinos, mas é que eles chegam no Pará semianalfabetos e despreparados.

V.Exas. puderam acompanhar nos principais jornais, até mesmo no *Jornal Nacional*, da *Rede Globo*, pessoas morrendo sem atendimento nas filas gigantescas no Hospital Municipal de Marabá. Quando há médico, não há remédio; quando há remédio, não há médico; quando há remédios e médicos, não há ambulância; quando há ambulância, não há gasolina. Um descalabro!

De que adianta um Município tão rico para um povo tão pobre?

E pasmem ainda mais, senhores: em Parauapebas, o maior Município da área do Carajás, 25 empresas subempreiteiras que terceirizam o serviço da Vale quebraram só nos primeiros 60 dias deste ano, porque a Vale não honra os compromissos que com elas assume.

Falam em construir uma terceira via para escoamento de nosso produto. A Vale tinha um projeto para aproximadamente 400 anos de exploração de minério, mas isso era no tempo em que ele ainda era carregado em carrinho de mão. Hoje são três trens, cada um com centenas de vagões, levando minério todos os dias e trazendo cada vez mais pobreza e desigualdade: mais pessoas carentes para encher nossos hospitais e para tornar insuficiente o número de salas de aulas e de professores.

Infelizmente, não existe contrapartida em serviços públicos na minha região. Aliás, estive lá nestes 15 dias e voltei assustado. Mas a sociedade civil começa a se organizar, a reclamar, a entender que o minério não pode acabar sem que tenhamos a contrapartida de ter um Município realmente ordeiro.

Por isso, buscamos a emancipação do Carajás. Estamos lutando ferozmente para criar os Estados de Carajás e Tapajós, para que possamos realmente conduzir o nosso próprio destino. A Vale só vale alguma coisa para nós, paraenses, se nos pagar em serviços para nossa gente.

Em Ipatinga, há um tratamento diferenciado que não existe na nossa região. Nada contra Ipatinga, muito pelo contrário: lá souberam colocar a Vale no brete, como se diz. Nós ainda não aprendemos ou não tivemos condições de fazê-lo.

A Vale, a cada ano, pinta uma igreja em Belém, faz um concerto no Teatro da Paz, coloca uma corda em viola não sei onde, vai colocando a viola no saco, e nós vamos ficando cada vez mais pobres, mais assustados.

Está aqui a prova concreta: os maiores índices de criminalidade estão justamente no entorno do Projeto Grande Carajás.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, faço este apelo a cada um e a cada uma de V.Exas.: deem-nos a contrapartida necessária para que possamos fazer a hidrovía de que estamos precisando, para que possamos fazer o Porto de Marabá, que nós, da bancada do Pará, colocamos no Orçamento da União, mas o Governo passado devolveu o dinheiro, faltando a contrapartida de honrar um compromisso de um porto público naquela região.

É assim que o meu Estado está sendo tratado. É assim que o meu Estado está sendo vilipendiado. É assim que a minha gente está cada vez mais sofrida. Por isso assumi este mandato para me dedicar exclusivamente à questão minerária e às hidrelétricas que serão instaladas no território paraense.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Documento 34/36

040.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	17/03/2011-18:09
Publ.: DCD - 18/03/2011 - 12303		LIRA MAIA-DEM -PA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR DISCURSO

Sumário

Realização pelo DEM de convenção extraordinária destinada à reaglutinação do partido.

Visita do orador a municipalidades paraenses, na condição de presidente estadual do DEM. Realização de plebiscitos sobre a proposta de criação dos Estados de Tapajós e Carajás. Cumprimento do dispositivo regimental a respeito do horário previsto para o início do Grande Expediente, nas sessões ordinárias da Casa.

O SR. LIRA MAIA (DEM-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Amauri Teixeira, colegas Parlamentares, hoje eu gostaria de fazer dois registros. Nesta semana, no dia 15, o Democratas, meu partido, fez uma convenção extraordinária para definir uma direção, também temporária, para reaglutinar o partido. Eu diria que foi uma convenção de oxigenação do Democratas.

Todo o Brasil viu pela imprensa algumas divergências, uma recente disputa interna no Democratas, na Câmara, para definir os seus Líderes, o seu representante de Mesa. O remédio encontrado, até pelo fato de ser um partido cujo nome é honrado, um partido que exerce a democracia, foi um trabalho de ressurgimento, um trabalho que eu diria de rejuvenescimento, um trabalho que deu certo no partido.

A partir da convenção do Democratas, no dia 15, em que nós elegemos o Senador Agripino Maia para dirigir o partido em âmbito nacional, foi definida uma Executiva e um calendário, para que, nos diversos pontos deste País, nós possamos exercer um trabalho de fortalecimento desse partido, que tem contribuído para a democracia e o País com as suas ideias, com suas discussões e com sua participação no Congresso Nacional.

Parabenizo todos aqueles que tiveram a sapiência de buscar um entendimento, resultando num Democratas forte, num Democratas que prenuncia o crescimento do País.

Na condição de Presidente do partido no Pará, tenho percorrido diversos Municípios. Vamos colocar representação do nosso partido em todos os Municípios paraenses, e, com certeza, na próxima eleição municipal, haveremos de ter representação com mandato em todos eles.

Tenho percorrido o Estado do Pará, especialmente a área onde faço política, e quero cumprimentar as lideranças dos Municípios pelos quais passei nos últimos 2 meses: Brasil Novo, Medicilândia, Altamira, Belterra, Mojuí dos Campos, Alenquer, Curuá.

Meus cumprimentos a todas as lideranças e a todos os Municípios que visitamos. Continuem firmes, desenvolvendo o trabalho político de divulgação e crescimento do partido.

Sr. Presidente, meu tempo deveria ser de 10 minutos, mas me foram concedidos apenas 5. Solicito-lhe que me seja restituído o tempo restante, para que eu possa fazer meu segundo registro.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) - Deputado Lira Maia, o tempo de 10 minutos está garantido. Perdoe-nos.

O SR. LIRA MAIA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O segundo registro que faço, sem querer ser repetitivo, já que eu sempre trato deste assunto, é que no ano passado realizamos um trabalho muito intenso de convencimento e articulação para termos aprovada nesta Casa a autorização de plebiscito para a criação dos Estados de Tapajós e Carajás. Esta semana recomeçamos na Casa o trabalho de divulgação e nivelamento de informações entre os Parlamentares, visando aprovar ainda neste semestre a matéria.

Graças a Deus, temos encontrado respaldo. Os projetos foram aprovados no Senado, e os requerimentos de urgência foram aprovados, no ano passado, no plenário da Câmara dos Deputados, em votação nominal, com a maioria absoluta da Casa favorável.

Esta semana visitamos os novos Deputados. Estive em Brasília um grupo de

mais de 30 representantes da pretensa área do Estado de Tapajós. Prefeitos e Vereadores vieram de Trairão, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis, Altamira, Monte Alegre, Santarém, de outros Municípios, para visitar os novos Parlamentares desta Casa, a fim de nivelar as informações para que, ainda neste semestre, essa matéria seja votada.

Eu acho que esta Casa está a dever ao povo do Pará a aprovação do plebiscito, dando-lhe a oportunidade de manifestar se é favorável ou não à divisão territorial e à criação dos Estados de Tapajós e Carajás.

Temos exemplos vivos no Brasil. Os Estados do Tocantins e de Goiás estão a céu aberto, são dois belos exemplos. Se tivesse havido um estudo de viabilidade econômica, não teria sido criado o Estado do Tocantins, que representava 4% do PIB de Goiás. Hoje, Tocantins é exemplo nacional, um Estado em franco desenvolvimento.

Os Estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso são outros dois belos exemplos que o País deve copiar, cuja divisão territorial é exemplo de sucesso.

Nós temos lutado há muitos anos; eu, especificamente, em todo o meu primeiro mandato, e agora no segundo mandato. Haveremos de concluir essa batalha, que, não tenho dúvida, representa o maior projeto de desenvolvimento que se discute atualmente em favor do Estado do Pará.

Nós não queremos que a Câmara dos Deputados crie os Estados. Queremos apenas que a população do Pará exerça o direito constitucional de manifestar-se por plebiscito. Assim, respeitando a vontade da população, haveremos de caminhar rumo a esse processo.

Não tenho dúvida de que estaremos contribuindo para o desenvolvimento do Estado do Pará, da Transamazônica, de Marajó, Bragantina, Guajará, da área metropolitana de Belém. Todas as áreas serão beneficiadas, porque haveremos de ter governos mais próximos, com área menor, com problemas menores e recursos muito maiores do que os que temos hoje para administrar a mesma área.

Estes são os dois registros que faço na tarde de hoje. E aproveito para dizer que estaremos vigilantes, pedindo aos que nesta Casa são contrários que discutam contrariamente, sem problema algum - nós os respeitamos, como respeitamos os que são favoráveis. Mas não temos o direito de negar ao povo do Pará a oportunidade de se manifestar em plebiscito.

Aos colegas que receberam nossas lideranças da região esta semana quero agradecer-lhes a recepção, que foi extraordinária. Todos voltaram daqui empolgados. No final de ontem, nós nos reunimos com o Presidente Marco Maia, que se mostra totalmente disposto a nos ajudar e a colocar a matéria em votação.

Vamos continuar esse trabalho. Se Deus quiser, no mês de abril haveremos de trazer essa matéria para a pauta, Deputado Zé Geraldo, de discuti-la, dando ao povo do Pará a oportunidade de se manifestar. Não tenho dúvida de que isso será positivo.

Cumprimento todas as lideranças que estiveram nesta Casa esta semana, às quais agradeço. Peço aos demais Prefeitos e Vereadores que enviem seus representantes, para, sob nossa coordenação, continuarmos esse trabalho.

Saúdo os Deputados Giovanni Queiroz, Zequinha Marinho, Wandenkolk Gonçalves, que nos acompanharam, e a esmagadora maioria dos Deputados do Pará que nos é favorável.

Vamos continuar essa luta. Tenho certeza de que por esse caminho vamos fazer história e ajudar o Estado do Pará.

Por fim, gostaria de dizer que, para respeitarmos os colegas inscritos no Grande Expediente, basta cumprirmos o Regimento Interno, não expandindo o Pequeno Expediente. O Grande Expediente deve iniciar-se às 15 horas. Os Parlamentares

que quiserem falar no Pequeno Expediente pronunciavam-se depois das Comunicações Parlamentares. Assim faremos justiça e daremos oportunidade de falar a todos os colegas.

Documento 35/36

015.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	17/02/2011-17:06
Publ.: DCD - 18/02/2011 - 8419	JÚNIOR COIMBRA-PMDB -TO	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apoio à proposta de criação dos Estados de Tapajós e Carajás.

O SR. JÚNIOR COIMBRA (PMDB-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, quero apenas me juntar ao Deputado Lira Maia, do Estado do Pará, para lutar pela criação dos Estados de Tapajós e de Carajás. Sou do Tocantins, que muito avançou com a emancipação política. Quero dizer a V.Exa., Deputado Lira Maia, que sou mais um Parlamentar a estar nessa trincheira, junto com vocês, para lutar pela emancipação política de Tapajós e de Carajás, especialmente de Carajás, que está mais próximo do nosso Estado do Tocantins. Vou entrar nessa trincheira junto com os Parlamentares que empunham essa bandeira.

Documento 36/36

015.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	17/02/2011-17:00
Publ.: DCD - 18/02/2011 - 8418	LIRA MAIA-DEM -PA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR DISCURSO

Sumário

Saudações aos Parlamentares. Apresentação de projeto de lei sobre a criação de registro civil único. Defesa da realização de plebiscitos sobre a criação dos Estados do Tapajós e do Carajás.

O SR. LIRA MAIA (DEM-PA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Deputada Rose de Freitas, Sras. e Srs. Deputados, quero cumprimentar todos aqueles que nos acompanham, inclusive os que o fazem por meio dos órgãos de comunicação desta Casa. De forma especial, inicio minhas palavras cumprimentando todos os colegas que chegam a esta Casa. Sejam bem-vindos. Que realmente possamos, durante este mandato, fazer um trabalho digno, que engrandeça o Parlamento brasileiro. Portanto, em meu nome e em nome do meu

partido, o Democratas, desejo boas-vindas a todos.

Sra. Presidente, quero fazer, desta tribuna, duas comunicações.

Primeiro, Deputada Elcione Barbalho, quero registrar minha alegria por estar no plenário desta Casa, já na fila, pronto para ser votado, o projeto de minha autoria que cria o registro civil único do brasileiro. Sabemos que cada um de nós anda com uma série de documentos no bolso: carteira de identidade, CPF, título de eleitor, carteira de trabalho, carteira de motorista.

Nós trouxemos para ser debatido nesta Casa - já está em plenário, pronto para ser votado - o projeto que cria o documento único para o brasileiro. Isso já existe em outros lugares do mundo, como é o caso dos Estados Unidos. Acredito que teremos a aquiescência de todos. Vamos fazer nesta Casa um debate que contará com a participação de todos. Tenho certeza de que o projeto será votado e aprovado.

Portanto, antecipadamente, peço a todos os companheiros que se inteirem desse projeto, que o estudem, para que tenhamos sucesso quando ele for apreciado pelo Plenário.

A segunda comunicação diz respeito a outro projeto. Os Deputados que me acompanharam na legislatura passada sabem da minha vontade de aprovar projeto que tramita e cujo requerimento de urgência já foi aprovado, com *quorum* qualificado, no plenário desta Casa. Refiro-me ao projeto que autoriza plebiscitos para criação dos Estados do Tapajós e do Carajás.

Quem conhece a realidade do Pará sabe que temos hoje 1 milhão e 248 mil quilômetros quadrados. O Estado está praticamente sem condições de ser governado pela sua extensão territorial. Trouxemos para cá o projeto. Ele já foi amplamente debatido, já tramitou nas Comissões, já foi aprovado pelo Senado Federal e já está nas últimas instâncias de apreciação nesta Casa. Necessita da autorização do Plenário da Câmara dos Deputados para que o Estado do Pará seja ouvido em plebiscito e concorde ou não com a criação do Estado do Tapajós.

Peço o apoio dos companheiros, até porque, se Deus quiser, em março ou abril o projeto deverá ser apreciado pelo Plenário. Embora ele seja de interesse específico da Amazônia, do Pará, tem reflexo em todo o País. Não vamos aprovar um projeto de criação de um Estado, mas apenas autorizar a realização de plebiscito. A população tem o direito constitucional de ser ouvida. Uma vez apreciado o plebiscito, havendo concordância com a criação do Estado, traremos ao debate desta Casa a lei ordinária, pois é ela que de fato criará o Estado.

Reitero aos companheiros e colegas Parlamentares, sobretudo àqueles que ainda não conhecem a matéria, que durante todo o mês de março façamos visitas a cada gabinete, a fim de discutir o assunto e fornecer dados suficientes para que ninguém chegue ao plenário alegando que não conhece a matéria.

Trata-se de projeto importante. Considero-o o projeto mais importante de desenvolvimento que o Pará discute. É um dos projetos de maior interesse para o Estado. Depende, contudo, da autorização desta Casa para realização do plebiscito.

O Estado do Tapajós, cujo projeto trouxemos para cá e defendemos, já é discutido há 156 anos, quando o Brasil fez um estudo de revisão territorial na Amazônia. Naquele tempo já havia sido sugerida a criação da Província de Tapajós.

Na Constituição Federal, quando foi criado o Estado do Tocantins, também a criação do Tapajós veio para a pauta. Não foi votada, mas foi criada pela Constituição, por meio de dispositivo transitório, uma comissão do Congresso Nacional para ir à Amazônia estudar o assunto. De novo, a comissão, formada por técnicos, Senadores e Deputados, sugeriu a criação do Estado do Tapajós.

O Estado terá uma área de 722 mil quilômetros quadrados, que dividirá o Pará

praticamente ao meio - um pouquinho mais - e congregará 27 Municípios. Temos ali o maior Município do mundo, Altamira, com 161 mil quilômetros quadrados. A Prefeita gasta 2 horas e 20 minutos de avião bimotor para ir ao Distrito de Castelo de Sonhos, localizado dentro daquele Município. Cito esse fato para que V.Exas. tenham ideia da extensão territorial.

Nesta tarde, era este o registro que eu gostaria de fazer.

Sra. Presidente, com todo respeito, termino o meu pronunciamento na hora.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - V.Exa. não sabe como fico agradecida.
